



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA UFJF/UFV**

**Igor Chagas Monteiro**

**A ARBITRAGEM EM FUTEBOL COMO PROJETO DE TRABALHO DE  
MULHERES**

Juiz de Fora  
2024

**IGOR CHAGAS MONTEIRO**

**A Arbitragem em Futebol como projeto de trabalho de mulheres**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Física. Área de concentração: Exercício e Esporte.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> D.<sup>ra</sup> Ludmila Nunes Mourão

Juiz de Fora  
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Monteiro, Igor Chagas.

A arbitragem em futebol como projeto de trabalho de mulheres / Igor Chagas Monteiro. -- 2024.  
125 f.

Orientadora: Ludmila Nunes Mourão  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2024.

1. Árbitra de Futebol. 2. Gênero. 3. Projeto. 4. Futebol. 5. Arbitragem. I. Mourão, Ludmila Nunes, orient. II. Título.

**Igor Chagas Monteiro**

**A Arbitragem em Futebol como projeto de trabalho de mulheres**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Física. Área de concentração: Exercício e Esporte

Aprovada em 20 de fevereiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ludmila Nunes Mourão** - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ayra Lovisi Oliveira**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Christiane Garcia Macedo**

Universidade Federal do Vale do São Francisco

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Conceição de Souza**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisa Caputo Ferreira**

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 23/01/2024.



Documento assinado eletronicamente por **christiane garcia macedo, Usuário Externo**, em 20/02/2024, às 23:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Nunes Mourao, Professor(a)**, em 21/02/2024, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Conceição de Sousa, Usuário Externo**, em 21/02/2024, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ayra Lovisi Oliveira, Professor(a)**, em 22/02/2024, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elisa Caputo Ferreira, Professor(a)**, em 26/02/2024, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj ([www2.uffj.br/SEI](http://www2.uffj.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1675683** e o código CRC **9492EC6A**.

Dedico este trabalho ao meu pai, Ueslei, grande incentivador dos meus estudos e o responsável pela minha paixão pelo futebol.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me concedeu forças para trilhar esta jornada.

Aos meus pais, Dalva e Ueslei.

Ao meu irmão, Bruno, por todos os momentos que vivemos.

À Julienne, por todo o amor e carinho

À professora Ludmila, minha orientadora neste trabalho e amiga que me ensinou muito sobre o mundo acadêmico e da Educação Física, sempre me encorajando nas pesquisas.

Aos professores Álvaro Quelhas, Silvana Goellner, Cláudia Kessler, Maria Elisa Caputo Ferreira, Selva Barreto, por todo o apoio nas pesquisas e principalmente pela nossa amizade.

Às professoras membras da banca examinadora, Gabriela Conceição de Souza, Christiane Garcia Macedo, Ayra Lovisi e Maria Elisa Caputo Ferreira, por terem aceitado o convite e pelas contribuições para a tese. Aos professores João Paulo Fernandes Soares, Silvio Telles, Dilson Borges e à professora Mariana Zuaneti Martins.

À Secretaria e à Coordenação do PPGEF UFJF.

Aos meus professores e professoras da FAEFID/UFJF, com os quais pude aprender muito e dialogar.

Aos meus amigos de faculdade Willen, Diego, Diogo e Antônio Júlio.

Aos meus colegas de GEFSS (CNPq/UFJF), companheiros das pesquisas e debates acadêmicos.

À minha amiga de GEFSS e do futebol, Mariana Novais, pelas leituras atentas, sugestões e contribuições especiais para esta pesquisa e pela parceria ao longo de todos esses anos.

À minha amiga de GEFSS Bárbara Pires, por sua amizade e pelas contribuições e sugestões nos capítulos analíticos.

À Bruna Chaves, pela leitura atenta.

À CAPES, à FAPEMIG e à UFJF, pelo apoio financeiro na modalidade bolsa de estudos.

Às minhas amigas Angela Maria e Márcia.

Às minhas tias Beatriz, Marlene, Leni, Dulce e aos tios Mauri, Valnei, Arleni, Wanderli e Giovane.

Ao meu avô Joel, tios Marlisio e Bruno.

Aos meus primos Rauní, Lucas, Vanessa, Silas, Cristiane e Dalton.

À minha amiga Maria Angélica.

A todas as árbitras participantes desta pesquisa, pela dedicação de seu tempo.

*“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado com certeza vai mais longe” (Clarice Lispector).*



## RESUMO

Esta tese versa sobre projetos profissionais de mulheres na arbitragem do futebol brasileiro e aborda a formação e a atuação de mulheres árbitras e os atravessamentos de gênero na construção de suas carreiras. O objetivo da pesquisa é compreender os caminhos percorridos pelas árbitras na construção de seus projetos profissionais, considerando as barreiras e as oportunidades que emergem nesse processo. As pesquisas nas ciências sociais permitem aproximações entre as ações dos sujeitos e seu contexto de vida, auxiliando na compreensão dos seus significados; assim, a abordagem qualitativa respaldou os olhares e os processos desta investigação. A entrevista semiestruturada foi o instrumento utilizado na coleta de dados, com as onze árbitras da Confederação Brasileira de Futebol em plena atividade. As entrevistas foram realizadas por telefone, gravadas em áudio, posteriormente transcritas e revisadas pelas árbitras. Os discursos foram analisados à luz da análise de conteúdo temática. Observamos nesta pesquisa que as experiências das árbitras com as práticas esportivas e corporais na infância e juventude constituíram suas identidades e se articulam com a escolha pela carreira de árbitras de futebol. O engajamento esportivo aparece na participação ativa nas aulas de educação física, na representação no desporto escolar em diferentes modalidades e na busca por projetos socioesportivos fora da escola. Os principais entraves no início da carreira passam pela parte física; pela conciliação das demandas da vida social e familiar; e pelas violências sofridas. Seus projetos de trabalho caracterizaram-se pela resiliência, satisfação, realização pessoal e profissional, e são fomentados pelo sonho de atuar no futebol. A superação de injustiças financeiras leva as árbitras a complementar sua renda com outras fontes para manterem sua autonomia e continuarem arbitrando. Os grupos de pertencimento virtuais funcionam como redes de apoio e empoderamento das árbitras. As entrevistadas acreditam que sua chegada à arbitragem contribuiu para diminuir as desigualdades de gênero, ao acionarem estratégias de resistência como a ocupação do campo, a capacitação e a dedicação nos treinamentos e partidas. Assim, concluiu-se que os projetos se constroem e se efetivam na tensão entre os esforços empreendidos pelas árbitras, o reconhecimento profissional recebido e a autorrealização, elementos característicos de carreiras sem fronteiras. Esses achados nos instigam a ampliar as percepções através de pesquisas sobre carreiras de árbitras de futebol nos níveis regional e estadual, bem como a propor ações educativas sobre questões de gênero no esporte que reverberem no campo da formação e atuação de mulheres árbitras.

**Palavras-chave:** Árbitra de futebol. Gênero. Projeto. Futebol. Arbitragem.

## ABSTRACT

This thesis is about women's professional projects in Brazilian football refereeing; it examines the education and performance of women referees, and the intersections of gender in their careers building. The research aims to understand the paths taken by women referees in building their professional careers, considering the opportunities and barriers that arise in this process. The research in social sciences allows approaches between the actions of people and life context, helping to understand their meanings, thus the qualitative approach supported the look and processes of this investigation. The semi-structured interview was the instrument used in data collection with eleven female referees from the Brazilian Football Confederation (CBF) in full activity. The interviews were conducted over the phone, recorded in audio, and later transcribed and reviewed by the referees. The speeches were analyzed using the thematic content analysis technique. We observed in this research that the women referees' experiences with sports and physical practices in childhood and youth constituted their identities and are linked to their choice of a career as a football referee. The sports engagement appears in active participation in physical education classes, representation in school sports in different modalities, and the search for sports projects after school. The main obstacles at the beginning of their careers are the physical issues; reconciling the demands of social and family life; and the violence suffered. The job projects were characterized by resilience, satisfaction, and personal and professional fulfillment, fueled by the dream to work in football. Overcoming financial injustices leads female referees to supplement their budget with other sources to maintain their autonomy and continue to work in refereeing. The virtual women referee groups work as a support and empowerment for referees. The interviewees believe that their arrival in refereeing contributed to reducing gender inequalities in the field, by activating resistance strategies such as occupying the field, training, and dedication in practices and matches. So, it was concluded that the projects are built and implemented in the tension between the efforts undertaken by the female referees, the professional recognition they received, and self-realization, characteristic elements of boundaryless careers. These findings encourage us to expand perceptions through research on female football referee careers at regional and state levels and propose educational actions on gender issues in sports that reverberate in the field of education and the performance of women referees.

**Keywords:** Woman soccer referee. Gender. Project. Football. Refereeing.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Taxas de arbitragem por partida em competições da CBF em 2020.....	44
Quadro 2 - Perfil das árbitras entrevistadas com os nomes fictícios.....	61
Quadro 3 - Exemplo de categorização: “A influência de práticas corporais e esportivas na infância e juventude de mulheres árbitras”.....	64
Quadro 4 - Exemplo da segunda etapa de análise dentro da categoria “A arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres”.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBFS	Confederação Brasileira de Futsal
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CONBRACE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCA	Diretrizes da Comissão de Arbitragem da CBF
EF	Educação Física
EFE	Educação Física Escolar
ENAF	Escola Nacional de Arbitragem da CBF
FFERJ	Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
GEFSS	Grupo de Estudos de Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade
IFAB	<i>International Football Association Board</i>
IM	Igor Monteiro
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UVLO	Uma Vitória Leva a Outra

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
2.1 QUESTÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS.....	17
2.2 O CAMPO DA ARBITRAGEM NO FUTEBOL: CONTEXTUALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS MULHERES.....	22
<b>2.2.1 Contextualizando: a arbitragem enquanto profissão.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2.2 A formação no campo da arbitragem.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2.3 Mulheres na arbitragem: atuação e desafios .....</b>	<b>29</b>
2.3 OBJETIVOS.....	38
<b>3 CONSTRUINDO AS NOÇÕES DE PROJETO E CARREIRA.....</b>	<b>40</b>
3.1 REGULAMENTAÇÃO E RECONHECIMENTO DO TRABALHO NA ARBITRAGEM .....	40
3.2 O REVERBERAR DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO COTIDIANO DAS ÁRBITRAS .....	42
3.3 PROJETO PROFISSIONAL NA ARBITRAGEM.....	45
3.4 CARREIRA.....	48
<b>4 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>52</b>
4.1 ABORDAGEM QUALITATIVA.....	52
4.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	54
<b>4.2.1 Aspectos éticos e critérios de inclusão.....</b>	<b>54</b>
<b>4.2.2 Entrevista Semiestruturada.....</b>	<b>54</b>
<b>4.2.3 Participantes da Pesquisa.....</b>	<b>57</b>
4.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	62
<b>5 PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NA JUVENTUDE E AS ESCOLHAS PELA ARBITRAGEM.....</b>	<b>67</b>
5.1 AS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DAS ÁRBITRAS DE FUTEBOL.....	71
5.2 A INFLUÊNCIA DAS FAMÍLIAS PARA O ENGAJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA ESPORTIVA.....	73
5.3 O ENVOLVIMENTO ESPORTIVO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO ESCOLAR E EM PROJETOS SOCIOESPORTIVOS.....	76

<b>6 ARBITRAGEM EM FUTEBOL COMO PROJETO PROFISSIONAL DE MULHERES.....</b>	<b>81</b>
6.1 DESVENDANDO OS PROJETOS E CARREIRAS DAS ÁRBITRAS.....	82
6.2 AS ÁRBITRAS NO FUTEBOL E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CAMPO.....	91
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>123</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Esta tese de Doutorado ancora-se em alguns anos de estudo e reflexão sobre o campo sociocultural da Educação Física e do esporte, em conjunto com as experiências pessoais que tive atuando como árbitro de futsal/futebol e em comissão técnica de uma equipe de futsal de mulheres da cidade em que resido (Juiz de Fora/MG). As vivências que compõem a minha trajetória pessoal relacionadas ao futebol de mulheres<sup>1</sup> e à arbitragem se conectam e se cruzam em diversos momentos com a minha vida acadêmica.

O futebol fez parte de minha vida desde os primeiros chutes na infância, nas brincadeiras que fazia com meu pai e meu irmão num clube juizforano. Fui goleiro de futsal na escola durante a adolescência e cheguei a disputar algumas competições escolares e de categorias de base em contexto local. Nessa escola, tive o primeiro contato com o futsal de mulheres e, a partir do convite de meu professor e treinador, passei a participar dos treinos junto com as meninas. Esse convite surgiu pelo fato de a equipe de futsal de mulheres contar com apenas uma goleira, e o fato de eu ser goleiro e residir próximo à escola facilitava minha participação nos treinamentos e ajudar a suprir a carência de uma goleira para as atividades coletivas. Essa equipe era composta por alunas da própria escola e também de outras instituições. O time participava de competições adultas em nível local e estadual e era considerado uma das principais equipes de mulheres da cidade na época. Essa talvez tenha sido a minha primeira aproximação com o futebol/futsal de mulheres.

Essa experiência foi tão marcante que me motivou a elaborar um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso técnico em Administração de uma empresa de formação e capacitação de treinadores/as para atuar com o futebol de mulheres<sup>2</sup>. Aos 18 anos, a minha compreensão acerca do fenômeno era muito diferente da atual, entretanto, como eu já havia percebido que existia um déficit na formação de profissionais para atuar no futebol de mulheres, presumi que esse projeto poderia impulsionar o interesse pelo futebol de mulheres. Contudo, em função do vestibular, fiquei algum tempo sem ter contato com o futebol de mulheres, retornando alguns anos mais tarde, já no período em que eu cursava o Mestrado em Educação Física.

---

<sup>1</sup> Nesta tese adotaremos a nomenclatura “futebol de mulheres”, proposta por Kessler (2015). O futebol feminino aparecerá apenas quando fizermos referência ao nome oficial de uma competição.

<sup>2</sup> O trabalho era pré-requisito para a conclusão do curso técnico e foi realizado simultaneamente com o Ensino Médio. Consistia em elaborar um projeto de uma empresa e foi realizado em parceria com o discente Joedson Douglas Pinto. O nome escolhido para a empresa foi *Acadêmica* Assessoria Esportiva. *Acadêmica* era a grafia em espanhol da palavra Acadêmica.

Aos 19 anos, a escolha pela carreira na Educação Física foi fortemente motivada pela paixão futebolística, a qual sempre contou com o apoio de minha família. No ano em que ingressei na faculdade de Educação Física da UFJF (2009), fiz um curso de arbitragem em futsal promovido pela Liga Juizforana de Futsal (LJFS), começando assim o meu envolvimento e a minha atuação na arbitragem.

Destaco aqui que, desde as minhas primeiras atuações como árbitro de futsal, as violências presentes nas quadras e nos campos de futebol me incomodaram. Eu observava que os debates midiáticos e mesmo das pessoas nas conversas cotidianas relacionavam o tema “violência no futebol” com a violência física, mais especificamente quando um árbitro era agredido. Eu nunca consegui conceber que as violências verbais – xingamentos, por exemplo, não fossem questionadas e sim naturalizadas naqueles espaços de trabalho. Esse incômodo me levou a pesquisar, para o TCC da graduação em Educação Física, o tema “cultura de violência contra a arbitragem no contexto do futebol amador em Juiz de Fora”, sob orientação da professora Ludmila Mourão.

Toda essa experiência me levou a ingressar, em 2013, no Grupo de Estudos em Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade (GEFSS/CNPq/UFJF), e entrar em contato com os estudos de gênero nas práticas corporais e esportivas. Durante a licenciatura em Educação Física, tive também a oportunidade de conhecer e estudar com o professor Álvaro Quelhas, docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ex-árbitro de futebol profissional da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Na ocasião, o professor Álvaro coordenava a equipe de arbitragem dos campeonatos brasileiros de futebol para pessoas com paralisia cerebral. Em uma de suas aulas, comentei que eu era árbitro de futsal, e ele me fez um convite para atuar na arbitragem em futebol para pessoas com paralisia cerebral. Esse convite se deveu a duas características particulares minhas: ter formação de árbitro de futsal e ser pessoa com hemiparesia.

A minha deficiência é considerada um tipo de paralisia cerebral leve. Assim, por uma questão de representatividade, ele (professor Álvaro) considerou que seria importante para a modalidade um árbitro com a mesma deficiência dos jogadores dirigir as partidas. Aceitei o convite, e o contato com a modalidade me fez ressignificar a relação que eu tinha com a deficiência. Nesse primeiro campeonato brasileiro, em 2013, conheci jovens com quem compartilhavam algumas dificuldades relacionadas à deficiência física. Aqueles jovens eram jogadores de futebol, portanto eu me senti feliz naquele espaço e comecei a ter uma aceitação maior da minha deficiência, mesmo que eu tenha poucas limitações físicas. Depois dessas experiências, que me tocaram positivamente e me tornaram mais confiante, atuei em um



Campeonato Brasileiro de futebol para pessoas com paralisia cerebral em 2015; na sequência, recebi uma convocação para ser árbitro no futebol para pessoas com paralisia cerebral nos Jogos Paralímpicos em meu país, Brasil (2016). Isso foi motivo de muita emoção e transformação na minha autonomia de vida.

Atuei como árbitro nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 no futebol de 7 (hoje chamado de “futebol para pessoas com paralisia cerebral”) e, em 2017, fui indicado para pertencer ao quadro de árbitros da *International Federation of Cerebral Palsy Football* (IFCPF). Em 2023, completei minha sétima temporada como árbitro internacional, tendo atuado em seis competições internacionais, sendo três delas na Espanha e uma na Colômbia. Desde fevereiro de 2019, integro o Comitê de Arbitragem da *International Federation of Cerebral Palsy Football* (IFCPF), como representante do continente americano. Com essas oportunidades, lancei-me no mundo, viajei sozinho internacionalmente e me tornei um árbitro e um homem mais confiante, competente e engajado nas causas inclusivas.

## 2 INTRODUÇÃO

A partir das experiências de formação como estímulo para os estudos e pesquisa na área das mulheres nas práticas corporais e esportivas, bem como encorajado pelos debates realizados no grupo de pesquisa GEFSS sobre as desigualdades de gênero nessa seara, decidi unir minhas experiências no futebol de mulheres com as vivências na arbitragem numa pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Educação Física, que tematizou a violência contra a arbitragem no futebol amador juizforano. Nesse contexto, segui pesquisando sobre minorias sociais e investiguei as trajetórias de mulheres árbitras no futebol profissional, para minha tese de Mestrado. Concomitantemente, reaproximei-me das quadras como treinador de goleiras no Tá Joia Futsal Clube (2016) e na seleção de futsal de mulheres de Matias Barbosa/MG (2018) na disputa dos Jogos do Interior de Minas (JIMI).

Na dissertação, que versou sobre a participação de mulheres árbitras brasileiras nas décadas de 1980, 1990 e 2000 no futebol profissional, pudemos revelar trajetórias importantes e inspiradoras (Monteiro, 2016). Observamos também que as árbitras pesquisadas vêm demonstrando protagonismo e empoderamento<sup>3</sup> para ocuparem seus espaços na arbitragem, procurando se manter atuantes, mesmo que contestadas e muitas vezes “sabotadas”; tal cenário configura suas trajetórias como incertas do ponto de vista financeiro e de progressão na carreira. Ainda que existam algumas semelhanças no tocante aos perfis das participantes da pesquisa, chamou-nos a atenção a diversidade de modos de construção das carreiras na arbitragem. Ficou claro que essas mulheres pioneiras das décadas de 1980 e 1990 foram referência para a chegada de novas árbitras de futebol nos anos 2000, visibilizando esse espaço de atuação. A conclusão da referida investigação provocou algumas inquietações, que resultaram na escrita de um projeto de pesquisa de Doutorado, iniciado em 2018.

Compartilho algumas dessas questões que hoje norteiam essa pesquisa:

- i) Como as experiências corporais e esportivas na infância e juventude influenciaram na construção das carreiras das árbitras?
- ii) Como as árbitras constroem suas experiências, projetos e carreiras na arbitragem em futebol e como resistem às desigualdades de gênero?

Cabe destacar também a inspiração que tive em leituras de pesquisas que investigaram o futebol como possibilidade de projeto profissional para as mulheres. Desse modo, as próximas

---

<sup>3</sup> Para Joice Berth (2020), empoderamento é um conceito político, para servir de instrumento para a luta social, a conscientização e a emancipação de grupos minoritários (Berth, 2020).

subseções intituladas “*Questões de gênero nas práticas corporais e esportivas*”(2.1), “*O campo da arbitragem no futebol: contextualização, formação e atuação das mulheres*”(2.2) e “*Construindo as noções de Projeto e Carreira*” (Capítulo 3) dedicam-se, respectivamente, a abordar o nosso referencial teórico relacionado às questões de gênero no esporte; contextualizar o campo de formação e atuação das mulheres na arbitragem; e apresentar as noções teóricas de projeto e carreira.

Esta tese de Doutorado se apresenta em sete capítulos. O primeiro traz uma apresentação da trajetória acadêmica do autor, suas aproximações com a temática investigada e as inquietações da dissertação de Mestrado que culminaram na realização desta pesquisa. O segundo capítulo corresponde à introdução do tema, à contextualização do campo de pesquisa e à vertente teórica das questões de gênero no esporte em que nos baseamos, bem como os objetivos da tese. O capítulo 3 contempla o reconhecimento do trabalho na arbitragem, as maneiras como as condições de trabalho interferem no cotidiano das árbitras, além do referencial teórico sobre projeto e carreira. O capítulo 4 contempla os percursos metodológicos realizados ao longo da pesquisa. No quinto capítulo, intitulado “*Práticas corporais e esportivas na juventude e as escolhas pela Arbitragem*”, analisamos como as experiências corporais e esportivas na infância e juventude influenciaram na construção das carreiras das árbitras. O capítulo 6, “*Arbitragem em futebol como projeto profissional de mulheres*”, contempla as análises sobre como se deram as construções dos projetos das mulheres árbitras, considerando os aspectos de inserção na arbitragem, as estratégias para permanência no campo, bem como as formas de resistência às desigualdades de gênero enfrentadas no campo. Por fim, no capítulo 7, tecemos as considerações finais.

## 2.1 QUESTÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS

No momento em que nos propusemos a investigar os projetos de mulheres na arbitragem em futebol, pareceu-nos que adotar “gênero” como uma das categorias analíticas seria importante na compreensão de suas carreiras. Primeiro, porque o futebol é uma modalidade que historicamente infringiu às mulheres brasileiras uma série de restrições à participação, inclusive por meio de uma lei que proibia a sua prática e que vigorou por 40 anos.

A referida legislação (decreto-lei 3199/41) estava ancorada em preceitos higienistas que vigoravam no Estado Novo, preconizando que o papel das mulheres era o da reprodução e da maternidade. Assim, as atividades físicas aconselhadas a elas deveriam ser leves e com vistas a fortalecer seus corpos para serem mães que gerariam filhos fortes para a nação. Em

decorrência do decreto-lei, foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), com a função de orientar e fiscalizar o desporto no país e proibir as mulheres de praticarem modalidades esportivas consideradas “incompatíveis” com a sua natureza (Mourão, 2000). Embora a citação explicitando a proibição do futebol viesse em 1965 (deliberação 7/65 do CND), desde o início da década de 1940 o futebol já era considerado violento e incompatível com a natureza feminina, portanto, proibido para as mulheres (Bonfim, 2019). Em resumo, durante o período de 1941 a 1979, as mulheres estiveram proibidas de praticar o futebol e competir na modalidade oficialmente no país.

A segunda razão é o relevante fato de estarmos refletindo sobre projetos de trabalho e carreira no esporte, que apresentavam – e ainda apresentam – uma disparidade de possibilidades e oportunidades às mulheres quando comparadas às oferecidas aos homens nas mais diferentes funções. Sob esse prisma, a entrada de mulheres em certos campos de trabalho, como o esportivo, pode ser interpretada como resultado de lutas e resistências contra normas sociais patriarcais. Nesse aspecto, interessa-nos investigar como a ocupação desses espaços desestabiliza as normas de gênero. Para tal, explicitamos a vertente teórica seguida por nós, bem como suas implicações e aproximações com o campo dos estudos de gênero na área da Educação Física<sup>4</sup> e com o nosso objeto de estudo.

Partindo dos pressupostos pós-estruturalistas<sup>5</sup>, trabalhamos com o conceito de gênero e as teorizações desenvolvidas pela historiadora norte-americana Joan Scott (Scott, 1995; 2005), que representaram um marco teórico para a academia em meados da década de 1980 e influenciaram as pesquisas sobre a temática de gênero no campo da Educação Física (Goellner, 2013) e em muitas outras áreas de pesquisa no Brasil (Brito, 2018). Scott (1995) trouxe grande contribuição acadêmica ao propor o gênero como uma construção social e cultural; a autora concebe o termo como: “(1) um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e propõe que “(2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Acerca de seu caráter relacional, ela pontua:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as

---

<sup>4</sup> Não se objetiva fazer um levantamento histórico dos estudos de gênero e sua chegada ao campo da Educação Física. As informações de caráter histórico aqui apresentadas visam apenas deixar claro nosso ponto de partida para pensar o tema e suas aproximações com o objeto de estudo.

<sup>5</sup> O pós-estruturalismo reconhece o papel central da linguagem para representar o gênero, bem como considera que os significados não são fixos, mas, ao contrário, dinâmicos (Brito, 2018).

relações sociais. (...) A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (Scott, 1998, p. 2).

Dessa forma, a maneira como vivemos o gênero e a sexualidade é aprendida na cultura, através de discursos que são reproduzidos à exaustão pela mídia e instituições como igreja, família, escola, ciência, esportes, legislação vigente e através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos<sup>6</sup> (Louro, 2008). Meyer (2009) e Veiga-Neto (2006) nos auxiliam nesse entendimento, pois concebem a educação como um processo de trazer o outro para uma cultura. Nessa perspectiva, Dornelles (2020) coloca que tais ensinamentos a serem “aprendidos” sobre gênero e sexualidade se orientam por um viés heteronormativo, que naturaliza a heterossexualidade como norma e impõe que as identidades de gênero devem ser construídas sob uma base binária homem/mulher, masculino/feminino (Dornelles, 2020).

As pesquisas de gênero como categoria de análise no campo da Educação Física brasileira são recentes. Conforme destaca Goellner (2013), essa inserção aconteceu entre o final da década de 1970 e o início de 1980, tendo produção mais acentuada a partir dos anos 2000 e apresentando grande diversidade de temas, objetos de estudo e diferentes abordagens metodológicas, com predomínio da abordagem qualitativa (Goellner *et al.*, 2010). É importante destacar que a Educação Física é uma área que veio se constituindo numa tradição acadêmica das Ciências Naturais, biológicas e de abordagem quantitativa (Silva; Velozo; Rodrigues Jr., 2004). Seus estudos privilegiavam (e ainda podemos dizer: privilegiam), desde o século XIX, uma visão anátomo-fisiológica de corpo, pensando no ser humano como um sujeito biológico (Silva; Velozo; Rodrigues Jr., 2004). O próprio Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), fundado em 1978, uma das principais entidades acadêmicas na área da Educação Física, foi constituído segundo o modelo do Colégio Americano de Medicina do Esporte, de linha biomédica e abordagem quantitativa (Silva; Velozo; Rodrigues Jr., 2004). O Grupo de Trabalho Temático de Gênero no CBCE foi criado apenas em 2013 e teve sua primeira

---

<sup>6</sup> Teresa de Lauretis (1989) em seu texto “A Tecnologia do Gênero” defende que o gênero não é intrínseco aos seres humanos, mas um resultado de efeitos (gerados nos corpos), comportamentos e relações sociais, através de uma Tecnologia Política (Corrêa; Arán, 2008). O termo Tecnologia refere-se à arte de fabricar instrumentos a serem usados pelo homem para transformar a natureza. Tal perspectiva reforça os binarismos, ao opor natural/artificial; masculino/feminino, associando o homem à cultura e a mulher à natureza (Corrêa; Arán, 2008). Alguns exemplos de Tecnologias de Gênero são: cinema, mídia e narrativas.

participação no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte<sup>7</sup> (CONBRACE) na edição de 2015, 37 anos após a fundação do Colégio. Na ocasião, foram apresentados 32 trabalhos (entre apresentações orais e pôsteres) sobre a temática de gênero e práticas corporais e esportivas (GTT Gênero CBCE, 2015). A inclusão do GTT Gênero no CONBRACE foi importante para promover diálogos sobre as temáticas de gênero, sexualidade e identidade de gênero (entre outros temas) nas práticas corporais e esportivas, de modo a refletir sobre problemas que afetam a Educação Física brasileira, bem como contestar discursos conservadores e sem sustentação científica (Devide, 2020). A produção científica que considera o gênero como um marcador social de diferença e, portanto, parte constituinte da identidade do sujeito, contribuiu e vem contribuindo para a desconstrução dos binarismos homem/mulher – masculino/feminino, buscando contemplar a pluralidade de formas de ser e expressar as masculinidades e feminilidades (Meyer, 2004).

A chegada e o incremento dos estudos de gênero e feministas paulatinamente na Educação Física brasileira contribuíram com a desconstrução de argumentos sociais de que as desigualdades entre homens e mulheres nas práticas corporais e esportivas seriam explicadas por questões biológicas e não relacionadas ao contexto sociocultural (Goellner, 2013). Não obstante, já é sabido que as relações de gênero atravessam todas as formas de convivência humana; dentre elas, situa-se o universo das práticas corporais e esportivas, seja no contexto escolar, de lazer ou do esporte de rendimento. Conforme aponta Goellner (2021, p. 103): “Além de tensionar argumentos pautados pelo determinismo biológico, a presença das mulheres no ambiente esportivo foi crucial para mostrar o quanto este espaço é *generificado* (marcado pela diferença de gênero) e *generificador* (produz a diferença de gênero)”.

Isso se dá na medida em que as práticas corporais produzem as normas de gênero consonantes à heteronormatividade, bem como reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres no contexto da prática e no âmbito do esporte em geral. Nessa linha, pode-se pensar os espaços esportivos como *generificados* e *generificadores*, não só no contexto das praticantes (mulheres atletas ou praticantes recreacionais), mas também das treinadoras, árbitras, gestoras, repórteres, torcedoras e demais grupos atuantes. Partindo desse raciocínio, Wenz e Martins (2020) argumentam que, ainda hoje, causa estranheza na sociedade brasileira ver uma mulher “jogadora profissional de futebol (...), árbitra, jornalista, treinadora, gestora, torcedora ou espectadora” (p. 9). As pesquisadoras chamam a atenção para uma reflexão importante: “(...)

---

<sup>7</sup> Principal Congresso nacional realizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte a cada dois anos. A edição de 2015 foi sediada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória/ES.

por que nos causa tanta estranheza falarmos de práticas corporais lúdicas e esportivas das mulheres nos diferentes espaços e instâncias da sociedade? (Wenetz; Martins, 2020, p. 9)”. A resposta está na relação estabelecida com as expectativas sociais de que as mulheres tenham determinados comportamentos e sigam certos padrões impostos pela sociedade, como “espera-se que uma mulher seja feminina” (Kessler, 2023, p. 211) e que ela performe<sup>8</sup> uma feminilidade normatizada, pautada em padrões heteronormativos de gênero, caso contrário seu corpo não apresenta a coerência esperada entre sexo, gênero e orientação sexual (Louro, 2009), sendo considerado abjeto (Butler, 2003). Nessa perspectiva, Guacira Louro aponta que “os corpos são marcados social, simbólica e culturalmente – pelo próprio sujeito e pelos outros (Louro, 2004, p. 83)”. Essas marcas podem:

[...] permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado. (Louro, 2004, p. 83-84).

Sob essa ótica, constatamos que não é nenhuma coincidência que as mulheres representem apenas 6% dos praticantes de futebol no Brasil, como demonstraram os dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios<sup>9</sup> (PNAD) de 2015 (Martins; Silva; Vasquez, 2021). Ao adentrarem o universo esportivo, seja como praticantes recreacionais ou trabalhadoras, as mulheres têm suas identidades, orientações e expressões colocadas sob o “guarda-chuva” dos estereótipos de gênero e, por sua presença e performances desestabilizarem a matriz de inteligibilidade<sup>10</sup> instituída, são por vezes desencorajadas, desvalorizadas, objetificadas e até mesmo violentadas das mais diversas maneiras. Desse modo, ratificamos que a categoria “gênero” nos fornece elementos para compreender as trajetórias de mulheres inseridas no campo da arbitragem em futebol no Brasil; antes, porém, é salutar contextualizar

---

<sup>8</sup> Judith Butler propõe que o gênero é performativo (Fischer, 2020; Brito, 2018). Fischer (2020) aponta que os conceitos de identidade e performatividade são centrais para compreender a teoria *butleriana*. Isso porque, para a autora: “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2010, p. 59).

<sup>9</sup> O PNAD foi uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>10</sup> Para Judith Butler (2003), a matriz de inteligibilidade é expressa num conjunto de normas e expectativas sociais que requerem uma relação binária e coerente entre sexo, gênero e desejo, funcionando como um mecanismo de marginalização e exclusão de corpos que não se adequem a tais padrões.

e discorrer sobre o que já se tem produzido sobre alguns dos atravessamentos de gênero no referido campo.

## 2.2 O CAMPO DA ARBITRAGEM NO FUTEBOL: CONTEXTUALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS MULHERES

Quando se trata do futebol, independente do cargo e da função a serem desempenhados, é a matriz cisheteronormativa patriarcal e racista que “dita as regras”. No tocante à prática esportiva em si, um estudo conduzido pelo sindicato dos jogadores de futebol (FIFPro) em 2018 revelou que 49% das jogadoras de futebol de elite (em 33 países pesquisados) não recebiam salários e que 87% delas encerraram a carreira antes dos 25 anos<sup>11</sup> (Agência Brasil, 2018). O relatório de 2017 da *FIFPro Global Employment*<sup>12</sup> (FIFPro, 2019) sobre o futebol de mulheres apontou que 47% das jogadoras entrevistadas abandonam a carreira cedo para cuidar de suas famílias. Corroborando esses dados, Pinheiro (2020) afirma que as mulheres jogadoras possuem uma desvantagem em relação aos seus pares homens, pois enfrentam uma jornada tripla: o futebol, o trabalho doméstico (não remunerado e muitas vezes invisibilizado) e um emprego extra.

Nessa direção, mas extrapolando a participação das mulheres enquanto atletas, a pesquisa de Novais (2018) sobre treinadoras e auxiliares técnicas da elite do futebol de mulheres no Brasil encontrou grande disparidade nos salários ofertados às treinadoras que atuavam no futebol de mulheres em relação aos treinadores no futebol masculino de elite (Novais, 2018; Novais *et al.*, 2021). A autora verificou que, embora elas possuíssem nível de capacitação acadêmica e profissional superior ao de treinadores homens, seus salários eram muito mais baixos que os deles (Novais, 2018). Os cargos de liderança no futebol, bem como nas comissões técnicas, gestão e arbitragem, são majoritariamente ocupados por homens (Barreira, 2021).

Nas subseções que se seguem, elucidaremos o contexto histórico-cultural marcadamente machista do campo da arbitragem e passaremos a tratar mais especificamente da formação e atuação das mulheres nesse segmento.

---

<sup>11</sup> Matéria disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/estudo-aponta-que-49-das-jogadoras-de-futebol-nao-recebe-salarios>.

<sup>12</sup> Estudo da FIFPro, disponível em: <https://fifpro.org/en/supporting-players/competitions-innovation-and-growth/global-employment-market-for-women-s-football/women-s-global-employment-report>.



### 2.2.1 Contextualizando: a arbitragem enquanto profissão

O formato atual de 17 regras do futebol advém do decênio de 1930, e as alterações foram acontecendo paulatinamente, para atender a novas demandas apresentadas pelo jogo (Righeto; Reis, 2017). Em relação à figura do árbitro, as primeiras regras codificadas do futebol moderno que surgiram em 1863 na Inglaterra, por considerarem os princípios cavalheirescos da aristocracia, não previam a presença um agente externo às equipes para mediar as partidas (Boschilia, 2008).

Para Toledo (2008), as regras do futebol não devem ser tratadas como um tema menor ou com frieza, já que, ao compor o conjunto de normas do jogo, elas podem nos auxiliar na compreensão das dimensões simbólicas desse esporte (Toledo, 2008). Seguindo esse raciocínio, o próprio fato de a função de árbitro não constar nas primeiras regras redigidas<sup>13</sup> do esporte nos sugere que a função de árbitro foi conquistando seu espaço e autonomia nesse esporte pouco a pouco, como veremos na sequência deste item.

Em 1868, surge nas regras do jogo um árbitro, chamado de *umpire* na ocasião. Sua função era intervir apenas quando solicitado pelos capitães dos times (Boschilia, 2008).

A arbitragem em futebol<sup>14</sup> surgiu na década de 1880, com a presença de “um árbitro”. Franco Júnior (2007) pontua que esse surgimento do árbitro de futebol aconteceu em virtude da necessidade da aplicação correta da regra de impedimento, já que o jogo de futebol começou a ter características de trocas de passes. A justificativa para o árbitro atuar fora do campo de jogo naquela ocasião era para que pudesse ter uma visão global da jogada, podendo observar o momento do passe, a posição do receptor da bola e dos defensores adversários (Franco Júnior, 2007).

Em 1881, surge o árbitro mediador. Ele atuava fora do campo e suas funções eram diferentes das do árbitro que conhecemos hoje. Essa pessoa era escolhida em comum acordo pelas equipes envolvidas no certame e tinha como objetivo tomar decisões em questões não solucionadas pelos mediadores. Entre suas responsabilidades estavam anotar as ocorrências da partida, controlar o tempo de jogo e poder advertir verbalmente e até expulsar jogadores que apresentassem conduta inadequada ou violenta (Destro, 2018). As atribuições do árbitro dentro

---

<sup>13</sup> Posteriormente, o autor menciona a regra 5 “O Árbitro” e a regra 6 “Fiscais de linha” (nomenclatura antiga), que descreviam as funções desses oficiais de arbitragem no futebol (Toledo, 2008).

<sup>14</sup> Como nossa pesquisa tem como foco as mulheres árbitras, trouxemos neste trecho do texto um breve histórico da arbitragem. Entretanto, cumpre destacar que como essa investigação não tem objetivos históricos, tais aspectos foram destacados na medida em que podem nos auxiliar a compreender a atuação de mulheres na arbitragem.

do campo foram se modificando com o tempo. Como vimos, inicialmente o árbitro possuía uma função de moderador, sem muita interferência nas partidas; posteriormente, seu poder de decisão foi aumentando, e surgiram os árbitros assistentes para o auxiliarem na condução do jogo (Boschilia; Vlastuin; Marchi Jr., 2008).

O árbitro de futebol (*referee*, em inglês) com as funções que conhecemos hoje apareceria alguns anos mais tarde (1891), junto com os fiscais de linha (*linesmen*, em inglês), que seriam os árbitros assistentes de hoje em dia, conhecidos popularmente como “bandeirinhas” (Destro, 2018). O árbitro e os fiscais de linha substituem o árbitro mediador e os mediadores. Os fiscais de linha eram indicados pelas equipes e tinham a função de auxiliar o árbitro na indicação de saída de bola do campo, mostrando qual das equipes teria a posse de bola no arremesso lateral, tiro de meta ou escanteio, quando saísse pela linha de fundo. É importante destacar que as indicações dos fiscais sempre estavam sujeitas à decisão final do árbitro (Boschilia, 2008). Em 1893, as decisões tomadas pelo árbitro sobre fatos ocorridos na partida passaram a ser finais, ou seja, não eram passíveis de recursos, reclamações ou revisão (Destro, 2018). A partir desse momento, passou a ser obrigatória a presença de um árbitro nas partidas oficiais, fossem profissionais ou amadoras (Silva, 2023). A função do árbitro era (e ainda é) realizar uma aplicação correta das regras do jogo, auxiliado por seus assistentes, arbitrar com imparcialidade e interferir o mínimo possível na partida (Righeto; Reis, 2017).

A partir desse contexto do surgimento da arbitragem, é importante destacar que a função de árbitro de futebol no Brasil pode ser observada desde os primeiros registros da modalidade no país próximo de 1900 (Silva; Rodriguez-Añez; Frómeta, 2002). Segundo os autores, “para apitar uma partida, era escolhida uma pessoa momentos antes desta iniciar-se, a qual **não recebia nenhum valor financeiro pelo seu trabalho** [grifo nosso] (Silva; Rodriguez-Añez; Frómeta, 2002, p. 41-42)”. Vemos que essa atividade se iniciou num caráter de informalidade, sem formação e/ou preparação específica para a função. Como não havia escala, nem pagamento pela arbitragem realizada, a escolha de alguém presente no local antes do jogo para arbitrar denota um caráter descompromissado que as pessoas da época atribuíam a essa função.

Os registros daquele período mostram a participação de homens como árbitros, e alguns homens chegaram a exercer a função de árbitro e a de jogador no mesmo campeonato. Os primeiros registros no país mostram a participação de homens exercendo essa função, como o pioneiro Antônio Casimiro da Costa, em 1902, e Rocio Egydio de Souza Aranha. Alguns deles chegaram a ser jogadores e árbitros na mesma competição, como fizeram Hermann Friese e Charles Miller na década de 1910, época em que isso era comum (Destro, 2018). Nesses registros, é escassa a participação de mulheres árbitras. Em virtude disso, alguns autores

sinalizam a dificuldade em precisar quando as mulheres inauguraram a sua participação como árbitras no futebol (Silva; Rodriguez-Añez; Frómeta, 2002).

Ainda que tenham sido documentadas as primeiras experiências de um árbitro de futebol há mais de um século e meio, as carreiras de mulheres na arbitragem no Brasil ainda são marcadas por históricos de exclusão, precariedade de registros e desconhecimento dos caminhos percorridos pelas trabalhadoras do apito. Assim, compreendendo a importância de visibilizar essas trajetórias para que sejam “conhecidas e reconhecidas”<sup>15</sup>, discorreremos sobre a inserção de mulheres e os desafios presentes nas suas trajetórias dentro da arbitragem no futebol, desde a formação até a efetiva atuação.

### **2.2.2 A formação no campo da arbitragem**

Inicialmente, os cursos de formação de arbitragem em futebol<sup>16</sup> eram realizados pelas mulheres e homens interessados neles, como é o caso da pioneira Léa Campos em 1967 na Federação Mineira de Futebol (Monteiro; Mourão, 2016). É importante destacar que Léa Campos foi a primeira mulher brasileira de que se tem registro a realizar um curso de arbitragem nesse esporte, proibido para mulheres no país por lei<sup>17</sup>. Após a finalização dos oito meses de curso, com aprovação em todas as avaliações, Léa não foi diplomada junto com os colegas de curso. Essa situação de exclusão sofrida por Léa é justificada pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange, a partir da máxima: “constituição óssea da mulher é inferior à do homem” (Campos, 2015)<sup>18</sup>. Esse fato foi narrado por Léa Campos em entrevista realizada em 2015, na qual ela revela ter recorrido a um médico para atestar que sua constituição óssea seria a mesma de um homem. Entretanto, mesmo após apresentar esse laudo, a diplomação não foi outorgada. João Havelange ratificou sua posição ancorada na biologia e afirmou: “Enquanto eu for presidente da CBD, nenhuma mulher joga ou apita futebol neste país, porque eu não quero” (Campos, 2015). Nesse contexto autoritário e de muita discriminação, Léa só conseguiu ser diplomada quatro anos depois (1971), episódio que contou inclusive com a intervenção de Emílio Garrastazu Médici, Presidente do Brasil (Monteiro;

---

<sup>15</sup> A expressão faz referência à proposição da pesquisadora Silvana Goellner da importância de “conhecer para reconhecer” as trajetórias de mulheres no futebol.

<sup>16</sup> No capítulo 6, em que analisaremos os projetos, abordaremos algumas especificidades dos cursos de formação e a importância da realização de cursos exclusivos para mulheres.

<sup>17</sup> Entre 1941 e 1979, vigorou no Brasil o decreto-lei 3199/41, que proibia a prática de desportos considerados inadequados à sua natureza (Mourão, 2000).

<sup>18</sup> Entrevista aberta concedida por Léa Campos à pesquisadora Silvana Goellner no Museu do Futebol, São Paulo, 2015.

Mourão, 2016). Assim, no mesmo ano em questão, Léa foi reconhecida pela FIFA como a primeira árbitra de futebol do mundo (Museu do Futebol, 2019).

Os cursos de arbitragem eram organizados de forma mista e, no seu início, na maioria das vezes, a aluna inscrita não tinha outras colegas mulheres, como no caso de Silvia Regina de Oliveira, que se formou árbitra em 1980 na cidade de Mauá/SP num curso da liga local (Oliveira, 2015). Esse curso feito por Silvia Regina aconteceu exatamente um ano depois da revogação da proibição do futebol para mulheres no país. É interessante pensar que essa proibição de 38 anos tornou o cenário de inserção da mulher nesses esportes não só mais lento, como desigual e preconceituoso.

Dito isso, por uma iniciativa inovadora da Associação de Árbitros do Rio de Janeiro em 1983, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro sediou um curso exclusivo para mulheres na arbitragem de futebol, o qual curso contou com a participação da árbitra Claudia Guedes (Guedes, 2015)<sup>19</sup>, que viu nessa oportunidade uma chance de ingressar no universo do futebol, já que almejava ser treinadora (Guedes, 2015):

Eu queria ser técnica, então eu estava estudando para isso na faculdade e aí surgiu esse curso de formação de árbitras, era a primeira vez no mundo em que se fazia um curso só para a formação de árbitras de futebol. (...) aí me inscrevi. Achei que era um caminho para que eu chegasse ao mundo do futebol. (Guedes, 2015, p. 2).

É interessante destacar que esse curso fez com que Claudia Guedes reelaborasse seus projetos, já que, após concluí-lo, e dada a sua boa atuação, decidiu seguir a carreira de árbitra: *“No primeiro jogo em que eu apitei já saí de campo dizendo que eu ia ser árbitra de futebol. Eu esqueci completamente o meu desejo de ser técnica e disse: “Eu vou ser árbitra de futebol!” para você ver a minha satisfação”* (Guedes, 2015, p. 3).

A partir desses destaques de mulheres árbitras e de um breve relato de suas formações no cenário pré e pós-proibição da prática do futebol de mulheres pelo CND, podemos sugerir a influência positiva que um curso de formação exclusivo para mulheres teve na carreira da pioneira Cláudia Guedes. Nesse sentido, Kirsch (2014) investigou as expectativas e aspirações de 30 alunas de um curso de arbitragem para mulheres, promovido pela Associação Gaúcha de Futebol Feminino na cidade de Porto Alegre em 2014 (Kirsch, 2014). A autora verificou que o ambiente de acolhida proporcionado por um curso somente para mulheres despertou nas alunas

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida em 2015 ao pesquisador Igor Chagas Monteiro para o projeto “Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional”.

o projeto de se formarem árbitras e de seguirem na carreira, desejando até mesmo torná-la sua principal fonte de renda (Kirsch, 2014).

A formação atualmente acontece com homens e mulheres compondo turmas mistas, em que compartilham as aulas e atividades. Uma ressalva nesse sentido é relativa à Federação Paulista de Futebol, que abriu turmas exclusivas para mulheres nas temporadas 2019 e 2020 (Federação Paulista de Futebol, 2020), mas essa iniciativa não teve continuidade.

A fim de consultar informações sobre os cursos de arbitragem em futebol, recorreremos às Diretrizes da Comissão de Arbitragem<sup>20</sup> (DCA) da CBF disponíveis no site da entidade e aos sites das federações estaduais<sup>21</sup>. As DCAs passam por constantes revisões e as datas da última atualização constam discriminadas em cada documento. Na estrutura da arbitragem brasileira, o órgão máximo é a Comissão de Arbitragem da CBF (DCA 01/CBF, 2019). Cada federação possui uma Comissão Estadual de Arbitragem, que é subordinada à Comissão de Arbitragem da CBF (DCA 01/CBF, 2019).

O órgão responsável pela orientação e suporte às escolas de arbitragem estaduais, bem como pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento da arbitragem brasileira é a Escola Nacional de Arbitragem (ENAF) da CBF (DCA 01/CBF, 2019). A ENAF promove cursos e seminários regionais e nacionais, visando o desenvolvimento de instrutores e o aperfeiçoamento de árbitras/os já formados (DCA 01/CBF, 2019). No caso da formação inicial, a ENAF apenas monitora os cursos de arbitragem estaduais, sendo a formação das/os árbitras/os delegada às escolas de arbitragem das federações estaduais: “(...) acompanhar e, na medida do possível, dar suporte às escolas regionais de formação de árbitro (...) (DCA 01/CBF, 2019, p. 7)”.

Os cursos de formação na arbitragem em futebol são oferecidos pelas federações estaduais afiliadas à CBF. A idade mínima para ingressar num curso estadual é de 16 anos e a escolaridade exigida é o ensino médio completo (Federação Mineira de Futebol, 2023; Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, 2023). Há basicamente dois níveis de formação: municipal e estadual. As atividades em nível nacional ou internacional acontecem apenas na esfera do aperfeiçoamento, com árbitras e árbitros já formados.

---

<sup>20</sup> É um conjunto de 16 documentos que descrevem a estrutura da arbitragem no Brasil, como os critérios para ingresso no quadro da CBF, as competências da Comissão de Arbitragem, as avaliações físicas e teóricas habilitadoras para atuar na arbitragem, as diretrizes para avaliação de árbitras/os, que podem culminar na manutenção, ascensão ou descenso de sua categoria, entre outros. Tais documentos podem ser acessados em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretrizes/da-arbitragem>.

<sup>21</sup> A Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro parece ser a que contém mais informações sobre os cursos de arbitragem em seu site: <https://www.fferj.com.br/Pagina?refPagina=44>. Nos sites de outras federações estaduais quase não há informações.

O primeiro nível de formação (municipal) são os cursos chancelados pelas federações estaduais, os quais são oferecidos por ligas municipais filiadas a uma federação estadual. Seu objetivo principal é atender às demandas do futebol amador dos municípios (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, 2023). O segundo nível de formação são os cursos ofertados pelas federações estaduais filiadas à CBF. Seu objetivo é a formação de oficiais de arbitragem para atuar nas competições organizadas pelos estados (Federação Mineira de Futebol, 2023; Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, 2023; Federação Paulista de Futebol, 2023). Esses cursos possuem tempo de duração entre 6 e 18 meses, dependendo da federação estadual que os esteja ofertando. O valor total para realizar os cursos, incluindo a taxa de matrícula, também é bastante variável, entre R\$ 4.500 e R\$ 10.300<sup>22</sup>, dependendo do estado. Alguns estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, ainda oferecem descontos de 50%<sup>23</sup> para as alunas. O valor total de cada curso é dividido em mensalidades. Esses cursos, em nível estadual, possuem a carga horária mínima de 220 horas, atendendo ao pré-requisito de formação, um dos necessários para pleitear o ingresso no quadro nacional de arbitragem da CBF. Somado a essa formação, é obrigatório passar por experiência no futebol estadual e ainda receber a indicação de sua respectiva federação para compor o quadro nacional (DCA 03/CBF, 2022).

Na tentativa de acessar o currículo de cursos estaduais, encontramos algumas semelhanças curriculares entre os cursos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Entre as disciplinas da grade curricular básica, identificamos: “Regras de Futebol”; “Mecânica e Técnica de Arbitragem”; “Expressão Oral e escrita”; “Súmulas e Relatórios”; “Psicologia Aplicada à Arbitragem”; “Nutrição Aplicada à Arbitragem”; “Preparação Física e Avaliações [físicas]”; “Legislação e Código Desportivo”; “Noções de Primeiros Socorros” e “Palestras de Árbitros [ex-árbitros e membros da comissão de arbitragem]” (Federação Mineira de Futebol, 2019; Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, 2022). Essas disciplinas visam contemplar os quatro pilares que um árbitro necessita desenvolver para desempenhar plenamente suas funções em campo: técnico, físico, social e mental (Velho; Fialho, 2015).

Os quatro pilares norteadores da formação foram estabelecidos pela ENAF da CBF. De Sousa (2016) explica que o pilar técnico diz respeito ao domínio e à aplicação das regras do futebol; o físico fala do treinamento físico necessário para boas atuações e aprovação nos testes físicos; o mental trata de questões psicológicas, passando pela tomada de decisão, concentração,

---

<sup>22</sup> Nos editais dos cursos de 2023, encontramos os seguintes valores: Federação Mineira: R\$ 4.500; Federação Paulista: R\$ 7.100 e o curso da FFERJ teve o total de R\$ 10.300,00.

<sup>23</sup> O valor do curso de 2023 na FFERJ de R\$ 10.300,00 com o desconto para as mulheres sairia por R\$ 5.150,00. As turmas exclusivas para mulheres da Federação Paulista nas temporadas de 2019 e 2020 contaram com desconto de 50% para as alunas.

foco e lidar com as pressões; o social compreende a diversidade de cada estado do país, seus hábitos e costumes, a fim de estabelecer uma linguagem clara e acessível dentro dos gramados (De Sousa, 2016).

Em vista disso, os cursos contam com aulas teóricas e práticas, bem como estágios práticos em competições de categorias de base promovidas por seus respectivos estados. Após a conclusão da carga horária e a aprovação nas avaliações teóricas, a/o aluna/o é diplomada/o árbitra/o de futebol, a/o qual está habilitada/o para pleitear o início de sua trajetória, começando nas competições estaduais, normalmente nas categorias de base.

Concluída a descrição dos processos de formação, passaremos à abordagem das atuações de mulheres na arbitragem, desde as pioneiras ao cenário contemporâneo.

### **2.2.3 Mulheres na arbitragem: atuação e desafios**

Iniciamos este item com uma citação de Goellner (2011, p. vii), em que a autora destaca que “o silêncio não significa ausência! Logo, o fato de não serem nomeadas, evidenciadas, mostradas e narradas outras mulheres no esporte” (e incluímos, na arbitragem) não significa que há muito tempo as mulheres já não atuassem como árbitras no futebol brasileiro, mesmo considerando que se passaram 60 anos para que tivéssemos notícias do primeiro registro de uma mulher na arbitragem.

Com essa reflexão, abordamos as atuações pioneiras e históricas de mulheres árbitras, como Lea Campos e Cláudia Guedes, mostrando que as mulheres já estavam presentes nos gramados apitando havia algumas décadas, ainda que tais fatos não tenham tido espaço e o reconhecimento merecido no universo futebolístico e midiático.

Lea Campos já estava atuando em partidas internacionais de futebol de mulheres em 1971, quando apitou na 2ª edição do Mundial de Futebol Feminino realizado no México pela Federação Internacional Europeia de Futebol Feminino (Batista, 2021). É importante ressaltar que, durante esse período (1941-1979), as mulheres estavam proibidas de praticar o futebol e competir oficialmente no Brasil. Esse decreto só veio a ser revogado em 1979 (Mourão, 2000). No início da década de 1980, no cenário pós-proibição do futebol de mulheres, já começavam a aparecer mulheres árbitras, como Silvia Regina, em São Paulo (Oliveira, 2015) e Maria Edilene de Siqueira, em Pernambuco (Zirpoli, 2017). Silva (2023) sugere que o ideário que sustentou as proibições legais da prática de futebol pelas mulheres por 40 anos reverberou na sociedade brasileira de forma que limitou as participações de mulheres em diferentes espaços esportivos, inclusive na arbitragem em futebol (Silva, 2023).

O futebol de mulheres só foi regulamentado no país em 1983, com o Decreto 01/83 do Conselho Nacional de Desportos (CND) (Almeida, 2019). Ainda que tal regulamentação tenha mantido o futebol de mulheres numa condição desigual em relação ao futebol masculino, como orientações de tamanho reduzido do campo, duração da partida, tamanho da bola e proibição da profissionalização (Almeida, 2019), o fim da proibição sugere avanços, já que, no ano da regulamentação (1983), encontramos as primeiras atuações de Cláudia Guedes como árbitra no futebol carioca: “*no Rio eu comecei com o campeonato carioca de base e depois no campeonato carioca profissional* (Guedes, 2015, p. 7)”.

Anos mais tarde, pôde-se verificar o sucesso de Cláudia Guedes, na medida em que foi pioneira arbitrando em 1991 a I Copa do Mundo FIFA de Futebol de mulheres, realizada na China. Cláudia Guedes também esteve atuando como árbitra central na disputa do 3º lugar entre Alemanha e Suécia, sagrando-se a primeira mulher a arbitrar em uma competição oficial da FIFA (FIFA, 2023a). Em 1994, quando houve a criação do quadro de árbitras internacionais pela FIFA, Cláudia Guedes esteve na composição desse grupo pioneiro (Eisenberg *et al.*, 2004, p. 192-193). Em 1995, Cláudia Guedes e Maria Edilene de Siqueira arbitraram na II Copa América de Futebol de mulheres, sediada na cidade mineira de Uberlândia. Essa competição contou com cinco mulheres árbitras, todas brasileiras: além de Cláudia e Maria Edilene, Ivani de Gregori, Selma Leopoldina Lima e Rosimeri Reis. Foi a primeira vez que esse torneio contou com mulheres na arbitragem (CONMEBOL, 2022).

No ano de 1996, o futebol de mulheres foi incluído nos Jogos Olímpicos em Atlanta. Cláudia Guedes fez parte do grupo de mulheres árbitras convocadas e atuou nessa competição olímpica (Monteiro, 2016; Guedes, 2015).

A partir dos anos 2000, observamos um incremento do número de mulheres árbitras, influenciado pelas árbitras pioneiras, referência para as mais jovens (Monteiro *et al.*, 2020), o que se evidenciou pelo surgimento de árbitras escaladas nas competições nacionais de futebol de mulheres e masculinas (Kessler, 2015) e pelo discreto aumento da procura de mulheres pelos cursos de arbitragem (Sthalberg, 2011).

Na seara das mulheres-referência, podemos destacar também Silvia Regina, árbitra central na Copa Sul-americana masculina em 2003 e no Campeonato Brasileiro Série A masculino no mesmo ano (Reis; Arruda, 2011). Silvia Regina, Aline Lambert, Ana Paula Oliveira e Paula Teófilo de la Vega compuseram o primeiro quarteto de mulheres árbitras a atuar em uma partida do Campeonato Brasileiro Série A masculino, quando, em 2003, atuaram em 8 rodadas da competição (Reis; Arruda, 2011).



Observamos que, nesse processo de atuação das mulheres na arbitragem, as brasileiras estiveram ocupando espaços de vanguarda e pioneirismo internacional, estabelecendo-se como referências importantes para a chegada de novas árbitras no cenário nacional e internacional. A chegada de mais mulheres brasileiras na arbitragem demonstra a ocupação desse espaço pelas mulheres, entretanto a representatividade delas nesse ofício ainda é baixa, como veremos a seguir, o que chama a atenção para a necessidade de mudanças no cenário futebolístico.

A pesquisadora e também árbitra de futebol baiana Ineildes Calheiro Santos, em seu estudo de Mestrado (Santos, 2016), investigou como as mulheres árbitras vivenciavam as desigualdades de gênero no trabalho de arbitragem em futebol profissional e analisou sua inserção e permanência no campo considerando questões interseccionais entre gênero, raça e classe, encontrando no teste físico um mecanismo de controle e discriminação na arbitragem do futebol, na medida em que dificulta a chegada de mais mulheres ao campo, pois, mesmo quando cumprem o índice físico que tem um marcador fisiológico para homens, não é comum serem escaladas para as partidas masculinas (Santos, 2016). Assim como o mercado de trabalho reage à participação das mulheres com salários e oportunidades desiguais em outros espaços sociais, a arbitragem em futebol reproduz essa lógica da hegemonia e supremacia dos homens (Santos, 2016). Outras investigações já apontavam, na mesma época, percentuais de árbitras mulheres inferiores a 15% do total de árbitros nacionais da CBF nas temporadas de 2014 e 2012 (Calheiro, 2017; Santos, 2016; Mourão *et al.*, 2015; Monteiro; Soares; Mourão, 2015).

Pesquisas recentes com análises de escalas de arbitragem nos campeonatos nacionais de futebol mostram que os árbitros homens ocupam a maioria das escalas, inclusive nas competições de mulheres (Passero *et al.*, 2020; Kessler, 2015). Kessler (2015) comparou as escalas de arbitragem nos Campeonatos Brasileiros de Futebol feminino e masculino de 2014. A pesquisadora observou que, para os jogos masculinos, em cada jogo eram convocados sete profissionais de arbitragem (1 árbitro, 2 assistentes, um 4º árbitro, 2 árbitros adicionais e delegado da partida), enquanto na competição de mulheres eram convocados apenas quatro profissionais (1 árbitra/o, 2 assistentes e 4<sup>a/o</sup> árbitra/o).

A autora encontrou também que, no Brasileiro masculino 2014, as mulheres árbitras representaram 0,94% das escalas de arbitragem na competição. Em contrapartida, no campeonato Brasileiro feminino 2014 foram escaladas mulheres árbitras 123 vezes, representando 43,6% das escalas. Nas Copas do Brasil de Futebol Feminino 2013 e 2014, as mulheres árbitras representaram 43,5% e 45,3% das escalas, respectivamente (Kessler, 2015, p. 196-197). Para além do número total de árbitras, outros problemas já foram documentados, como o questionamento da competência de mulheres para apitar futebol (Barreira, 2021) e o

capacitismo, manifestado no superdimensionamento de erros cometidos por árbitras mulheres (Hartmann *et al.*, 2023) que referendam nossas inquietações para investigar as mulheres trabalhadoras da arbitragem em futebol no Brasil.

A pesquisa de Passero *et al.* (2020) investigou a participação de mulheres nas comissões técnicas e na arbitragem nos Campeonatos Brasileiros de Futebol Feminino entre 2013 e 2019. Ao analisarem as súmulas dos jogos dessas temporadas, as autoras e autores encontraram que houve um predomínio dos homens nas comissões técnicas, aproximadamente 86% (Passero *et al.*, 2020). Por outro lado, verificaram que há um equilíbrio maior na participação de mulheres como árbitras em relação às comissões técnicas, já que as mulheres foram 59% das assistentes e 39% das árbitras centrais no período estudado (2013-2019). Ao longo dos anos (2013-2019), nos Campeonatos Brasileiros femininos, foi observado um aumento lento e gradual das mulheres na função de árbitras centrais, assim como uma estabilização na atuação como assistentes e um declínio nas atuações como 4ª árbitra (Passero *et al.*, 2020).

A sub-representatividade numérica de mulheres árbitras no Brasil ainda permanece; elas representaram 19% do quadro de arbitragem da CBF na temporada 2023, segundo os dados da Revista Piauí (2023). Entretanto, a visibilidade das mulheres na arbitragem em futebol vem aumentando (Sthalberg, 2011). Para a autora, é possível observar um aumento discreto no número de árbitras e de mulheres que buscam pelos cursos de arbitragem, o que denota a entrada e a ocupação de mulheres nesse campo de trabalho (Sthalberg, 2011). É interessante destacar que, embora ainda tenhamos uma grande diferença quantitativa entre as mulheres e os homens em atuação na arbitragem, já encontramos as mulheres com mais frequência arbitrando eventos de grande porte, o que auxilia na visibilidade delas através da mídia e na propagação de que esse também é um espaço de atuação de mulheres.

**Edina Alves e Neuza Back** escreveram seus nomes na história do futebol mais uma vez. As duas estarão na formação da **primeira partida da história da Conmebol Libertadores masculina com arbitragem feminina**. O quarteto ainda contará com as chilenas Cindy Nahuelcoy como segunda assistente e María Belén Carvajal como quarta árbitra. A brasileira Ana Paula Oliveira terá uma função de avaliação da arbitragem, chamada de assessora de vídeo. A equipe estará à frente da partida entre *Defensa y Justicia* e *Independiente del Valle*, na próxima quinta-feira (27), às 19h. [...] **Edina Alves e Neuza Back estão fazendo história mais uma vez em 2021**. No início do ano, a dupla esteve presente no **Mundial de Clubes disputado no Catar, dentro da primeira equipe feminina em uma competição adulta masculina organizada pela Fifa** [grifos nossos]. (ESPN Brasil, 21 de maio de 2021).

A matéria do portal ESPN Brasil intitulada “Brasileira faz história e será a primeira árbitra mulher a apitar jogo de Libertadores” de 21 maio de 2021 coloca em evidência a conquista da árbitra central brasileira Edina Alves Batista, ao tornar-se primeira árbitra central a apitar uma partida masculina da Copa Libertadores da América, a principal competição de clubes da América do Sul. A referida partida entre *Defensa y Justicia* (Argentina) e *Independiente del Valle* (Equador), em 27 de maio de 2021, foi histórica, pois pela primeira vez essa competição contou com um quarteto de árbitras mulheres. Vale destacar também a atuação da árbitra assistente brasileira Neuza Back nesse jogo. A reportagem ainda menciona que foi a segunda vez que essas árbitras brasileiras fizeram história em 2021, mencionando seu pioneirismo no Mundial de Clubes da FIFA 2020.

Alguns meses antes (em 7 de fevereiro de 2021), pudemos acompanhar a árbitra central brasileira Edina Alves Batista e as assistentes Neuza Back e Mariana de Almeida (Argentina) atuando na decisão do 5º lugar do Mundial de Clubes da FIFA 2020 entre Al Duhail (Catar) e Ulsan Hyundai FC (Coreia do Sul). A CBF noticiou a conquista em seu site com a matéria “No Mundial de Clubes, Edina Alves se torna a primeira mulher a ser árbitra de um jogo masculino da FIFA”, que destacava:

**Edina Alves Batista se tornou, neste domingo (7), a primeira mulher a ser árbitra de um jogo masculino profissional da FIFA** [grifos nossos]. A brasileira atuou na partida entre Al Duhail e Ulsan Hyundai FC, pelo Mundial de Clubes da FIFA 2020. Também brasileira, a auxiliar Neuza Back compôs, ao lado da argentina Mariana de Almeida, o trio 100% feminino que fez história no Catar [...] (CBF, 7 de fevereiro de 2021).

Tais fatos vão evidenciando o contexto de atuação de árbitras brasileiras em eventos futebolísticos de destaque internacional e validando sua entrada e uma aparente consolidação no campo.

Recentemente, a Copa do Mundo FIFA masculina de 2022, disputada no Catar, trouxe um marco histórico para as mulheres: seis mulheres árbitras foram convocadas e atuaram na competição pela primeira vez na história:

A presença de mulheres na arbitragem do Mundial feminino tornou-se uma imagem comum, mas em meio aos homens, a competição parecia distante de uma mudança. Em sua última edição, por exemplo, em 2018, na Rússia, foram 99 nomes convocados - entre juízes e assistentes. Nenhuma mulher.

**Quatro anos depois, das 129 pessoas escolhidas pela Fifa para a Copa de 2022, há seis mulheres:** Neuza Inês Back (Brasil), Karen Diaz Medina (México), Yoshimi Yamashita (Japão), Salima Mukansanga (Ruanda), Stephanie Frappart (França) e Kathryn Nesbitt (Estados Unidos). (Alves, 2022).

A primeira partida de Copa do Mundo masculina apitada por um trio de árbitras mulheres foi Costa Rica 2x4 Alemanha, disputada em 01 de dezembro de 2022 (Forbes, 2022). A árbitra central francesa Stephanie Frappart apitou a partida ao lado das assistentes Neuza Back (Brasil) e Karen Diaz (México).

Para se compreender as dimensões dessa conquista, a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino é um dos maiores eventos esportivos do mundo e conta com altos índices de audiência na televisão ao redor de todos os continentes. Segundo o portal da revista Forbes (2018), a final da Copa do Mundo 2014 no Brasil entre Argentina e Alemanha teve uma audiência superior a 560 milhões de telespectadores no mundo. Se comparado ao *Super Bowl*, a maior partida de um esporte para norte-americanos, que teve uma estimativa de 200 milhões de telespectadores (sendo 100 milhões nos Estados Unidos e outros 100 milhões no restante do mundo), a final da Copa teve quase três vezes esta audiência.

O alcance midiático em relação à Copa no Catar chegou à casa dos bilhões de espectadores, considerando que a Copa do Mundo de 2018 na Rússia teve um alcance global de 3,56 bilhões de pessoas e superou até mesmo o alcance das Olimpíadas de Tóquio 2020 (Poder360, 2022).

A participação pioneira de mulheres árbitras num evento esportivo dessa magnitude e alcance global (nível macro) contribui sobremaneira para dar visibilidade às mulheres nesse campo de atuação, podendo reverberar em mais oportunidades para mulheres árbitras em diferentes países (nível micro) e em outras conquistas para as mulheres na arbitragem.

Dando sequência à participação de mulheres em competições internacionais de futebol, trazemos os números da Copa do Mundo FIFA de futebol de mulheres 2023, disputada na Austrália e Nova Zelândia. Essa foi a Copa do Mundo que contou com participações recorde de mulheres em diferentes funções no futebol, como o maior público nos estádios, 32 seleções, 736 jogadoras, 12 mulheres treinadoras, 33 árbitras centrais, 55 árbitras assistentes, 6 árbitras de vídeo e teve a maior cobertura midiática já realizada (GloboEsporte, 2023a; GloboEsporte, 2023b; FIFA, 2023b).

O Brasil teve quatro mulheres na equipe de arbitragem: a árbitra Edina Batista, as assistentes Neuza Back, Leila Moreira da Cruz e a árbitra de vídeo Daiane Muniz (CBF, 2023). Esses dados notificam ampla participação de mulheres nessa Copa, resultado de sua capacitação, dedicação ao esporte e competência para o desempenho das funções. Entretanto, mesmo com os importantes pioneirismos e os avanços recentes conquistados, conforme

demonstram as atuações de Edina Alves Batista e Neuza Back, as mulheres árbitras brasileiras enfrentam inúmeras barreiras para se inserirem no campo da arbitragem e para atuarem.

Ao verificarmos as dificuldades enfrentadas por mulheres para trabalharem na arbitragem, é importante refletir sobre as condições de trabalho de mulheres trabalhadoras em outras funções no futebol, como nas comissões técnicas, para verificar possíveis semelhanças, avanços ou recuos, conforme pincelamos no início desta subseção. Corroborando os achados já mencionados acerca do cenário futebolístico no tocante à atuação profissional das mulheres, a pesquisa conduzida por Braga (2021), ao investigar trajetórias de membras de comissões técnicas em clubes das séries A1 e A2 do Campeonato Brasileiro de Futebol feminino que exerciam diferentes funções, ocupando diferentes cargos<sup>24</sup>, verificou que essas profissionais enfrentaram condições inadequadas de estrutura nos clubes, acúmulo de cargos e funções, condições desiguais de trabalho e atuação (Braga, 2021). A autora entrevistou 19 profissionais mulheres de diferentes cargos e 5 delas alegaram não receber salários e, considerando as que recebiam salários, essa média foi entre 1 e 3 salários-mínimos. A autora levantou um debate importante sobre trabalho e atuação profissional dessas mulheres no futebol: ao observar que a maioria delas exercia outros trabalhos além do futebol, verificou que elas se encontravam na condição de trabalhadoras do futebol, mas as condições de estrutura para trabalhar, contratos, salários nos clubes não atendiam às condições esperadas em relação aos direitos trabalhistas, como férias, 13º salários, questões securitárias de saúde, entre outros (Braga, 2021). Nesse sentido, as condições de trabalho das profissionais atuantes no futebol de mulheres parecem se assemelhar às condições vivenciadas por árbitras e árbitros de futebol, já que também exercem outra profissão, e há uma incerteza financeira e ausência de direitos securitários básicos.

Questões trabalhistas como as expostas acima podem configurar barreiras concretas para a escolha de mulheres em relação à arbitragem enquanto profissão; outro aspecto relevante que pode influenciar nessa escolha é a violência que testemunhamos no futebol. Segundo o documento “Futebol e Violência contra a Mulher (2022)”, com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em parceria com o Instituto Avon, os estudos empíricos realizados no Brasil demonstraram relações entre o futebol e episódios de violência contra as mulheres (Futebol e Violência contra a Mulher, 2022). Considerando o futebol como um fenômeno de massas, que muitas vezes reafirma valores do patriarcado e de culto à virilidade, determinados comportamentos que acabam sendo aceitos nos estádios de futebol, como

---

<sup>24</sup> A investigação localizou mulheres nas funções de treinadoras, auxiliares técnicas, médicas, preparadoras físicas, preparadora de goleiras, massagistas e fisioterapeutas (Braga, 2021).

algumas expressões verbais e xingamentos, seriam considerados ofensivos e violentos na vida cotidiana (Futebol e Violência contra a Mulher, 2022). Para Daolio (1997), “o futebol acaba se tornando um espaço de ritualização de uma violência que não pode ser expressada na vida diária. Há, portanto, uma “permissão cultural” para a violência nos estádios” (Daolio, 1997, p. 60).

Traremos aqui episódios de violência contra árbitras de futebol e futsal no Brasil, em que podemos ver expressos nesse esporte, comportamentos da sociedade brasileira. As violências sofridas por árbitras brasileiras vão desde violências psicológicas, manifestadas nas tentativas de intimidação e “encaradas”, de gênero, ou expressadas na sabotagem em teste físico por parte de colegas homens e até violências físicas, conforme destacou a jornalista Renata Mendonça (Dibradoras, 2019). As “encaradas”, em que o jogador coloca o seu rosto próximo ao rosto da árbitra, são tentativas de intimidar a mulher árbitra no exercício de sua função, conforme situações sofridas pelas árbitras assistentes Raquel Barbosa e Renata Ruel. Raquel sofreu uma “encarada” do goleiro da equipe do Murici/AL durante o Campeonato Alagoano de 2019 (Dibradoras, 2019) e Renata Ruel durante a 2ª divisão do Campeonato Paulista de 2013 por um jogador da equipe do Tupã (ESPN Brasil, 2019). Em ambas as situações descritas, os jogadores discordaram das marcações feitas pelas árbitras assistentes e tentaram intimidá-las. Outra violência sofrida na forma de sabotagem em teste físico foi vivenciada pela árbitra de futsal acreana Roseana Amorim em 2019. Enquanto ela realizava o teste físico da Confederação Brasileira de Futsal (CBFS), um de seus colegas homens, que não havia conseguido completar o percurso, a agarrou antes da última volta e disse que não deixaria Roseana completar o teste pois ele não havia conseguido (Dibradoras, 2019).

Há casos de violências físicas dispensadas a mulheres árbitras de futebol, como a sofrida pela gaúcha Pamela Joras (Observatório..., 2018), pela mineira Francielly Fernanda e pela baiana Leidiane Albuquerque (Dibradoras, 2019). Pamela Joras era árbitra central de uma partida amadora de futebol masculino em Arroio do Sal (RS) em 2018. Um jogador, insatisfeito com a marcação de uma falta, ofendeu a árbitra, dizendo: “Teu lugar é na cozinha, aqui não é lugar de mulher”, e ainda a agrediu com tapas e empurrões (Observatório..., 2018). Francielly Fernanda, árbitra mineira, foi agredida com um soco no rosto após punir um jogador com o segundo cartão amarelo em partida amadora em Minas Gerais (Dibradoras, 2019). Outro caso grave de violência física foi a sofrida pela árbitra assistente baiana Leidiane Albuquerque em 2019 durante partida de futebol amador disputada em Salvador (Dibradoras, 2019). A árbitra da partida, Yasmin Sousa, foi questionada por um jogador sobre a não aplicação de um cartão amarelo após uma falta. Yasmin explicou que não era uma falta passível de cartão e foi agredida

por jogadores. Ao entrar em campo para tentar proteger Yasmin, Leidiane Albuquerque foi agredida com um soco no rosto e caiu desmaiada. Ela foi levada ao hospital pela árbitra Yasmin, fez exames e, ao retornar para casa, teve sintomas de agressividade e perda de memória, não se lembrando dos fatos ocorridos e nem reconhecendo o próprio filho, segundo relatou Yasmin (Dibradoras, 2019).

Encerrando este trecho, apresentaremos mais dois casos de violência física a árbitras de futsal: o de Eliete Fontenele (2019) e o de Renata Leite (2008). Eliete, árbitra piauiense de futsal com mais de 20 anos de experiência, foi agredida a socos por jogador, em junho de 2019, em uma competição universitária na cidade de Parnaíba/PI (G1 Piauí, 2019). O jogador havia sido expulso por ela após envolver-se em confusão com seus adversários e partiu para cima da árbitra após a expulsão. O agressor fugiu do local e Eliete fez registro de boletim de ocorrência na polícia local. O segundo relato é da violência física sofrida em 2008 pela árbitra de futsal Renata Leite em competição masculina sub-11 em João Pessoa (PB). Esse caso foi relatado pela pesquisadora Lima (2020) em sua dissertação sobre as trajetórias de mulheres árbitras de futsal nordestinas, posteriormente publicada em livro (Lima; Macedo, 2021), em que os relatos de suas entrevistadas evidenciaram os preconceitos, xingamentos e agressões verbais gratuitas sofridas pelas árbitras que culminaram até em casos de violência física, como esse sofrido por Renata Leite.

É importante destacar que, nos exemplos aqui descritos, embora as violências tenham sido praticadas por jogadores homens contra as árbitras de futebol e futsal em contextos de jogo, a violência contra as mulheres cultivada no seio futebolístico vai muito além disso, envolvendo desde as atitudes preconceituosas e machistas de torcedores até casos de violência alheios ao campo/quadra de disputa (Futebol e Violência contra a Mulher, 2022). Corroborando esse debate, há casos de violências que, por estarem muito naturalizadas no futebol e futsal, nem são percebidas pelas mulheres como uma forma de violência (Pires, 2023). Em seu estudo sobre as relações interpessoais entre treinadores e mulheres atletas no futsal juizforano, Pires observou que em muitas ocasiões as atletas não percebiam como violência as agressões de diferentes naturezas sofridas, portanto assim não as nomeiam e nem as classificam (Pires, 2023), o que corrobora o longo histórico de subnotificação de casos de assédio e violência nessas relações tão fundamentais do mundo esportivo.

Os dados recentes publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) indicaram que houve aumento nos índices de violência contra as mulheres no âmbito doméstico em dias de jogos de futebol quando comparado aos dias em que não havia jogos do clube da cidade (Futebol e Violência contra a Mulher, 2022). O estudo considerou dados de jogos da

Série A do Campeonato Brasileiro Masculino entre 2015 e 2018 e investigou se o número de ameaças e lesão corporal contra mulheres aumentava em dias em que o clube da cidade jogava pelo campeonato brasileiro. A pesquisa considerou os jogos de clubes pertencentes a 5 capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. A metodologia de tratamento dos dados utilizou um modelo matemático (GLM - modelos lineares generalizados). Os pesquisadores encontraram estimativas de que os casos de violência contra a mulher aumentavam no dia em que o time da cidade pesquisada jogava, comparativamente aos dias em que não havia jogos (as ameaças aumentaram 23,7% e as lesões corporais dolosas em 20,8%). Tais casos se caracterizaram como violência doméstica, já que na maioria dos casos o agressor era companheiro ou ex-companheiro da vítima (Futebol e Violência contra a Mulher, 2022). Cumpre destacar que, segundo a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006), há cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher tipificadas no Brasil: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (Instituto Maria da Penha, 2023).

A partir desses relatos de violência contra as árbitras e dos dados da pesquisa sobre violência doméstica (Futebol e Violência contra a Mulher, 2022) podemos perceber que o futebol ainda se coloca como um ambiente que reforça valores associados ao culto à virilidade e à dominação masculina, tornando-o hostil para a mulher em diferentes situações, seja como torcedora, jogadora, árbitra e até no seu próprio lar. Todo esse contexto deve ser interpretado no âmbito da sociedade brasileira, considerando a representatividade desse esporte no Brasil. Há que se mencionar, ainda, as grandes conquistas de mulheres brasileiras no futebol, como jogadoras, treinadoras, árbitras de destaque internacional e torcedoras. Assim, esse contexto de violências físicas e simbólicas que as mulheres sofrem no futebol teria potencial para interferir no momento de fazer a escolha por atuar ou não profissionalmente nesse esporte, seja como jogadora, treinadora ou árbitra.

A partir da constatação de que as mulheres superaram as violências sofridas e que estas não as afastam dos gramados – pelo contrário, fazem-nas lutarem por um futebol mais justo e igualitário –, daremos sequência trazendo, no próximo capítulo, o referencial de que lançaremos mão para compreender e interpretar os projetos de mulheres e a constituição de suas carreiras na arbitragem.

### 2.3 OBJETIVOS



Este estudo tem como **objetivo geral** compreender os caminhos percorridos pelas árbitras a partir de seus projetos profissionais, das barreiras e das oportunidades encontradas no campo.

Como **objetivos específicos**, esta investigação pretende:

a) Analisar como as experiências corporais e esportivas na infância e juventude influenciaram na construção das carreiras das árbitras;

b) Analisar como os projetos de mulheres na arbitragem em futebol se constroem e se efetivam enquanto carreira profissional, e como resistem às desigualdades de gênero.

### 3 CONSTRUINDO AS NOÇÕES DE PROJETO E CARREIRA

Para dissertarmos sobre as bases teóricas que sustentam as noções de projeto e carreira com as quais iremos trabalhar nas análises, é necessário que primeiro se compreenda a constituição da arbitragem enquanto profissão em nosso país e as relações trabalhistas que se implicam e reverberam no cotidiano de atuação das árbitras.

#### 3.1 REGULAMENTAÇÃO E RECONHECIMENTO DO TRABALHO NA ARBITRAGEM

No Brasil, a profissão de árbitra/o de futebol foi reconhecida pela Lei nº 12.867 em 2013 (Brasil, 2013). Dez anos depois, essa lei foi revogada pela Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que instituiu a Lei Geral do Esporte (Brasil, 2023a), sancionada pelo Governo Federal (Brasil, 2023b), a qual trouxe avanços importantes para árbitras/os de diferentes modalidades esportivas, inclusive de futebol, ao reconhecê-las/os como Trabalhadoras/es do Esporte<sup>25</sup> e ao criar o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte<sup>26</sup>, que prevê punições a torcedores que perpetrarem violências contra árbitras/os (Brasil, 2023b). Entretanto, do ponto de vista trabalhista, o exercício desse ofício se dá pela prestação de serviço por tarefa e sem vínculo empregatício, porque a legislação esportiva brasileira anterior ao reconhecimento dessa profissão (Lei nº 9.615/98) regulamenta que a/o árbitra/o não pode ser empregada/o das federações e/ou confederações com as quais se relaciona (Tribunal Superior do Trabalho, 2022). Esse entendimento sobre a impossibilidade dos vínculos entre árbitras/os esportivas/os e as entidades federativas se iniciou na ocasião da promulgação da Lei nº 8.672/93 (Lei Zico) em 1993. A Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé), que revogou a lei Zico, manteve essa compreensão (Brasil, 1993; 1998) e teve um papel muito importante, pois estabeleceu normas sobre o desporto brasileiro, entre elas, as diretrizes para o trabalho de árbitras e árbitros de diversas modalidades esportivas, como vemos no artigo 88:

Art. 88. Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais, estaduais e do Distrito Federal, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

---

<sup>25</sup> Subseção V- “Disposições Comuns aos Trabalhadores Esportivos”, onde os artigos 82 e parágrafo único falam da forma de remuneração de atletas e árbitros e da inexistência de vínculos de emprego dos árbitros com as entidades esportivas (Brasil, 2023b).

<sup>26</sup> No Capítulo III- Da Promoção de Cultura de Paz no Esporte, a seção II dispõe sobre o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte, que visa estabelecer medidas educativas e preventivas para promover a paz no esporte e o controle de atos violentos no ambiente esportivo (Brasil, 2023b).

Parágrafo único. Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, **os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício** com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e **sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias** (grifos nossos). (Brasil, 1998).

Essa lei isentou as federações esportivas, incluindo as federações estaduais de futebol e a confederação nacional (no caso do futebol, a CBF), de responsabilidades trabalhistas e securitárias, o que acarreta a incerteza financeira para homens e mulheres nessa carreira. Considerando os investimentos de diferentes naturezas realizados em suas carreiras, seria fundamental que as árbitras (e árbitros) tivessem a proteção de direitos trabalhistas ao longo de suas vidas, como férias remuneradas, 13º salário, INSS, FGTS e seguro de saúde em caso de lesões ou adoecimento, já que, quando árbitros não podem atuar por conta de doenças e lesões, além de não receberem nenhum valor financeiro, têm de arcar financeiramente com os seus tratamentos de saúde.

Passados cinco anos (2003), foi conquistada a remuneração prévia ao trabalho de arbitragem nos jogos de futebol. Essa deliberação veio no Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003). Mesmo que essa lei visasse garantir direitos ao torcedor, colocado aqui numa condição de consumidor do produto futebol, os árbitros são citados nos artigos 30 e 32:

Artigo 30. É direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, **imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões**. [...]. Artigo 32. É direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante **sorteio**, dentre aqueles previamente selecionados[...] (Brasil, 2003) (grifos nossos).

Ao descrever o direito a uma arbitragem imparcial e cuja escala deveria ser feita através de sorteio, é como se o Estatuto do Torcedor chamasse a atenção para a importância da isenção e imparcialidade de quem irá arbitrar a partida. Não se discute que isso é fundamental para se garantir a lisura de uma competição esportiva, mas há também a necessidade de debate sobre os direitos de árbitras e árbitros, no sentido de serem respeitadas/os não só pelo seu trabalho, mas por sua condição humana, não serem alvo de xingamentos, preconceito de gênero, violências físicas ou acusações infundadas sobre sua idoneidade, por exemplo. Uma iniciativa inovadora nessa direção acontece 20 anos depois, com o Plano Nacional de Cultura pela Paz no Esporte, sancionado pelo Governo Federal, junto com a Lei Geral do Esporte (Brasil, 2023b), que prevê punições severas a quem perpetrar violências contra árbitras e árbitros nas arenas esportivas. Uma medida que também contempla a arbitragem, e mais especificamente as

árbitras de futebol, foi a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino, publicada como Decreto do Governo Federal nº 11.458, de 30 de março de 2023, que, entre suas medidas, propõe a elaboração de ações de fomento à participação de mulheres em diferentes funções no futebol, como gestão e arbitragem (Brasil, 2023a).

Após expor legislações que normatizam o trabalho da arbitragem em futebol no país e aspectos legais que visam melhorias para o exercício desse trabalho, é importante observar que as leis em geral abordam a arbitragem de maneira secundária, já que seus objetivos versam sobre diretrizes gerais sobre o esporte e/ou futebol, como destacamos anteriormente. A grande dedicação requerida das árbitras de futebol estudadas nesta tese e das investigadas anteriormente (Monteiro *et al.*, 2020) sugere a necessidade de mudanças na legislação que visem melhorias das condições de trabalho de maneira ampla, passando pelas esferas trabalhistas e securitárias.

### 3.2 O REVERBERAR DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO COTIDIANO DAS ÁRBITRAS

Árbitras (e árbitros) precisam ter a capacidade de tomar decisões importantes em frações de segundo, atuando sob alto nível de estresse, o que demanda boa percepção e interpretação das jogadas, acabando por exigir muito de seus aspectos cognitivos e psicológicos (Gaoua; Oliveira; Hunter, 2017). Na linha desses achados, Silva (2023) também relatou que a exigência de alta performance é presente na vida de árbitras desde o início de suas carreiras. Em sua pesquisa com árbitras brasileiras do quadro FIFA conduzida em 2023, a autora verificou que as carreiras foram marcadas por grande dedicação a treinamentos físicos e técnicos de alto nível (Silva, 2023). As árbitras possuem formação em nível superior e alto grau de investimento em suas carreiras, como a dedicação de tempo nos treinamentos físicos e técnicos, o estudo das regras e interpretações de lances, bem como viagens recorrentes para apitar (Silva, 2023; Monteiro, 2016). Verificam-se também alguns investimentos financeiros próprios usados na compra de equipamentos para o exercício do trabalho, como apitos, radiocomunicadores, bandeiras eletrônicas com sinal sonoro, chuteiras, além de investimentos financeiros envolvidos na preparação para atuar, representados pelo treinamento físico com *Personal Trainer*, buscando sessões específicas para as demandas físicas da arbitragem e em nutricionista para dieta balanceada.

Além disso, é importante situar que as mulheres árbitras têm de enfrentar tanto as dificuldades que existem no próprio campo da arbitragem em futebol como as mencionadas

anteriormente, e ainda os entraves de gênero<sup>27</sup>, como mais oportunidades disponibilizadas aos árbitros homens, maior número de homens nos quadros nacionais, índices nos testes físicos, escalas em jogos de menor expressão cujo valor recebido pelo trabalho realizado é menor, jornadas duplas e/ou triplas de trabalho, superdimensionamento de seus erros, machismo de torcedores, xingamentos, entre muitos outros (Hartmann *et al.*, 2023; Passero *et al.*, 2020; Calheiro, 2017; Santos, 2016; Mourão *et al.*, 2015; Monteiro; Soares; Mourão, 2015). Destaca-se inclusive que os estereótipos e preconceitos de gênero e violências são entraves enfrentados pelas árbitras ao longo de suas carreiras já documentados na literatura internacional, independente do vínculo e da condição trabalhista estabelecidos (Destrian *et al.*, 2022; Forbes; Edwards; Fleming, 2015).

Outro fator que salienta a necessidade de garantia de direitos trabalhistas ao longo da vida é a brevidade dessa carreira, que, no Brasil, só pode ir até os 50 anos de idade. Em virtude da inexistência ou precariedade desses direitos, árbitras e árbitros costumam possuir uma outra profissão além do exercício de seu ofício na arbitragem. Considerando que árbitras e árbitros atuantes no futebol de elite brasileiro não possuem salários fixos, contratos de trabalho e/ou registro em carteira de trabalho por parte da CBF e das federações, acabam tendo que recorrer ao exercício de uma segunda profissão a fim de garantir sua subsistência, já que a remuneração na arbitragem é feita por escalas, ou seja, de acordo com o número de partidas apitadas<sup>28</sup> (GloboEsporte, 2021a) e, portanto, incerta.

O levantamento realizado pelo Globoesporte.com (2021a) sobre as profissões de árbitras e árbitros da CBF na temporada 2021 trouxe à tona as dificuldades impostas pela jornada dupla, considerando que 32% dos/as integrantes do quadro de arbitragem eram professores/as de educação física e/ou *Personal Trainer*<sup>29</sup>. A segunda profissão que mais apareceu foi a de professor/a (11,7%) (GloboEsporte, 2021a). Tais informações corroboram os achados de nossa pesquisa (Monteiro, 2016), segundo a qual as mulheres árbitras entrevistadas como professoras de educação física transitam no universo da arbitragem em futebol, constroem suas carreiras e evidenciam a jornada dupla e/ou tripla de trabalho. As jornadas duplas e/ou triplas de mulheres

---

<sup>27</sup> Os entraves de gênero enfrentados pelas mulheres na arbitragem em futebol serão discutidos com maior profundidade nos capítulos analíticos desta tese (Capítulos 5 e 6).

<sup>28</sup> Na matéria, podem ser consultados os valores da taxa de arbitragem nas principais competições do futebol profissional masculino no Brasil em 2021. O levantamento foi feito pelo Globoesporte.com em: <https://interativos.ge.globo.com/futebol/materia/a-militarizacao-da-arbitragem>.

<sup>29</sup> Link para acesso ao levantamento das profissões de árbitras e árbitros: <https://interativos.ge.globo.com/futebol/materia/a-militarizacao-da-arbitragem>. O agrupamento de professores/as de educação física e *Personal Trainer* na mesma categoria foi realizado pelo GloboEsporte.com. É importante destacar que a profissão é um dado autodeclarado por árbitras e árbitros às federações.

no contexto brasileiro mostram que o fato de assumirem as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos, por exemplo, funciona como uma barreira para sua dedicação à arbitragem.

Ao buscar no site oficial da CBF, não foi possível encontrar os dados relativos aos valores de taxas de arbitragem de todas as competições promovidas pela entidade. O portal de Governança da CBF, na seção “Taxas de arbitragem”<sup>30</sup>, apresentava apenas os valores pagos à arbitragem em três competições referentes à Temporada 2020, a saber: Campeonato Brasileiro Feminino Série A2, Campeonato Brasileiro masculino sub-17 e Copa do Brasil sub-20 masculina (CBF, 2020).

Quadro 1 – Taxas de arbitragem por partida em competições da CBF em 2020

Competição	Árbitra/o	Assistente
Série A2 Feminina	R\$ 380,00	R\$ 230,00
Série B Masculina	R\$ 2.600,00	R\$ 1.560,00
Série A1 Feminina	*	*
Série A Masculina	R\$ 3.600,00	R\$ 2.160,00

\*Não foram encontrados os valores referentes às taxas da Série A1 Feminina, principal divisão do futebol de mulheres.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com dados de CBF (2020) e GloboEsporte (2021a).

Considerando que a maioria das mulheres opta por ser árbitra assistente e que a maior parte de suas atuações é no futebol de mulheres, o valor recebido por assistentes em cada partida na Série A2 feminina em 2020 foi quase 7 vezes menor que o da competição masculina equivalente (Série B). Quando olhamos para o Quadro 1, vemos que a/o árbitra/o central na Série A2 feminina recebeu também valor cerca de 7 vezes menor que os árbitros centrais na Série B 2020 (GloboEsporte, 2021a; CBF, 2020). Quando a árbitra/o for integrante do quadro FIFA ou tiver vasta experiência<sup>31</sup> há um acréscimo nos valores da taxa básica. Esse incremento nos valores das taxas de árbitros mais qualificados girou em torno de 10% nas partidas da Série A2 feminina, 40% na Série A masculina e 50% na Série B masculina.

<sup>30</sup> Os valores das taxas de arbitragem das três competições citadas podem ser acessados em: <http://portaldegovernanca.cbf.com.br/taxas-arbitragem>.

<sup>31</sup> Árbitros/os que já integraram o quadro da FIFA e/ou que possuem vários anos de experiência no futebol profissional podem pertencer à categoria Master, o que dá direito a receberem os acréscimos na taxa básica, assim como os árbitros FIFA da atual temporada.

Com os dados apresentados anteriormente, podemos observar as singularidades dessa carreira, considerando as diferentes profissões exercidas por árbitras e árbitros nacionais, as diferentes competições em que atuam e valores auferidos por partida trabalhada.

### 3.3 PROJETO PROFISSIONAL NA ARBITRAGEM

Ao desenvolvermos uma pesquisa sobre a trajetória de mulheres que optaram pela arbitragem, focamos nossa atenção no estudo das motivações de mulheres para construir um “**projeto profissional**” nesse campo. Assim, para se pensar os projetos de vida e de trabalho como propomos aqui, é importante acionar o referencial teórico que sustenta as reflexões iniciadas nessa subseção e as análises expostas a posteriori que terão ênfase sob a compreensão da construção dos projetos de ser árbitra, já considerando como estabelecidos os impactos das relações trabalhistas estabelecidas e dos estereótipos de gênero que perpassam e se imbricam de modo latente (e nem sempre positivo) na viabilização da carreira de árbitra. Assim, questionamos: que caminhos as mulheres utilizam e como são acionadas as estratégias para construir e se manterem na carreira de árbitras?

A compreensão da sociedade em que o indivíduo vive é fundamental no entendimento dos projetos trilhados, considerando que suas identidades não são fixas e que os projetos que alguém trilha sempre fazem uma referência ao outro ou ao social (Velho, 2010b). Logo, entendemos “projeto de trabalho” em acordo com o conceito proposto por Gilberto Velho (2003, p. 101) em seu livro “Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas”.

Para o autor, a noção de **projeto**<sup>32</sup> seria “a conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Ou seja, as pessoas sonham, traçam planos e metas, que são projetos de vida pessoais e profissionais a serem alcançados. Para o autor, “os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas” (Velho, 1999, p. 37). Sob esse prisma, o autor destaca que, além darem sentido à vida, os projetos possuem intrínseca relação com a construção da identidade dos sujeitos (Velho, 2013). Considerando a dimensão dos significados, o autor faz uma consideração sobre a influência que as práticas corporais podem ter nos projetos, em seu texto sobre a felicidade:

---

<sup>32</sup> O entendimento proposto por Velho sofre forte influência da fenomenologia de Alfred Schutz (2012). Para o autor, a fenomenologia social encontra-se na convergência da fenomenologia de Edmund Husserl com a Sociologia de Max Weber, visando compreender a experiência e a ação. Nesse sentido, a noção de projeto é imprescindível para a compreensão da conduta organizada do indivíduo (DeLuca; Rocha-de-Oliveira; Chiesa, 2016).

“as práticas lúdico-esportivas (...) podem desempenhar papel importante em seus projetos de vida” (Velho, 2010a, p. 230).

Como exemplo concreto, podemos citar a pesquisa de Souza Júnior (2013), que, através de uma etnografia, investigou o futebol como um projeto profissional de jogadoras de três clubes paulistas. O autor encontrou que as de jogadoras reconhecem o futebol como um exercício profissional, mas tecem críticas severas aos vínculos de trabalho acerca de sua estrutura e formalização<sup>33</sup>. Seguindo nessa perspectiva, em coautoria com Reis, Souza Junior também investigou, através de entrevistas e observação, o futebol como possibilidade de projeto de 19 jovens jogadoras participantes de uma “peneira” na equipe de mulheres do Santos Futebol Clube.

Nesse estudo, os autores discutiram o futebol enquanto possibilidade de lazer e profissão para as mulheres. Foi percebido que o futebol não se apresentava como uma possibilidade concreta de trabalho assalariado, mas sim como uma estrutura posicionada entre o amadorismo e o profissionalismo. Por fim, concluíram que, para o futebol tornar-se uma possibilidade de lazer no tempo livre para as mulheres, primeiro é preciso garantir o acesso ao emprego, o que não acontece no Brasil (Souza Júnior; Reis, 2010).

Ainda na mesma direção, Pisani (2012; 2016), por meio de estudo etnográfico com as jogadoras de futebol do Foz Cataratas (clube do estado do Paraná), apresentou questões sobre trajetórias, projetos de vida, carreira, profissão, profissionalização e migrações<sup>34</sup> na sua investigação. Como resultado, identificou que a profissão e profissionalização não foram pontos muito claros para as jogadoras. Segundo a autora, as mulheres então atletas do Foz Cataratas podem ser consideradas semiprofissionais, pois muitas trabalhavam para garantir a subsistência e também estudavam; as migrações não são um ponto fundamental para se tornarem jogadoras; e as transferências para outros clubes, diferentemente do futebol masculino, acontecem no final das temporadas e através de redes informais de contato.

Frente ao exposto, cabe articular, ao conceito de projeto, os pressupostos chamados de campo de possibilidades, negociação da realidade e metamorfose (Velho, 2013), por entendermos que tais conceitos são indissociáveis para a compreensão dos projetos de trabalho

---

<sup>33</sup> O autor Souza Júnior (2013, p. 50) elencou três categorias de análise: organização do futebol feminino; projetos de atletas e; futebol como profissão. A estrutura aqui proposta seria a organização do futebol feminino, considerando aspectos como o calendário de competições, estrutura dos clubes, papel das agências reguladoras da modalidade (federações), remuneração, legislação, entre outros que podem emergir ao longo da pesquisa.

<sup>34</sup> Processo de mudança de cidades das jogadoras para jogar em outros clubes. Isso pode acontecer devido aos contratos por curto período de tempo e também devido à descontinuidade frequente dos projetos de futebol para mulheres nos clubes (Pisani, 2012).



trilhados pelas mulheres árbitras no futebol. À luz desses conceitos, os projetos não são construídos aleatoriamente, mas elaborados dentro de um campo de possibilidades, que está “circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (Velho, 2013, p. 101).

Logo, os indivíduos pensam e constroem seus projetos, tanto de vida como de trabalho, considerando as possibilidades que lhes são apresentadas em seu universo como tangíveis: “O **projeto** não é abstratamente racional, [...] mas é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do **campo de possibilidades** em que está inserido o sujeito” [grifos nossos] (Velho, 2013, p. 67). Aqui, Velho propõe que a existência dos projetos acontece através de uma **negociação da realidade** com outros atores sociais, assumindo que os projetos são expressos em palavras e conceitos que consideram a existência de outros indivíduos e/ou coletivos. Desse modo, essa teorização considera que o indivíduo elabora seus projetos em relação com a sociedade em que vive (Velho, 2013). A premissa da negociação da realidade considera que “existe o dissenso em vários níveis, a possibilidade do conflito é permanente e a **realidade está sempre sendo negociada** entre atores que apresentam interesses divergentes [grifos nossos]” (Velho, 2013, p. 73).

A pessoa pode ter mais de um projeto, mas parte-se do raciocínio de que existe um projeto principal, ao qual estariam subordinados os outros [projetos], que nele se baseiam (Velho, 2013). Nessa conceituação os projetos não são estanques, apresentando flexibilidade e reelaborações constantes, fazendo com que sejam ressignificados e ganhem novos sentidos atribuídos pelo indivíduo. Isso implica dizer que o sujeito elabora, mas também transforma seus projetos a partir do desenvolvimento de um potencial de **metamorfose** (Velho, 2003). As mudanças possibilitam ao sujeito transitar por diferentes mundos e produzir identidades plurais.

A metamorfose fornece à pessoa uma possibilidade de mudar sua trajetória, bem como o trânsito por diferentes mundos. Gilberto Velho (2013) coloca que as pessoas, bem como os projetos, mudam, e essa latência constante de mudança que o indivíduo possui é chamada de potencial de metamorfose. Para DeLuca, Rocha-de-Oliveira e Chiesa (2016), essa visão de Gilberto Velho sobre as mudanças ocasionadas através dos projetos nos permite analisar a flexibilidade e a transformação. Assim, sedimenta-se a ideia de que os projetos são flexíveis e dinâmicos:

Os projetos mudam, um pode ser substituído por outro, podem-se transformar. O mundo dos projetos é essencialmente dinâmico, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja, sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas (Velho, 2013, p. 101).

Desse modo, a partir dos pressupostos apresentados, as carreiras de mulheres árbitras de futebol podem ser pensadas à luz dos projetos de trabalho que foram (re)elaborados por elas dentro de seus campos de possibilidades. As teorizações de projeto propostas por Gilberto Velho (1999) são reconhecidamente importantes para pesquisas acadêmicas sobre diferentes carreiras, como apontam DeLuca, Rocha-de-Oliveira e Chiesa (2016) e conforme elucidamos a seguir.

### 3.4 CARREIRA

As mulheres começaram a ingressar com mais força no mundo do trabalho e a ver as carreiras profissionais como algo mais tangível, a partir da década de 1970 com influência das lutas e conquistas dos movimentos feministas (Dantas, 2012). Nessa linha, Bruschini (1994) apontou que, no Brasil, a chegada das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de maneira mais acentuada nas décadas de 1970 e 1980, configurando-se como uma das principais transformações sociais da época. Vale destacar que as mulheres da classe mais pobre sempre trabalharam. As lutas das referidas décadas 70 e 80 foram de mulheres das classes médias e altas, e por determinados postos.

A questão da divisão sexual do trabalho e dos papéis sexuais, que consideravam que às mulheres seria relegado o espaço privado, o papel da maternidade e o trabalho com os afazeres domésticos, enquanto aos homens caberiam o domínio do espaço público e o papel de mantenedor da família através de uma profissão (Hirata; Kergoat, 2007), torna evidente que, ao analisar uma carreira, é importante contextualizá-la, especialmente quando a análise envolver carreiras de mulheres.

As movimentações feministas e sociais da década de 1970 contribuíram em grande medida para mudar o cenário, já que, antes do referido período, como apresentou Chanlat (1995), os modelos tradicionais de carreira organizacional consideravam que apenas homens poderiam pleitear uma carreira profissional. Tais modelos postulavam que as carreiras tinham como características a estabilidade e uma progressão hierárquica linear, e eram trilhadas por homens de grupos sociais mais privilegiados. No mapeamento dos principais tipos de carreira anteriores à década de 1970, encontravam-se a burocrática, a profissional, a empreendedora e a sociopolítica (Chanlat, 1995). Já em meados dos anos 1970, foi possível perceber mudanças nas carreiras corporativas, passando do modelo tradicional para modelos de carreiras modernas, que ampliaram horizontes e possibilidades. Segundo Chanlat (1996), as carreiras modernas têm

relação com as etapas que se sucedem em uma dada profissão, sendo um fenômeno da sociedade industrial moderna, que reconfigura a noção de carreira e supera o modelo tradicional. As carreiras modernas apresentam como traços principais a presença de indivíduos de diferentes grupos sociais, a instabilidade e uma progressão descontínua na profissão (Chanlat, 1995).

As carreiras modernas estão inseridas num momento de reconfiguração do trabalho na metade da década de 1970, posterior às conquistas de benefícios sociais<sup>35</sup> por trabalhadoras e trabalhadores norte-americanos/os (Chanlat, 1996). Naquele contexto, houve um aumento de desemprego e conseqüentemente de grupos em condições de vulnerabilidade social, o que reverberou numa precarização das condições de trabalhadoras e trabalhadores, caminhando para uma maior flexibilização e instabilidade das carreiras (Chanlat, 1996). Nesse momento, percebe-se um aumento no número de mulheres que começam a trilhar carreiras.

No âmbito da modernidade, ao observar a pluralidade de indivíduos e possibilidades de carreiras, torna-se importante buscar como essas teorizações podem se conectar com as carreiras de árbitras de futebol. Assim, vemos alguns autores que apontam que as carreiras esportivas convergem com “modelos de carreiras sem fronteiras”, por exemplo, atletas de futebol, por terem características de flexibilidade, instabilidade, progressões não lineares e o foco voltado para realização pessoal e profissional do indivíduo (Arthur; Rousseau, 1994; Tavares; Pimenta; Balassiano, 2010).

Similarmente, podemos posicionar as carreiras na arbitragem dentro do modelo sem fronteiras, dadas suas características. Os critérios para se progredir na carreira de árbitra e árbitro são de duas naturezas: objetivos e subjetivos, conforme preconizam as Diretrizes da Comissão de Arbitragem (DCA) da CBF (2022). Dentre os critérios objetivos, destaca-se principalmente o nível da atuação de árbitras/os nas partidas nacionais e internacionais (DCA 02/CBF, 2022, p. 5). Já os critérios subjetivos descritos são: “faixa etária, espírito de liderança, comunicação, domínio de idiomas, conceito social, avaliação psicológica, performance física em avaliações e jogos, domínio da tecnologia VAR, fase técnica e outras competências fundamentais para o exercício da atividade em alto nível” (DCA 06/CBF, 2022, p. 2). Porém, a falta de clareza sobre a aplicação dos critérios subjetivos dificulta a busca pelas árbitras/os de estratégias de progressão na carreira e de aumento de número de atuações em jogos.

Em estudo conduzido por Santos, Jahnecka e Rigo em 2011, foram analisadas as carreiras de árbitros de futebol no estado do Rio Grande do Sul com foco nos pré-requisitos para ingresso, curso de formação local e critérios para progressão na respectiva federação

---

<sup>35</sup> Direitos como seguro social, assistência à saúde, aposentadoria e educação gratuita.

estadual. Os autores sinalizaram que os critérios de avaliação para progressão eram muito subjetivos e até desconhecidos pelos árbitros, o que interferia na motivação e em investimentos realizados por eles em suas carreiras. Esse cenário e as diretrizes orientadoras da DCA da CBF publicadas em 2022 permanecem muito próximos, o que nos leva a perceber que, quanto maiores as incertezas financeiras e de progressão na carreira, menores parecem ser as condições de árbitras e árbitros dedicarem-se exclusivamente ao projeto de trabalho com a arbitragem. Ainda há que se considerar que a arbitragem é uma carreira que no Brasil se encerrava no máximo aos 50 anos de idade, ou seja, há um tempo de validade implícito, agravado pelo fato de que os erros cometidos por mulheres são punidos com maior rigor que os masculinos. Portanto, essa conjuntura pode desmotivar o prosseguimento na carreira e até a busca de novas mulheres pelos cursos de arbitragem em futebol, com conseqüente decréscimo na taxa de inserção.

Mesmo considerando que essa é uma carreira curta se comparada a outras, árbitros mais longevos muitas vezes se viam excluídos das entidades em que atuavam por um limite etário para ingresso e permanência no quadro de arbitragem nacional. O Ministério Público do Trabalho investigou a CBF por discriminação e a orientação foi para retirar o limite de idade para ingressar ou permanecer na arbitragem (GloboEsporte, 2021b).

No modelo de carreiras sem fronteiras (*boundaryless careers*, em inglês), os limites entre vida pessoal e trabalho são cada vez mais tênues. Para apresentar suas principais características, os autores Arthur e Rousseau (1994) descrevem o exemplo da contratação de um jogador de *baseball* norte-americano pelo *Boston Red Sox* em 1986. O contrato celebrado entre o experiente jogador Don Baylor<sup>36</sup> e o clube *Boston Red Sox* seria de curta duração; isso porque, considerando que a performance esportiva tende a declinar com o avanço da idade, a expectativa era de que o rebatedor Don Baylor (aos 37 anos) encerrasse sua trajetória profissional no ano de 1986.

Entretanto, características suas, como dedicação nos treinos e jogos, espírito de liderança, talento e esforço, renderam-lhe contratos com outras equipes do circuito por mais duas temporadas. O exemplo citado ao destacar o inesperado desempenho do rebatedor Don Baylor demonstra o caráter de imprevisibilidade do esporte e o quanto as realizações pessoais expressas na dedicação e comprometimento do atleta para se manter em atividade por seu amor ao esporte podem influenciar no rumo da carreira. Assim, Arthur e Rousseau (1994)

---

<sup>36</sup> Don Baylor foi um rebatedor norte-americano que estreou na liga como jogador em 1970 e encerrou sua carreira em 1988. Sua trajetória no *Baseball* foi repleta de títulos e premiações por seu bom desempenho em campo (Major League Baseball, 2024).

argumentaram que poucas carreiras exemplificam tão bem as “carreiras sem fronteiras” quanto as esportivas, por conta de mudanças constantes, instabilidades, imprevisibilidades e o foco nas realizações pessoais.

Outro traço muito específico desse tipo de carreira é o fato de o indivíduo possuir um vínculo mais forte consigo mesmo e com seus ideais do que com a organização, de modo que vida e trabalho se misturam com frequência (Tavares; Pimenta; Balassiano, 2010). Por esse viés teórico, as carreiras tornam-se fluidas e o trabalho deve prover não somente a subsistência, mas deve ter um sentido, como a autorrealização e o desejo de fazer a diferença (Tavares; Pimenta; Balassiano, 2010). Frente à diversidade de carreiras no âmbito esportivo, suas instabilidades e fluidez, bem como considerando toda a produção teórico-científica específica sobre as mulheres na arbitragem, o referencial aqui exposto apresenta-se como ferramenta útil para reflexão e análise das carreiras de árbitras de futebol no Brasil.

## 4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

As escolhas que implicaram os caminhos metodológicos percorridos aqui possuem intrínseca relação com as minhas vivências e experiências como integrante do grupo de pesquisa GEFSS, coordenado pela professora Ludmila Mourão na UFJF. As pesquisas realizadas pelo grupo, ao tematizarem as práticas corporais e esportivas com uma abordagem qualitativa, aproximaram-me dos estudos na área da Educação Física que mostravam as possibilidades de diálogo com as ciências humanas e sociais.

Logo, nossa pesquisa parte de uma compreensão de ser humano que contempla suas subjetividades, emoções, sentimentos, valores e crenças. Pensando na diversidade de formas de ser e existir no mundo, são as diferenças que humanizam os sujeitos. No tocante às práticas corporais e esportivas, há um conjunto de significados que explicam o envolvimento de um sujeito com determinado esporte (Silva; Velozo; Rodrigues Jr., 2008). As pesquisas nas ciências sociais permitem aproximações entre as ações dos sujeitos e seus contextos de vida, auxiliando na compreensão de significados de fenômenos como as práticas corporais, o lazer ou o trabalho. Assim, ao entender que estamos buscando compreender esses significados para as árbitras de futebol estudadas, situamos a nossa pesquisa alinhada a uma perspectiva sociocultural na Educação Física, definindo-a como um estudo qualitativo.

Este capítulo é responsável por apresentar os procedimentos metodológicos seguidos por nós nesta tese e está organizado em quatro subcapítulos. No primeiro subcapítulo, apresentaremos a abordagem desta pesquisa; na sequência, vamos descrever os instrumentos e procedimentos de coleta de dados do estudo; dando continuidade, apresentaremos as participantes da pesquisa; e, por fim, elucidaremos os métodos de análise utilizados para interpretação dos dados empíricos.

### 4.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

O tipo de abordagem deste estudo é qualitativo e descritivo. A pesquisa qualitativa “lida com interpretações das realidades sociais” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 23), evitando quantificações ou generalizações (Minayo, 2009) e “privilegia a análise de microprocessos” por meio do estudo de ações de indivíduos e/ou grupos (Martins, 2004). Assim sendo, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2009, p. 21)”. Essa abordagem possui caráter descritivo, preocupação com o

processo (e não simplesmente com os resultados), bem como o interesse dos pesquisadores nos significados (Bogdan; Biklen, 1982). As análises são feitas em profundidade,

visando à ampla compreensão do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo. (Godoy, 1995, p. 62)

Para Minayo (2012), a principal ação de uma análise qualitativa é buscar compreender, exercitar a capacidade de se colocar no lugar do outro, levar em conta a singularidade de cada indivíduo, mas entender que a experiência e a vivência de cada pessoa acontecem dentro de um contexto e são envolvidas pela cultura do grupo em que o indivíduo se insere. A autora destaca também que toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a dos entrevistados, quanto a dos pesquisadores. Na busca por compreender, é importante exercitar “o entendimento das contradições” (Minayo, 2012, p. 623). Aqui percebemos que, na interpretação dos dados empíricos, os traços em comum devem ser valorizados, mas os pensamentos contraditórios, as exceções dentro de um grupo são fundamentais para a compreensão do todo e do fenômeno estudado.

A fim de compreender as características de uma pesquisa qualitativa, lançaremos mão dos cinco pressupostos que distinguem as ciências sociais, colocados por Minayo (2009). O primeiro aspecto para a autora é que o objeto das ciências sociais é histórico e por isso as questões sociais se caracterizam por serem provisórias, dinâmicas e específicas. Assim, a autora pontua:

(...) isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. (...) as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo. (Minayo, 2009, p. 12)

O segundo ponto versa sobre a questão de que o objeto estudado nas ciências sociais possui consciência histórica, ou seja, atribui significados às suas ações, intenções e planos para o futuro dentro de uma racionalidade que permeia as ações humanas. O terceiro fator é a “identidade entre sujeito e objeto”, o que implica dizer que a pesquisa resulta numa construção coletiva entre investigador e participantes do estudo. O quarto quesito diz que as pesquisas em ciências sociais são (intrínseca e extrinsecamente) ideológicas, portanto não existe neutralidade,

pois considera-se que as ações humanas, tanto as do cientista, quanto as dos participantes do estudo, expressam seus interesses e visões de mundo (Minayo, 2009).

Por fim, o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo: “a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (Minayo, 2009, p. 14)”. Esse ponto avança além das potencialidades e reconhece as limitações deste método, já que os relatórios de pesquisa serão sempre um recorte que representa a dinâmica dos grupos estudados, e as descrições ou análises serão sempre “incompletas e imperfeitas” (Minayo, 2009).

Nesta tese, elegemos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que é uma técnica de entrevista da abordagem qualitativa, a qual será descrita a seguir.

## 4.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

### 4.2.1 Aspectos éticos e critérios de inclusão

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP/UFJF), CAAE nº14111219.2.0000.5147, sob o parecer nº3.529.381<sup>37</sup>, em 23 de agosto de 2019.

Os critérios de inclusão estabelecidos para selecionar as colaboradoras foram: a) ser árbitra de futebol em atividade; b) estar vinculada ao quadro nacional de arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no momento de realização da entrevista. Portanto, foram incluídas árbitras de futebol em atividade que estivessem atuando em nível nacional. Para a seleção, foi utilizada a técnica de *snowball*, efetiva para acessar populações denominadas de raras ou desconhecidas, como no caso das árbitras, pouco visibilizadas pela sociedade. Com essa técnica, os/as participantes de um estudo vão indicando outros/as profissionais amigos/as ou conhecidos/as para fazerem parte da pesquisa (Coleman, 1958; Goodman, 1961).

### 4.2.2 Entrevista Semiestruturada

A entrevista é uma técnica que permite investigar o comportamento e a subjetividade humana (Gil, 2008); por essa razão, foi o tipo de instrumento utilizado em nossa investigação,

---

<sup>37</sup> O parecer está disponível ao final do texto (ANEXO I).



que, de modo mais específico, lançou mão das entrevistas semiestruturadas. Guazi (2021) propõe como diretrizes para a utilização da técnica de entrevista semiestruturada a divisão do processo em seis etapas: “elaboração e testagem do roteiro de entrevista; contato inicial com os participantes; realização das entrevistas; transcrição das entrevistas; análise dos dados e relato metodológico” (p. 3).

Na elaboração da entrevista semiestruturada, atentamo-nos aos objetivos da pesquisa, de modo que as perguntas feitas gerassem informações suficientes para atendê-los. O roteiro de entrevista semiestruturada foi construído pelo autor e pela orientadora, com a validação dos membros do Grupo de pesquisa Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade (GEFSS/UFJF/CNPq), os quais, a partir de suas experiências no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área da Educação Física, contribuíram com sua apreciação e sugestões. Essa estratégia partiu de experiências anteriores acumuladas pelo GEFSS na construção de roteiros de entrevistas em pesquisas com mulheres nas práticas corporais e esportivas (Fernandes, 2014; Monteiro, 2016; Novais, 2018; Silva, 2018; Torga, 2019; Soares, 2020; Braga, 2021), em que trabalhamos com temas geradores de perguntas, utilizando como base os objetivos da pesquisa.

Após duas rodadas de avaliação e validação do roteiro de entrevista pelo GEFSS, partimos para a realização das entrevistas piloto, que visaram testar mais uma vez o roteiro proposto e as ferramentas de gravação, assim como aprimorar o instrumento e treinar o pesquisador. Como parte da etapa piloto da pesquisa, foram realizadas quatro entrevistas com árbitras que atuavam em nível estadual: duas delas, em Minas Gerais e as outras duas, no Rio Grande do Sul. As entrevistas constaram no projeto de pesquisa que foi avaliado por uma banca de professoras doutoras na ocasião da “Defesa de projeto<sup>38</sup>”. As professoras Cláudia Kessler (UFMS) e Eveline Torres (UFV) apresentaram sugestões para que o roteiro compreendesse também outras questões sobre a atuação das árbitras no futebol de mulheres, como preconceitos e machismos presentes nas partidas em que elas atuavam. Tais sugestões foram incorporadas e chegamos à versão final.

O roteiro foi dividido em três blocos temáticos, ordenados da seguinte forma: (I) experiências com práticas corporais e esportivas na infância e juventude; (II) a inserção e a trajetória na arbitragem em futebol e; (III) relações de gênero na arbitragem. O referido

---

<sup>38</sup> A defesa de projeto é um dos pré-requisitos para a obtenção do título de doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Tal procedimento deve ser concluído até o 3º semestre do curso, que no meu caso foi em novembro de 2019. Nesta etapa, enviei o projeto de pesquisa para as professoras mencionadas, que retornaram pareceres por escrito.

instrumento utilizado na coleta de dados encontra-se disponível na íntegra ao final desta tese (Apêndice A).

As entrevistas foram gravadas em áudio, com o gravador *Olympus VN- 6200 PC*. Antes da realização das entrevistas, foi solicitado às entrevistadas o preenchimento de um cabeçalho, localizado no topo do roteiro de entrevistas, com informações relativas a seu perfil, e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As participantes da pesquisa terão sua identidade preservada, sendo o anonimato de seus relatos garantido pela utilização de nomes fictícios nesta pesquisa. Nesse sentido, o TCLE aprovado pelo comitê de ética e assinado pelas participantes assegura o anonimato. O TCLE está disponível ao final da tese (Anexo II).

No momento de realizar as entrevistas com as árbitras filiadas à CBF, fomos surpreendidos com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a suspensão das atividades presenciais em diversos setores desde março de 2020. Esse momento histórico de emergência sanitária exigiu de nós, pesquisadores, a capacidade de adaptação às novas demandas e de buscar alternativas para seguir com a pesquisa. A forma de entrevista remota nos pareceu a mais segura e viável, portanto escolhemos a entrevista por telefone (ligação de áudio), técnica de coleta já referendada em diversas pesquisas (Costa; Costa, 2012).

Tal opção apresentou como vantagem o fato de dispensar conexão com a internet<sup>39</sup> para a realização e gravação de uma entrevista síncrona; desse modo, a facilidade da gravação telefônica pelo celular em poucos cliques e a boa qualidade de áudio da gravação com arquivos de tamanho reduzido propiciaram que as entrevistas fossem facilmente enviadas por e-mail para o pesquisador, facilitando seu armazenamento, bem como suas cópias de segurança. Outra vantagem foi o fato de a entrevistada não necessitar estar com a câmera ligada, o que pode ter conferido maior privacidade às participantes. Como desvantagens, podemos apontar o fato de não haver a interação face a face, o que gerou maior dificuldade em identificar expressões, silêncios, pausas, risos e emoções das entrevistadas.

O período de realização das coletas por ligação telefônica foi de 04 de dezembro de 2020 a 24 de fevereiro de 2021. O contato inicial com as participantes em potencial foi realizado através do aplicativo de mensagens WhatsApp. Nas conversas, o pesquisador fez sua apresentação pessoal e institucional, bem como apresentou os objetivos e o nome da pesquisa. Das dezesseis (16) árbitras contatadas, quatorze (14) responderam aos contatos e conseguimos

---

<sup>39</sup> Diversos provedores de internet no país apresentaram instabilidade de conexão por conta do grande número de acessos simultâneos em função do trabalho e do estudo remotos. Nesse sentido, há que se considerar que a utilização da internet para atividades síncronas tenha dificultado a sua realização.

concretizar onze (11) entrevistas. As onze (11) entrevistadas se distribuíram da seguinte forma: cinco da região Sudeste, três da região Nordeste, uma da região Centro-Oeste, uma da região Norte e uma da região Sul.

Findadas as coletas, a transcrição dos áudios das entrevistas foi feita pelo próprio pesquisador, seguindo as orientações do Manual Básico de Transcrição de Entrevistas, elaborado pelo Centro de Memória do Esporte (CEME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Esse processo foi feito na íntegra, respeitando todas as formas discursivas apresentadas pelas participantes. Posteriormente às transcrições, tais documentos foram revisados pelas participantes, que ratificaram seus depoimentos.

As participantes do estudo serão identificadas por nomes fictícios e pela região em que atuam (suprimindo os nomes de cidades e estados), a fim de preservar suas identidades. Guazi (2021) destaca a importância de se assegurar o anonimato nas entrevistas, bem como a supressão de trechos que possam identificar os/as participantes de um estudo.

A não identificação das entrevistadas justifica-se pelo fato de estarem em atuação no campo e, como não podem conceder entrevistas sem autorização prévia da comissão de arbitragem, haveria o risco de que as opiniões aqui expressas pudessem prejudicar suas carreiras. Assim como Silva (2023), em sua pesquisa com árbitras de futebol paulistas, optamos por não disponibilizar as entrevistas na íntegra ao final do trabalho, mesmo com os nomes fictícios, haja vista a possibilidade de identificação de alguns relatos de suas trajetórias ímpares. As entrevistas ficarão de posse do pesquisador por 5 anos e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Após a descrição dos procedimentos éticos seguidos na coleta de dados, descreveremos as participantes da pesquisa e o dia em que cada coleta foi realizada.

#### **4.2.3 Participantes da pesquisa**

Em dezembro de 2020, encaminhei uma mensagem a três pessoas próximas que poderiam conhecer e me indicar árbitras de futebol nacionais interessadas em participar desta pesquisa. Uma delas foi a treinadora Alice (nome fictício), baiana, preparadora física de equipe de futebol de mulheres com sede na Bahia, com passagem por um grande clube do futebol de mulheres baiano. Nós nos conhecemos em um evento acadêmico no Museu do Futebol, na cidade de São Paulo, em 2018, e mantivemos contato pela internet desde então. Por saber de sua atuação no futebol de mulheres nordestino, perguntei-lhe se conhecia alguma árbitra nacional para participar de minha pesquisa. Ela respondeu afirmativamente e orientou-me a

contatar a árbitra assistente nordestina Beatriz. Após dois dias de conversas pelo WhatsApp, agendei a entrevista com Beatriz para a tarde de 04/12/2020.

**Beatriz** tinha 29 anos, era professora de Educação Física, solteira e não possuía filhos. Era natural de uma cidade nordestina. Era árbitra assistente do quadro CBF Feminino e de uma federação estadual do Nordeste. Atuou em partidas dos Campeonatos Brasileiros de Futebol Feminino Séries A1 e A2, competições de categorias de base organizadas pela CBF e em partidas de futebol profissional masculino em seu estado.

Após a entrevista, que ocorreu no horário combinado, indaguei a Beatriz se ela conhecia árbitras nacionais interessadas em participar da pesquisa. Ela prontamente respondeu que sim e disse que enviaria mensagem a elas perguntando se gostariam de participar de minha pesquisa. No mesmo dia, Beatriz me informou que elas haviam manifestado interesse em participar e que eu poderia entrar em contato. No dia seguinte pela manhã, conversei com Glória e Janaína e agendamos as entrevistas para a semana seguinte.

Na manhã de 07/12/2020, realizei a entrevista com **Glória**. Glória, 32 anos, era *Personal Trainer*, seu estado civil era união estável e não possuía filhos. Glória residia e atuava pela região Centro-Oeste. Tornou-se árbitra assistente por uma Federação de Futebol de um estado do Centro-Oeste. Chegou ao quadro da CBF e posteriormente integrou o quadro FIFA por duas temporadas. Decidiu mudar de função algum tempo depois, tornou-se árbitra central e retornou ao quadro CBF nessa nova função. Glória atuou em importantes competições internacionais, Séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro masculino, e ainda como árbitra central na Série D.

Na tarde de 08/12/2020, entrevistei **Janaína**. Janaína, 25 anos, casada, sem filhos, natural de cidade pertencente a um estado da região Norte, era professora de Educação Física e Fisioterapeuta. Árbitra assistente pela CBF e pela Federação de Futebol de seu estado, Janaína atuou nos Campeonatos Brasileiros de Futebol Feminino Série A1 e A2, Copa do Brasil e Campeonatos Brasileiros Masculinos Séries B, C e D.

Na sequência, realizei quatro entrevistas com árbitras CBF da região Sudeste. Os contatos delas me foram passados por um amigo árbitro, que possuía trânsito no campo da arbitragem nacional.

Na tarde de 18/01/2021, entrevistei **Clara**. Clara, 34 anos, jornalista, atuava como empresária do ramo alimentício, era solteira e não tinha filhos. Árbitra central pela CBF e pela Federação de Futebol de um estado da região Sudeste, atuou em campeonatos estaduais de futebol masculino profissionais, campeonatos nacionais de base e foi a árbitra de uma final do

Campeonato de Futebol feminino de seu estado, disputada entre dois clubes de destaque num grande estádio brasileiro da região Sudeste.

Na tarde de 20/01/2021, entrevistei **Natália**. Natália, 23 anos, funcionária pública, era solteira e não tinha filhos. Árbitra central pela CBF e pela Federação de Futebol de um estado na região Sudeste, atuou em Campeonatos estaduais de futebol masculino e Campeonatos Brasileiros de Futebol Feminino Séries A1 e A2.

Em 23/01/2021, realizei a entrevista com a **Mariana**. Mariana, 34 anos, empresária do ramo imobiliário, é casada e tem um filho. Natural de uma cidade do Sudeste, na qual reside, é árbitra assistente pela CBF e pela Federação de Futebol do Estado do Sudeste, onde residia. Atuou em campeonatos estaduais masculinos profissionais e campeonatos brasileiros masculinos Séries B, C e D.

No dia 25/01/2021, a entrevistada foi com **Cláudia**. Cláudia, 29 anos, *personal trainer* e professora de Pilates, é solteira e não tem filhos. Nasceu em cidade da região Sudeste, onde reside. Ela é árbitra assistente do quadro internacional da FIFA, da CBF e da Federação de futebol de seu estado. Atuou nos Campeonatos Brasileiros das Séries B, C e D, em campeonatos estaduais masculinos e na Copa Libertadores da América de futebol feminino.

Em 03/02/2021, à noite, entrevistei **Mônica**. Mônica, 25 anos, professora de Educação Física e veterinária, solteira, sem filhos, nascida e residente na região Nordeste. Árbitra central do quadro da CBF e da Federação de Futebol de um estado nordestino, atuou nos Campeonatos Brasileiros de Futebol Feminino Série A2, Copa do Brasil de futebol feminino, campeonato estadual masculino de base, campeonato estadual 2ª divisão e Copa do Nordeste masculina.

Na manhã seguinte (04/02/2021), a entrevistada foi **Cátia**. Cátia, 35 anos, formada em Ciências Contábeis, era solteira e não tinha filhos. Nascida na região Nordeste, reside na cidade em que nasceu. No momento da entrevista, era árbitra assistente da CBF e da Federação de Futebol de um estado nordestino. Anteriormente foi árbitra central, chegando ao quadro internacional da FIFA por 2 temporadas nessa função. Atuou em competições internacionais de futebol feminino, campeonato estadual masculino profissional e Campeonato Brasileiro masculino Série B.

Em 11/02/2021, entrevistei **Dalva**. Dalva, 31 anos, professora de Educação Física, era solteira e não tinha filhos. Nascida em uma cidade do Sudeste, mesma cidade onde residia. Ela é árbitra assistente nacional do quadro CBF Feminino e da Federação de Futebol de um estado do Sudeste. Ela atuou em campeonatos estaduais de futebol feminino, Campeonato Brasileiro Feminino Série A2, campeonatos nacionais de categorias de base.

No dia 24/02/2021, realizamos a última entrevista, com **Sara**, 32 anos, doutoranda em Educação Física e professora universitária. Solteira, sem filhos, ela é árbitra assistente do quadro da CBF e da Federação de Futebol de um estado do Sul do Brasil. Atuou nos Campeonatos Brasileiros masculinos Séries B, C, D e campeonato estadual masculino da 1ª divisão.

A fim de preservar seu anonimato, as árbitras serão identificadas com nomes fictícios nesta tese, e será citada somente a região do país em que atuam, omitindo-se informações sobre os estados, as cidades e as federações estaduais.

A seguir apresentamos um quadro com a caracterização do perfil das entrevistadas, que contém os seguintes dados: região do país em que atuam, idade, estado civil, nível de escolaridade, profissão, ano em que se formaram no curso de arbitragem em futebol, função exercida (árbitra ou assistente), maior categoria atingida na arbitragem e categoria que integrava na CBF no momento da entrevista.

Quadro 2 - Perfil das árbitras entrevistadas com os nomes fictícios

Entrevistada	Região em que atua	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Ano de formação na arbitragem	Função*	Maior categ. atingida	Categ. Atual**
Beatriz	NE	29	Solteira	Superior completo (EF)	Professora de EF	2014	Assistente	CBF Fem	CBF Fem
Glória	CO	32	União estável	Superior completo (EF)	<i>Personal Trainer</i>	2012	Árbitra	FIFA	CBF
Janaína	N	28	Casada	Pós-graduada	Professora de EF e Fisioterapeuta	2009	Assistente	CBF	CBF
Clara	SE	34	Solteira	Superior completo (jornalismo)	Empresária	2016	Árbitra	CBF	CBF
Natália	SE	23	Solteira	Superior completo (Logística)	Funcionária pública	2015	Árbitra	CBF Fem	CBF Fem
Tamires	SE	34	Casada	Superior completo (RH)	Empresária	2008	Assistente	CBF	CBF
Cláudia	SE	29	Solteira	Superior completo (EF)	<i>Personal Trainer</i> e Professora de Pilates	2011	Assistente	FIFA	FIFA
Mônica	NE	25	Solteira	Pós-graduada (Med.Vet.)	Med. Vet. e Professora de EF	2015	Árbitra	CBF Fem	CBF Fem
Cátia	NE	35	Solteira	Superior completo (Ciências Contábeis)	Empreendedora	2004	Assistente	FIFA	CBF
Dalva	SE	31	Solteira	Superior completo (EF)	Professora de EF	2014	Assistente	CBF Fem	CBF Fem
Sara	S	32	Solteira	Doutoranda em EF; Mestrado em EF	Professora universitária	2009	Assistente	CBF	CBF

\*Árbitra central ou árbitra assistente. \*\*O termo referiu-se ao momento de realização da entrevista.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

A escolha dos métodos de análise dos dados coletados é uma etapa importante dos percursos metodológicos (Guazi, 2021). Essa seleção deve ser feita de maneira cuidadosa, considerando os objetivos do trabalho, a área de pesquisa, bem como os referenciais teóricos utilizados (Duarte, 2004). Concordamos com Duarte (2002), quando argumenta que as pesquisas qualitativas produzem dados significativos e muito densos, o que reforça a importância do método aqui elencado, uma vez que nossa investigação totalizou aproximadamente 200 laudas de transcrição dos dados das entrevistas a serem analisados.

Assim, elegemos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) como técnica para esta etapa. Segundo Bardin (2011), a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 48).

Inicialmente, foi realizada uma leitura flutuante das entrevistas transcritas. Nessa etapa, observamos pontos de aproximação e diferenças entre as trajetórias das entrevistadas, o que se mostrou importante para a condução das análises das entrevistas a partir das categorias analíticas.

Na sequência, elaboramos um quadro de análise para cada pergunta do roteiro de entrevistas, no qual: no eixo horizontal, ficaram as categorias de respostas, e no vertical, a identificação das participantes do estudo. As respostas dadas pelas participantes do estudo foram agrupadas em temas, os quais posteriormente foram categorizados (Bardin, 2011). Essa categorização nos permitiu encontrar categorias centrais para interpretar a construção da carreira das árbitras nacionais de futebol.

A partir dessa primeira etapa analítica, definimos duas categorias de análise, a saber: “A influência de práticas corporais e esportivas na infância e juventude de mulheres árbitras” e “A arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres”.

A seguir, apresentaremos dois exemplos de como realizamos a categorização nessa segunda etapa de análise. O Quadro 3 (p. 64) refere-se à categoria “A influência de práticas corporais e esportivas na infância e juventude de mulheres árbitras”; na sequência, o Quadro 4 (p. 65) é sobre a categoria “A arbitragem em futebol como um projeto profissional de



mulheres”. Na pergunta do exemplo, elas foram arguidas sobre as principais dificuldades enfrentadas no início da carreira.

Quadro 3 - Exemplo de categorização: “A influência de práticas corporais e esportivas na infância e juventude de mulheres árbitras”

Entrevistadas/ Respostas	Brincadeiras na rua	Aulas de EF Escolar	Desporto escolar	Projetos, iniciação esportiva	Apoio da família	Observações*
Beatriz						“Eram muitas brincadeiras na rua” [...]
Glória						“na escola pratiquei outros esportes também [...]”
Janaína						“em relação a EF, eu lembro que eu participava bastante [...]”
Clara						“Eu jogava com os meninos na rua, por conta do meu irmão, depois com oito, nove anos, comecei a fazer escolinha de vôlei [...]”
Natália						“então me lembro que a gente brincava na rua, ficava jogando bola, brincando de bola, de pique-esconde, pega-pega.”
Tamires						“E no meu período escolar, sempre buscava pelo futebol, participava de campeonatos, entrava em projetos [...]”
Cláudia						“eu tive uma infância muito próxima do meu pai [...]”
Mônica						“como toda criança, eu gostava só de jogar [...]”
Cátia						“tive o apoio dos meus pais sempre [...]”
Dalva						“Sempre gostei mais de pique, brincadeiras de rua [...]”
Sara						“Eu gostava de jogos que tinham bola, mas a função principal era correr [...]”.

\*A cor do texto no item “Observações” faz menção à categoria a que a fala faz referência. Exemplo: cor roxa referente a “Desporto Escolar” e assim sucessivamente.  
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quadro 4 - Exemplo da segunda etapa de análise dentro da categoria “A arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres”

Entrevistadas/ Respostas	Parte física	Conciliar demandas Familiares/Sociais	Críticas	Violências	Observações*
Beatriz					“meu ex-namorado era a pessoa mais contrária [...]”
Glória					Eu enfrentei bastante dificuldade na questão física [...]
Janaína					“Como eu não tinha o hábito de praticar atividade física, de seguir um treinamento, a parte mais difícil para mim foi essa parte do pilar físico”.
Clara					“Olha, as dificuldades dentro da arbitragem são mais de conciliar [as coisas] [...]”
Natália					[...] uma situação foi quando fui agredida aqui no campeonato amador.
Tamires					“Então, a primeira [dificuldade] foi a questão técnica e a questão física”.
Cláudia					“Em relação à atuação em si, não tive muita dificuldade não. A questão era mais o início, pensar: “Nossa, realmente vou passar por isso, vou em campos amadores [...]”.
Mônica					“Eu enfrentei, na verdade, ninguém acreditava que eu tinha o potencial para ser árbitra [...]”.
Cátia					“Primeiro foi a parte física [...]”
Dalva					“porque foi uma situação muito difícil (choro). Na hora eu achei que ia ser agredida, porque o campo era aberto mesmo [...]”.
Sara					“O mais difícil foi adequar a rotina da arbitragem à minha rotina [...]”.

\*A cor do texto no item “Observações” faz menção a categoria a que a fala faz referência. Exemplo: cor roxa referente a “críticas” e assim sucessivamente.  
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A partir dessa categorização, foram estabelecidas relações entre os discursos das árbitras e as fontes bibliográficas de pesquisa, que serão articuladas para construir as análises e interpretações da pesquisa.

As análises dos dados empíricos coletados estão nos próximos dois capítulos desta tese. No capítulo 5, intitulado “*Práticas corporais e esportivas na juventude e as escolhas pela arbitragem*”, objetivamos analisar o fato de que as mulheres que constroem a carreira na arbitragem em futebol têm em comum a prática de esportes e vivências corporais na infância e juventude. O capítulo 6, sob título “*Arbitragem em futebol como projeto profissional de mulheres*”, tem a premissa de consolidar elaborações teóricas que nos permitam compreender os caminhos percorridos pelas árbitras a partir de seus projetos profissionais, das barreiras e das oportunidades encontradas no campo.

## **5 PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NA JUVENTUDE E AS ESCOLHAS PELA ARBITRAGEM**

Este capítulo apresenta quatro seções. A primeira contextualiza o tema, levanta questões de gênero nas práticas corporais e anuncia os objetivos. Nas três seções seguintes, analisamos os seguintes dados empíricos sobre as práticas corporais na juventude das entrevistadas: (5.1) relaciona as práticas corporais na infância e adolescência com a carreira de árbitra; (5.2) apresenta a influência familiar no engajamento esportivo; e (5.3) articula as práticas esportivas na EFE, competições estudantis e em projetos socioesportivos e o gosto pelo esporte na trajetória juvenil. Por fim, concluímos o capítulo estabelecendo aproximações sobre as influências dos aspectos discutidos para os projetos de trabalho futuros dessas mulheres na arbitragem.

Desse modo, iniciamos dissertando sobre a importância das práticas corporais e esportivas presentes na juventude das árbitras entrevistadas. Tais reflexões objetivam analisar como as experiências corporais e esportivas na infância e na juventude articulam-se na escolha pela arbitragem em futebol como uma carreira. Mais do que trazer à tona as influências das brincadeiras na infância, da participação ativa nas aulas de Educação Física e nas atividades corporais e esportivas fora da escola, buscaremos compreender como essas vivências influenciaram na construção de suas identidades, subjetivando seus corpos e contribuindo para que continuassem engajadas no contexto esportivo e seguissem perseguindo o projeto (Velho, 2013) da arbitragem em futebol.

Os brinquedos e as brincadeiras são peças importantes na (des)construção das identidades de gênero. Karine Godoy (2017), em sua pesquisa de Mestrado, investigou a construção das identidades de gênero na infância, analisando os discursos dos brinquedos e brincadeiras. A autora percebeu que as brincadeiras de infância, desde a creche, repetem, reiteram e reproduzem papéis normativos de gênero e tendem a construir masculinidades e feminilidades normativas (Godoy, 2017; Godoy *et al.*, 2021). Interessante observar que as meninas são estimuladas a brincar de maneira mais passiva, e que nessas brincadeiras aprendem a cuidar dos filhos, brincando de bonecas (mamãe e filhinha), e a cuidar da casa, brincando de limpar e cozinhar. Já os meninos são incentivados a brincadeiras com ação, decisão, força e coragem, como atividades de correr, pique e saltar, e seus brinquedos são carrinhos e bolas de todo tipo, em especial, as de futebol. Portanto, é importante trabalhar na desconstrução de tais identidades normativas, pois não existem brincadeiras e/ou brinquedos adequados para meninos e meninas: essas representações são construções culturais.

A fim de trabalhar a temática, levantamos estas três questões na escrita deste capítulo:  
 i) Como as práticas corporais participam das trajetórias e constituem as identidades das árbitras entrevistadas? ii) Quais são os agentes facilitadores da aproximação das meninas e mulheres com os esportes e com o futebol? iii) Que influências as práticas corporais e esportivas tiveram em seus projetos futuros?

Inicialmente acionamos o conceito de identidade, aqui entendida de acordo com o teórico do campo cultural Stuart Hall. Para o autor, as identidades não são fixas e estão em permanente reconstrução (Hall, 2000). Essa perspectiva de Hall nos anima a pensar que é possível reelaborar ao longo da vida os significados que as práticas corporais e esportivas assumem na nossa trajetória. Ele reconhece a influência central da cultura na formação das identidades do sujeito pós-moderno. Para ele, a identidade significa:

(...) o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (Hall, 2000, p. 111-112).

A construção da identidade em determinada cultura e seus processos educativos (formais e não formais) denotam a possibilidade de uma reflexão de que as brincadeiras escolhidas pelas crianças e adolescentes não são aleatórias, mas fruto de uma construção cultural. Os ideais binários de que “homens vestem azul e mulheres vestem rosa” são um exemplo de que o sexo biológico é tido como a única possibilidade de reconhecimento humano (Nicolino, 2020). Esses pensamentos concebem a anatomia como um destino, pois estão ancorados em percepções de que existem comportamentos, papéis e práticas adequados para homens e para mulheres.

Então, as crianças e jovens vão tendo seus corpos “educados” para se tornarem inteligíveis (Butler, 2003) por essa norma. Isso vai influenciando nas preferências das pessoas e interferindo em seus projetos e sonhos para a idade adulta. Meyer (2009) aponta que “(...) tornar-se sujeito de uma cultura envolve um complexo de forças e de processos de aprendizagem que hoje deriva de uma infinidade de lugares pedagógicos além da família, da igreja e da escola (...)” (p. 222). Esse ideário normativo determina o envolvimento de meninos e meninas com determinadas práticas corporais e esportivas. Aquelas que envolvem força, combate e contato físico seriam destinadas a meninos/homens; já aquelas que envolvem delicadeza, expressividade, flexibilidade seriam indicadas para as meninas/mulheres, por exemplo, as ginásticas e a dança.

Desse modo, indagamos: o que leva meninas e mulheres a seguirem uma carreira em um esporte como futebol se ela normalmente é afastada e interdita destas experiências na cultura? As experiências esportivas na infância e na juventude são importantes para mulheres que desejam seguir carreira esportiva?

Praticar esportes na infância e na juventude pode ajudar mulheres no desenvolvimento de suas carreiras em cargos que exijam de tomada de decisão e liderança (como é o caso das árbitras de futebol). Foi o que revelou um estudo conduzido em 2023 pela Deloitte, consultoria norte-americana que trabalhou com 1.100 mulheres executivas de sucesso nos Estados Unidos. Os resultados apontaram que ter praticado esportes na infância contribuiu de maneira significativa para suas carreiras organizacionais, desenvolvendo habilidades como liderança, trabalho em equipe, autoestima e resolução de conflitos (Deloitte, 2023; Forbes Mulher, 2023).

Nesse caminho seguem também pesquisas recentes no campo da Educação Física, em investigações realizadas no Brasil com mulheres membros de comissão técnica no futebol de mulheres (Braga, 2021); treinadoras e auxiliares técnicas da elite do futebol de mulheres (Novais, 2021); e com árbitras de futebol (Monteiro, 2016). Essas pesquisas encontraram que as trajetórias das mulheres foram marcadas por experiências com brincadeiras ativas na infância, na rua, e por um alto engajamento esportivo na juventude, especialmente com o futebol, subjetivando seus corpos e comportamentos e forjando suas identidades com o esporte.

Corroborando esse cenário de envolvimento na juventude com as práticas esportivas, entrevistas recentes das árbitras internacionais<sup>40</sup> de futebol Yoshimi Yamashita (Japão), Kate Jacewicz (Austrália), Hyeon-jeong Oh e Yu-jeong Kim (ambas da Coreia do Sul), para o canal oficial da *Asian Football Confederation* (2023a; 2023b; 2023c; 2023d), trazem relatos importantes sobre a prática de futebol em diferentes níveis ao longo da juventude e como isso foi um fator decisivo de construção identitária no esporte para se tornarem árbitras. Stephanie Frappart, árbitra francesa, declarou em entrevista que começou a jogar futebol aos 10 anos de idade e que sua curiosidade pelas regras do jogo a levou à arbitragem como um projeto de carreira: “Comecei a jogar futebol quando tinha 10 anos de idade. E desde então, sempre desejei aprender as regras do futebol” (FIFA, 2015, tradução nossa).

Seguindo essa linha, a árbitra brasileira com protagonismo internacional Edina Batista relatou que, na infância, foi socializada com brincadeiras na rua e que jogou futsal e basquetebol em competições estudantis na juventude (Dibradoras, 2023). Nessa entrevista, Edina fez uma

---

<sup>40</sup> As árbitras entrevistadas atuaram na Copa do Mundo FIFA de futebol feminino 2023 sediada na Austrália e na Nova Zelândia.

reflexão sobre a importância da representação das árbitras para meninas e mulheres que amam o futebol e desejam ser jogadoras: “(...) *ela tem que ver que tem outras portas [abertas]: ela pode ser uma técnica, uma preparadora física, uma médica, ela pode ser uma árbitra*” (Dibradoras, 2023).

A influência dos esportes na juventude de mulheres que tiveram carreiras esportivas foi observada também em investigações com mulheres atletas de judô (Souza; Mourão, 2010), voleibol (Tavares, 2015), corrida de aventura (Silva, 2018) e, recentemente, com árbitras de judô cariocas (Souza *et al.*, 2023) e com árbitras de handebol (Klanovicz, 2019).

Nessa perspectiva, em seu estudo sobre as contribuições da pedagogia do esporte e do desenvolvimento de jovens para a formação do cidadão, Berger (2021) afirma que as atividades esportivas preparam as (e os) jovens para enfrentarem os desafios da vida. O autor destaca que os esportes mediados pelo/a professor/a ou treinador/a potencializam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais na infância e na juventude, como coragem, confiança, trabalho em grupo, liderança, que são importantes para a vida (Berger, 2021).

A prática de esportes é utilizada também como uma ferramenta de educação feminista para o empoderamento de jovens meninas e mulheres, como proposto pelos projetos socioesportivos da ONG Empodera (Impulsiona; Empodera, 2023). Isso reforça o potencial de empoderamento de meninas e mulheres pelos esportes em diferentes ambientes, como nas aulas de educação física na escola ou em projetos socioesportivos (Souza Júnior, 2020). Como mais uma evidência da importância das práticas corporais e esportivas na infância e juventude de meninas e mulheres, temos a pesquisa de Novais (2023), que analisa a educação feminista desenvolvida por meio de práticas corporais e esportivas no território favelizado da Cidade de Deus/Rio de Janeiro no projeto “Uma Vitória Leva a Outra” (UVLO). A autora destacou que as práticas corporais desenvolvidas no projeto UVLO contribuíram para empoderamento das meninas ao suscitarem debates sobre os corpos e possibilitarem a leitura<sup>41</sup> e a resignificação das práticas esportivas que eram vivenciadas pelas alunas (Novais, 2023). As práticas esportivas têm o potencial de desenvolver a autoconfiança das meninas, haja vista que, após as aulas no UVLO, elas relataram se sentirem mais seguras para tomar decisões relativas ao seu futuro pessoal e profissional (Novais, 2023).

Este capítulo tem a intenção de contribuir com o debate desta pesquisa acerca da importância da prática e do envolvimento esportivo pelas meninas para a construção de projetos

---

<sup>41</sup> Novais (2023) aponta que o projeto UVLO segue a pedagogia dos multiletramentos, pois valoriza as narrativas emergentes do contexto cultural das alunas, havendo uma pluralidade de textos em circulação, entre eles o debate sobre os corpos e as práticas corporais.



em suas vidas, focalizando as árbitras de futebol. A seguir, passamos à análise dos dados empíricos, iniciando pelas práticas corporais e esportivas na infância, conforme já anunciado.

## 5.1 AS ÁRBITRAS DE FUTEBOL E AS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS

Neste item, nosso foco está centrado nas vivências das práticas corporais na infância e adolescência das árbitras. É importante inteirar o/a leitor/a de que as brincadeiras na rua, a participação em competições escolares (desporto escolar), a participação em projetos socioesportivos e/ou escolinhas de esportes e as aulas de Educação Física escolar possuem, cada uma, suas especificidades e elas serão explicitadas na medida em que for necessário. Ou seja, não é possível considerar que todas essas práticas corporais acontecem sob as mesmas condições. Por exemplo, se é um ambiente formal ou não formal de educação, a presença ou não de um/a professor/a mediador/a, o espaço físico em que são realizadas, entre outros, são diversos os fatores que podem influenciar nas condições da participação de meninas nas atividades.

Considerando as experiências corporais e esportivas na infância e juventude, as entrevistadas desta pesquisa eram meninas ativas. Tamires (árbitra assistente, região Sudeste) revela que “*quando era criança **brincávamos muito na rua, muito diferente de hoje em dia. A gente brincava de pique-esconde, corda, amarelinha, eram brincadeiras***”. Na mesma linha, Beatriz conta que “***eram muitas as brincadeiras na rua, pega-pega, pique-esconde, dono da rua. A gente brincava muito de garrafão, “matacuzana”, polícia e ladrão [...]*** (Beatriz, árbitra assistente, região Nordeste). As árbitras também praticavam esportes como futebol e/ou futsal, voleibol e handebol, práticas que muitas vezes aconteciam junto com os meninos de seu convívio social, como vizinhos, primos e irmãos, desde cedo:

(...) Desde muito pequena mesmo, me lembro que eu jogava futebol. Eu tenho poucas lembranças, sabe? Mas meus pais me contam muitas histórias de que a única coisa que eu queria fazer, [de que] **a única brincadeira que eu queria ter era jogar futebol, jogar bola. Então me lembro que em minha infância até a adolescência, até eu entrar no colégio, no [ensino] fundamental, era só brincadeira com bola.** E depois, **na escola, pratiquei outros esportes também, handebol, vôlei, mas o máximo sempre foi o futebol** (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

Eu **sempre fui uma criança muito ativa**, nunca gostei dessas atividades paradas, desenhar, brincar de boneca, essas coisas. **Sempre gostei mais de pique, brincadeiras de rua, porque jogávamos muito na rua.** Aqui **na minha rua tinha uma galera que cresceu junto** e éramos da mesma faixa

etária, então minha infância foi muito ativa (Dalva, árbitra assistente, região Sudeste).

Nas falas de Glória e Dalva observamos a presença de brincadeiras na rua e esportes, durante a infância e a adolescência. O envolvimento em brincadeiras ativas e esporte nessa fase da vida favorece e pavimenta uma identidade ligada ao esporte, criando um caminho que as conduziria, anos mais tarde, às carreiras na arbitragem em futebol.

Nas brincadeiras na rua, normalmente não havia um/a adulto/a mediador/a, o que pode ter favorecido o desenvolvimento e a autonomia nas meninas, além da coragem para superar os desafios que acompanham o brincar com os meninos. A participação em brincadeiras ativas na rua com os meninos durante a infância e a adolescência também foi encontrada em pesquisas com árbitras de futsal nordestinas (Lima; Mélo; Macedo, 2022) e com árbitras de futebol (Calheiro, 2017). Podemos considerar também os apontamentos de Berger (2021), segundo o qual as atividades esportivas trazem benefícios socioemocionais para as (e os) jovens, preparando-as(os) para enfrentar os desafios da vida.

Destacaremos neste trecho algumas habilidades socioemocionais que foram desenvolvidas, segundo relatos das árbitras entrevistadas. A **coragem** aqui merece destaque como uma habilidade que veio sendo desenvolvida desde a infância. Como vimos, desde cedo essas mulheres vieram rompendo com os binarismos, ocupando o espaço das ruas para brincar com os meninos e praticar esportes, forjando suas identidades ao praticar o futebol, um esporte de reserva masculina que historicamente restringiu e invisibilizou a participação das mulheres (Silva, 2023). Assim, o desenvolvimento de coragem se coaduna com a expressão de uma feminilidade dissidente no que tange às expectativas normativas de gênero e não esperada e/ou incentivada na maioria das meninas. A coragem se mostrou importante para seu envolvimento com as práticas esportivas ao longo da juventude e para os seus projetos futuros, pois, como as entrevistadas destacaram, considerando as condições precárias desse campo de trabalho, para ser árbitra “(...) *tem que ter **coragem***” (Clara, árbitra central, região Sudeste).

As sociabilidades por meio do esporte auxiliaram no desenvolvimento da habilidade de **trabalhar em grupo**, o que também atravessou as experiências esportivas das depoentes: “(...) *sempre conseguia fazer amizades através do esporte, porque o esporte abria essa porta do social, de convívio, cooperação e tudo. Então, sempre tive isso muito forte, essas coisas de estar trabalhando em grupo* (Dalva, árbitra assistente, região Sudeste)”.

Nesse sentido, Milistetd *et al.* (2020) apontaram que a infância e a adolescência são fases importantes para o desenvolvimento de jovens, pois, nessas fases, os esportes apresentam características que podem contribuir para o desenvolvimento positivo de jovens, como as suas

regras, o senso de pertencimento a um grupo, iniciativa e tomada de decisão (Milistetd *et al.*, 2020). Assim, ao potencializar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que são importantes para a vida, os esportes podem proporcionar um desenvolvimento saudável de jovens (Ciampolini *et al.*, 2020; Berger, 2021). Nos esportes, as habilidades para a vida<sup>42</sup> – como o respeito, liderança, trabalho em equipe, empoderamento, coragem – ganham forma quando tais habilidades são transferidas para além do contexto esportivo, como em casa, na escola e na comunidade (Milistetd *et al.*, 2020).

Em suma, ao desenvolverem habilidades para a vida desde a infância, desafiando as normas de gênero vigentes em diferentes espaços no tocante às práticas corporais e esportivas, as árbitras vieram sedimentando uma trilha que abriria caminhos para que seguissem a carreira de árbitras de futebol. As reflexões sobre as práticas corporais na juventude possuem intrínsecas relações com o apoio familiar (ou a falta dele). Entretanto, optamos por apresentar as reflexões sobre as influências familiares separadamente, no intuito de facilitar nossa interlocução. Passaremos agora para a análise da influência familiar sobre o engajamento das meninas com os esportes e o desenvolvimento de suas identidades ligadas ao futebol.

## 5.2 A INFLUÊNCIA DAS FAMÍLIAS PARA O ENGAJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA ESPORTIVA

Eu saía da escola mais cedo, normalmente eu não fazia a última aula porque não dava tempo. Ia para casa, almoçava correndo, me trocava e ia pra São Paulo de moto com meu pai (...) sou muito grata ao meu pai e me sinto privilegiada por ter esse apoio em casa. Não só exatamente dele, mas também da minha mãe, irmã, tios e minha avó. Todo mundo sempre se mobilizou para tentar ajudar que acontecesse e realmente desse certo (Lauren Leal, 20 anos, jogadora da seleção brasileira de futebol). (Uol Esporte, 2023).

Esse foi o discurso da jovem zagueira da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo 2023, Lauren Leal, cujo pai a levava aos treinamentos de futebol na adolescência, viajando diariamente de moto do interior de São Paulo para a capital paulista, chegando a percorrer mil quilômetros por semana. Lauren também destacou a mobilização e o apoio de sua mãe, irmã, avô e tios, os quais, segundo ela, foram fundamentais para a viabilização de sua carreira

---

<sup>42</sup> O termo “habilidades para a vida” foi proposto por Ciampolini *et al.* (2020) como uma adaptação para a língua portuguesa do termo *life skills*.

futebolística. O depoimento da atleta corrobora que a influência familiar, especialmente dos pais, é decisiva na iniciação e desenvolvimento das meninas no esporte.

Por se tratar de uma instituição, assim como a escola, em que as (e os) jovens permanecem engajadas por um tempo maior durante a infância e a juventude (Milistetd *et al.*, 2020), a família configura-se como importante fator no processo educativo de crianças e jovens, por meio do ensinamento de valores, crenças, comportamentos, e até, por exemplo, o incentivo (ou não) à uma prática corporal e esportiva.

De forma semelhante ao incentivo recebido pela jogadora Lauren, para que as árbitras entrevistadas tivessem a oportunidade de se envolverem com os esportes, ressalta-se a participação de suas famílias através de incentivo e encorajamento para as práticas esportivas. Quando consultadas se contavam com o apoio familiar, a maioria de nossas entrevistadas (81,8%) afirmou ter tido apoio de pais e familiares para brincar e/ou praticar esportes:

Tive o apoio dos meus pais, sempre. **Meu pai era árbitro de futebol.** Então, ele sempre gostou de corrida, de pedalar. Ele sempre teve bicicleta e pedalava pela cidade. **Ele sempre levou a mim e meu irmão para fazer atividade física (...)** (Cátia, árbitra assistente, região Nordeste).

Sempre [tive], sempre me apoiaram sim. Na verdade, instigavam e incentivavam isso. Eu **tive uma infância muito próxima do meu pai e ele sempre jogou essas peladinhos de final de semana,** Society ou futsal mesmo, que é quadra. E ele sempre me levava, então **eu brincava muito com ele, com as crianças que estavam por lá também** (Cláudia, árbitra assistente, região Sudeste).

Os depoimentos de Cátia e Cláudia evidenciam que o apoio familiar foi fundamental para que as meninas começassem a praticar esportes e se mantivessem praticando e engajadas ao longo dos anos, criando uma cultura esportiva em suas vidas.

Assim como observamos nos relatos de Cátia e Cláudia, as demais árbitras de futebol entrevistadas vieram construindo uma identidade ligada ao esporte desde sua infância, ingressando cedo em atividades de reserva masculina, questionando e desestabilizando as identidades sexuais e de gênero desde as primeiras brincadeiras na rua. A produção identitária dessas meninas superou a fixidez, subverteu e desestabilizou uma identidade tida como normativa (Silva, 2000) desde a escolha por brincadeiras ativas, passando pelo engajamento esportivo juvenil, bem antes da construção de seus projetos na arbitragem.

Os comportamentos são aprendidos, “um recém-nascido não sabe o que é futebol, nem nasce com paixão pelo futebol”, o que acontece é que, por integrarem uma sociedade marcada pelas diferenças de gênero, meninos e meninas são direcionados à construção de identidades

normativas de gênero, em que há a representação de que determinadas práticas como futebol seriam adequadas socialmente aos homens e interditas e/ou desaconselhadas às mulheres (Botelho-Gomes; Silva; Queirós, 2000, p. 31).

Desse modo, ao terem tido uma socialização em ambientes desafiadores, como o espaço público (a rua) para brincar e os esportes, as famílias fomentaram uma cultura de coragem e desafio, subsidiando um processo de subjetivação diferente da maioria das mulheres, construindo identidades dissidentes, seus corpos em movimento performando (Butler, 2003) feminilidades plurais, ratificando que as identidades são “formadas culturalmente” (Hall, 2000).

O apoio familiar, principalmente de seus pais, foi fundamental para propiciar o engajamento dessas meninas em atividades físicas e esportivas ao longo da vida, práticas diferentes daquelas que a sociedade normalmente espera das mulheres. A influência familiar é considerada como um dos principais pilares que contribuem para crianças e adolescentes realizarem uma determinada prática corporal e/ou esportiva (Seabra *et al.*, 2008). Dessa maneira, a importância desse apoio para as mulheres praticarem esportes pode ser vista em trabalhos acadêmicos que destacaram que normalmente os pais praticavam os esportes que as filhas foram estimuladas a participar, como no caso do judô (Souza; Mourão, 2010), do vôlei (Tavares, 2015) e da corrida de aventura (Silva, 2018). Os pais exercem um papel importante no incentivo e encorajamento das meninas no esporte, como destacaram Silva (2018) e Joras (2013), em estudo com mulheres atletas da Corrida de Aventura, em que os pais levavam as filhas para acampar, pedalar e praticar atividades ao ar livre (Silva, 2018) e na pesquisa com meninas de uma equipe de futsal escolar, que relataram que sua iniciação no futsal se deu por incentivo familiar (Joras, 2013).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as famílias das árbitras entrevistadas, ao incentivarem as práticas corporais e esportivas, contribuíram significativamente para um empoderamento dessas meninas, construindo nelas um sentimento de pertencimento e inclusão no meio esportivo, fundamental para que desafiassem as normas de gênero vigentes, rompendo com estereótipos e com a feminilidade normatizada na construção de suas identidades.

Conforme as crianças vão atravessando para a adolescência e a juventude, há uma tendência de que outros fatores socioculturais influenciem mais na prática esportiva, como o grupo de pares (Seabra *et al.*, 2008), representados pelas/os amigas/os e colegas. Marcando essa transição da iniciação nas práticas corporais e esportivas, passamos às experiências das entrevistadas na Educação Física escolar, em competições estudantis e participação em projetos socioesportivos e/ou escolinhas de esportes.

### 5.3 O ENVOLVIMENTO ESPORTIVO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO ESCOLAR E EM PROJETOS SOCIOESPORTIVOS

Aqui destacaremos as diferentes formas como as entrevistadas se engajaram com os esportes segundo seus relatos, a saber: a participação ativa nas aulas de Educação Física, a atuação em competições escolares de diferentes níveis e a procura por projetos socioesportivos no contraturno escolar.

Considerando a participação das entrevistadas em brincadeiras ativas e esportes, é importante salientar o papel da escola, já que em muitos casos a primeira vez em que as meninas entram em contato com os esportes é nas aulas de Educação Física escolar. Fernandes e Altmann (2020) reafirmam o importante papel da Educação Física escolar para as meninas, argumentando que, muitas vezes, essa é a única oportunidade que elas têm para praticar e aprender esportes coletivos em um espaço seguro. As vivências corporais das meninas nas aulas de Educação Física têm um potencial de empoderamento e transformação em relação à visão sobre as possibilidades de os seus corpos se movimentarem, passando de um corpo passivo a um corpo em ação (Souza Júnior, 2020).

A prática esportiva traz, para as meninas, inúmeros benefícios, como autoestima, coragem, liderança, criatividade, trabalho em equipe (Altmann; Ayob; Amaral, 2011; Santos, 2018). Tubino (2010) também ressalta as atividades físicas como importantes instrumentos sociais, contribuindo para o desenvolvimento de relações sociais e a convivência em grupo.

As entrevistadas relataram uma participação bem ativa nas aulas de Educação Física em suas escolas, destacando que gostavam muito de esportes e brincadeiras que envolviam corridas. Mônica conta que “(...) *gostava só de jogar, não gostava do aquecimento nem do alongamento. Eu gostava mesmo era da parte da bola, jogar futsal, jogar handebol, mas o futsal era uma das minhas paixões*” (Mônica, árbitra central, região Nordeste). Nas falas a seguir, Glória e Sara rememoram sua participação ativa em brincadeiras e esportes nas aulas:

**Era muito ativa, muito ativa. Eu sempre queria brincar de tudo**, para mim era brincadeira [na época]. Eu sempre queria jogar tudo o que o professor orientava, o que ele sugeria ali. De repente era uma aula de futebol, de repente era uma aula de handebol, de repente era uma aula só de movimentos de coordenação motora. E eu sempre me dei muito bem. Realmente eu tenho facilidade com coordenação motora, **então as aulas de Educação Física, para mim, eram as melhores.** (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

O que eu mais gostava eram as atividades relacionadas ao atletismo mesmo, corrida e salto. E também alguns jogos, por exemplo, o que chamamos aqui de caçador, alguns chamam de queimada, bandeirinha, **esses jogos que**

**tinham a bola, mas a função principal era correr** e os deslocamentos. Eu gostava mais desse tipo de brincadeira. (Sara, árbitra assistente, região Sul).

O gosto dessas mulheres pelas aulas de Educação Física pode ser exemplificado pela fala de Glória, segundo a qual as aulas de Educação Física eram as suas favoritas. O depoimento de Sara rememora o gosto pelas brincadeiras ativas, como aquelas com bola e as que envolviam ações de correr e saltar – gosto esse característico do grupo estudado. A paixão pelo futebol e futsal, citada por Mônica, certamente está ligada ao interesse por seguir o projeto de ser árbitra.

Observamos que o gosto pelo futebol marcou esse grupo, de maneira geral. Destaca-se o gosto pelos esportes, considerando que 54,5% das entrevistadas relataram ter participado de competições escolares em diversas modalidades e variados níveis, conforme vemos nos relatos:

“(...) no meu período escolar, sempre buscava pelo futebol, participava de campeonatos (Tamires, árbitra assistente, região Sudeste)”.

“Particpei de Olimpíadas estudantis, fiz parte das equipes de vôlei da escola, jogava muito futebol (Cátia, árbitra assistente, região Nordeste)”.

“(...) sempre que tinham campeonatos estudantis como falei, eu participava das modalidades que tinham, que geralmente eram vôlei, basquete e futsal. Eu jogava em todas elas (Clara, árbitra central, região Sudeste)”.

Encontramos também nos depoimentos a participação de duas entrevistadas em projetos socioesportivos de futebol/futsal:

**Eu estudava pela manhã e fazia o treinamento esportivo à tarde.** E aí nos dias em que não tinham os treinamentos esportivos à tarde na escola, eu fazia [aulas] **no ginásio municipal, que era um projeto [esportivo] da prefeitura**, era um professor que queria fazer um **treinamento social**. (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

E no meu período escolar, sempre buscava pelo futebol, participava de campeonatos, **entrava em projetos [esportivos] da prefeitura**. (...)Eu jogava mais [futebol de] campo mesmo porque **no bairro onde eu morava tinha um projeto [esportivo]**, onde éramos direcionados para um campo que era fora da escola, mas fazia parte do programa da escola mesmo. (Tamires, árbitra assistente, região Sudeste).

Esse gosto e a proximidade com práticas corporais e esportivas refletem até mesmo na escolha pelo curso de formação acadêmica e atuação profissional, já que 63,6% das entrevistadas possuíam graduação em Educação Física e atuavam profissionalmente na área.

Um contraponto que merece ser destacado é o fato de que, embora tenha participado ativamente das aulas de Educação Física no Ensino Fundamental, uma das árbitras reduziu significativamente sua participação no ensino médio:

Em relação ao [ensino] fundamental I e II eu lembro que eu participava bastante, mas quando chegou no ensino médio, o professor não exigia que todos participassem da aula. Então como eu não gostava muito de praticar, **eu ficava sempre um pouco mais de fora das atividades.** (Janaína, árbitra assistente, região Norte).

Essa fala de Janaína nos remete à realidade de muitas adolescentes brasileiras, com relação à evasão das aulas de Educação Física escolar no Ensino Médio.

Em relação à prática esportiva, o levantamento de dados realizado pelo Ministério do Esporte (2013) encontrou que as tarefas domésticas e as jornadas duplas/triplas das meninas brasileiras são um obstáculo para que elas pratiquem esportes e que 34,8% delas abandonam o esporte até os 15 anos de idade.

Esses dados se coadunam com os números da pesquisa “Por ser menina”, desenvolvido pela ONG Plan International no Brasil em 2021, segundo a qual as tarefas domésticas eram realizadas por 67,2% das meninas participantes da pesquisa realizada pela ONG e por apenas 31,9% dos meninos da mesma faixa etária (Plan International, 2021). Em contrapartida, apenas 7,3% das meninas entrevistadas declararam brincar na rua, contra 24,7% dos meninos (Plan International, 2021). Essa perspectiva segue na idade adulta, segundo dados como os do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento<sup>43</sup> (PNUD, 2017), os quais evidenciam que, no Brasil, os homens têm quase 30% mais chances de se serem ativos fisicamente do que as mulheres (Martins; Silva; Mion, 2023).

Os motivos para a evasão de meninas das aulas de educação física e dos esportes podem ser vários, como não se sentir à vontade, confortável e segura no ambiente da aula e o nível de habilidade na atividade proposta, entre outros (Impulsiona; Empodera, 2023). Martins, Silva e Mion (2023) defendem que um espaço seguro para a iniciação esportiva de meninas e mulheres no futsal e no futebol é um dos principais fatores para a continuidade da prática. As autoras verificaram que a professora/treinadora ouvir as demandas das alunas com uma postura acolhedora e a sociabilidade com as colegas também se constituíram como fundamentais para o sucesso e evolução das praticantes (Martins; Silva; Mion, 2023).

---

<sup>43</sup> Programa desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU).



Retomamos aqui a fala anterior da árbitra Janaína, que mencionou a atitude de seu professor, que não exigia a participação de todas/os nas aulas. Nesse contexto, o/a professor/a possui um papel fundamental nas aulas e deve buscar criar um “espaço seguro” para a participação das meninas, fazendo com que elas se sintam acolhidas, seguras emocional e fisicamente, livres para se expressarem e para participarem das atividades, independentemente de seu nível de habilidade, o que pode potencializar e ampliar as vivências positivas de meninas e mulheres no esporte (Martins; Silva, Mion, 2023; Souza Júnior, 2020; Impulsiona; Empodera, 2023). Assim sendo, para proporcionar experiências positivas às (e aos) jovens, é importante que haja um clima emocionalmente seguro nas aulas, nos treinos e/ou em momentos de prática esportiva (Milistetd *et al.*, 2020).

Pareceu-nos que o grupo entrevistado, de forma geral, teve vivências positivas no esporte e que tais experiências foram fundamentais para que as entrevistadas forjassem suas identidades com o esporte e futuramente construíssem seus projetos na arbitragem em futebol. Faz-se necessário esclarecer que o fato de as árbitras participantes da pesquisa terem passado por experiências esportivas positivas na juventude não implica dizer que todas as experiências tenham sido boas<sup>44</sup>.

Não é difícil imaginar que tais experiências vividas por elas, sob diferentes aspectos, às vezes tenham sido boas, às vezes ruins. Nosso destaque é que, mesmo que tenha havido algumas experiências negativas, a presença de boas experiências com o esporte em suas trajetórias contribuiu para que elas seguissem engajadas, pois rompeu com um ciclo de exclusão das mulheres na esfera esportiva.

**E eu aproveitava ao máximo as aulas de Educação Física.** Sempre estudei na escola EP<sup>45</sup> e na minha infância [estudei] lá no centro pedagógico EP. A Educação Física lá era bem rica. Eles exploravam todas as modalidades, desde vôlei, futebol à ginástica artística. Então, sempre tive, graças a Deus, posso dizer assim, esse envolvimento com a prática corporal, atividade física em si. (...) Qualquer coisa que tivesse na aula, por exemplo, **futebol principalmente**, eu gostava. E eu **gostava de brincar com os meninos**, vôlei também, tudo. (Cláudia, árbitra assistente, região Sudeste).

As boas experiências esportivas que constituíram as trajetórias delas são de diferentes naturezas, desde o incentivo familiar que abordamos anteriormente, passando pelo incentivo de

---

<sup>44</sup> Muitas vezes a não verbalização de experiências ruins ou difíceis pode se dar por conta da naturalização de preconceitos/violências simbólicas que as mulheres sofrem no esporte e no futebol (Pires, 2023).

<sup>45</sup> EP foi uma sigla utilizada para suprimir o nome verdadeiro da Escola Pública em que a entrevistada Cláudia foi aluna.

docentes e pela qualidade de suas aulas de educação física, até as sociabilidades com os colegas de turma nas atividades, como vemos no depoimento de Cláudia.

Nesse sentido, salientamos a importância de espaços seguros para que as meninas participem dessas atividades e, especialmente nas aulas de Educação Física, a criação de políticas públicas de incentivo às meninas e mulheres no esporte em projetos sociais, como os realizados pela ONG Empodera<sup>46</sup>, e os projetos socioesportivos nos moldes dos promovidos pelo Instituto Esporte e Educação (IEE)<sup>47</sup>.

Em síntese, no presente capítulo analisamos as influências das práticas corporais e esportivas na infância e na juventude das entrevistadas para a construção de suas identidades atreladas ao esporte, marcadas pelo desenvolvimento de habilidades socioemocionais, culminando na elaboração de seus projetos de serem árbitras de futebol. A partir das trajetórias das árbitras entrevistadas, vemos que a prática de esportes foi funcionando como uma ferramenta de empoderamento delas, potencializando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes (Ciampolini *et al.*, 2020; Berger, 2021), como coragem, liderança, autoestima, trabalho em equipe, questões que se mostrarão importantes ao longo de sua vida pessoal e profissional, especialmente em ofícios que desafiam as normas de gênero, como a arbitragem em futebol.

O apoio familiar foi fundamental para suas vivências no esporte, e os pais, em especial, foram importantes agentes facilitadores desse processo. A participação ativa nas aulas de educação física escolar, em competições estudantis e em projetos socioesportivos, especialmente, apareceu como evidência do engajamento esportivo e de vivências positivas no esporte. A paixão pelo futebol também foi um fator que contribuiu para que elas construíssem seus projetos profissionais passando por essa modalidade esportiva. Por fim, as depoentes nos apresentaram elementos que sugerem a ocorrência de experiências positivas no esporte em suas juventudes. Não pretendemos com isso afirmar que existiram apenas experiências positivas, mas que as boas vivências no esporte perpassaram as suas trajetórias.

A seguir, passamos ao sexto capítulo “Arbitragem em Futebol como projeto profissional de Mulheres”.

---

<sup>46</sup> Exemplos de projetos desenvolvidos pela ONG Empodera para meninas são “Uma Vitória Leva a Outra (UVLO)” e “Pretas em Campo”. Para mais informações, acessar: <https://www.empodera.org.br/como-atuamos/>

<sup>47</sup> O IEE foi criado em 2000 e atualmente é uma Organização da Sociedade Civil, liderada pela ex-jogadora de voleibol e ex-Ministra do Esporte Ana Moser. O IEE atende meninos e meninas em núcleos localizados em diversos estados e municípios brasileiros e promove a formação de professores para o ensino do esporte em seus núcleos. Para mais informações, acessar: <https://esporteeducacao.org.br/o-que-fazemos/>.

## 6 ARBITRAGEM EM FUTEBOL COMO PROJETO PROFISSIONAL DE MULHERES<sup>48</sup>

Iniciamos este capítulo com questões norteadoras que nos guiarão no intento de compreender como o engajamento com práticas corporais e esportivas articulam-se com a escolha futura das mulheres pela arbitragem em futebol como um projeto: Considerando que existiram vivências esportivas positivas na vida das árbitras, em que momento houve uma aproximação com a arbitragem em futebol? Como a arbitragem de futebol surgiu como projeto profissional em suas trajetórias? Quais entraves foram enfrentados para a viabilização do projeto de ser árbitra? São questionamentos como esses que debateremos aqui sobre os projetos profissionais de mulheres na arbitragem em futebol.

O desafio às normas de gênero, a constituição de uma identidade dissidente da heteronormativa e o desenvolvimento de habilidades como a liderança e a coragem na infância e juventude constituem o ponto de partida para a carreira e seus projetos profissionais na arbitragem em futebol. A baixa representatividade numérica<sup>49</sup> de mulheres nessa carreira em nível nacional (~ 15%) e internacional (< 10%) também é um dado que instiga a reflexão sobre a dimensão da conquista protagonizada pelas participantes de nossa pesquisa e suscita os debates sobre quais barreiras de gênero são transpostas pelas mulheres para lograr êxito nessa carreira.

Assim, nosso objetivo é analisar como os projetos de mulheres na arbitragem em futebol se constroem e se efetivam como carreira profissional, e como resistem às desigualdades de gênero.

Após apresentarmos as questões norteadoras e anunciarmos os objetivos, subdividimos este capítulo em duas subseções. No item 6.1, discutimos os projetos profissionais das árbitras a partir de dados empíricos e, por fim, analisamos suas percepções subjetivas sobre a chegada de mais mulheres à arbitragem e as estratégias acionadas frente às desigualdades de gênero no campo (6.2). Agora seguimos para a sessão que apresenta fragmentos do referencial teórico utilizado neste capítulo e a discussão dos projetos profissionais.

---

<sup>48</sup> Deste capítulo derivou um artigo, publicado sob o título “Arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres” no periódico Peer Review em maio de 2023 (Monteiro *et al.*, 2023). Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/445/315>.

<sup>49</sup> Para mais, olhar: Calheiro (2017), Santos (2016) e Mourão *et al.* (2015). Tais investigações encontraram percentuais de árbitras mulheres abaixo de 15% do total de árbitros nacionais da CBF nas temporadas de 2014 e 2012 (Calheiro, 2017; Santos, 2016; Mourão *et al.*, 2015). Martins e Delarmelina (2020) apontam que menos de 10% do total de árbitros internacional no futebol são mulheres.

## 6.1 DESVENDANDO OS PROJETOS E CARREIRAS DAS ÁRBITRAS

Retomando brevemente, trabalhamos na matriz teórica do antropólogo Gilberto, na qual “projeto” é tido como “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” (Velho, 2013, p. 65). Nessa perspectiva, as pessoas sonham, traçam planos e metas, que são projetos de vida pessoais e profissionais a serem alcançados. Os projetos não são fixos, podendo ser constantemente reelaborados e ressignificados (Velho, 2013).

Ao acionarmos as teorizações de Gilberto Velho (1999; 2003; 2013) sobre projeto para iniciar nossas reflexões, vemos que há uma relação entre as influências das experiências vividas no passado e os projetos a serem elaborados: “[...] a **memória** e o **projeto** individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória (Velho, 2013, p. 65)”.

Nesse sentido, interpretamos que os projetos que vieram a ser construídos pelas árbitras sofreram influências de suas experiências progressas no esporte ao longo de sua juventude, bem como são atravessados por marcadores sociais diversos e outras experiências.

A partir dessa perspectiva, acionamos também nosso referencial de gênero para a análise dos projetos profissionais das árbitras. Na análise das carreiras de mulheres em cargos de liderança e tomada de decisão no esporte sob a perspectiva de gênero, a metáfora do teto de vidro foi amplamente utilizada nos últimos dez anos na Educação Física (Barreira, 2021). Tal metáfora surgiu a partir de *glass ceiling*, expressão publicada no *Wall Street Journal* em 1985. Esse termo foi utilizado em diversas investigações no campo organizacional e em pesquisas de gênero e carreiras (Rocha, 2006). A teoria do teto de vidro explica que as mulheres se encontram em cargos hierarquicamente inferiores nas organizações, mas não conseguem acessar os cargos de liderança por conta de haver uma barreira “invisível”, que é formada por estratégias discursivas (Rocha, 2006). Por conseguinte, a fim de alcançar postos de tomada de decisão e liderança no esporte, seria necessário estilhaçar a vidraça.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância da teoria do teto de vidro para os estudos de gênero no campo do esporte e da Educação Física, Júlia Barreira (2021) propõe a adoção da metáfora do labirinto de cristal para pesquisas sobre mulheres em cargos de liderança esportiva. Segundo a autora (Barreira, 2021), tal metáfora seria mais abrangente, pois considera as identidades de gênero plurais e a diversidade de caminhos que podem ser trilhados pelas mulheres em suas carreiras esportivas. A metáfora do labirinto foi proposta por Eagly e Carli

(2007) como uma alternativa ao modelo do teto de vidro. A premissa do labirinto é que ele permite algumas poucas mulheres acessarem os cargos de liderança, mas suas paredes permanecem de pé, oferecendo obstáculos para as demais mulheres que desejam lograr tais cargos. O caminho percorrido pelos homens seria mais tranquilo, comparado a uma estrada, enquanto, para as mulheres, o caminho não é linear e nem único como na estrada, pois nem todas partem das mesmas condições. Esse caminho mais difícil para as mulheres requer mais tempo para alcançar seus objetivos, bem como as possibilidades de desistência são maiores.

Quais características teriam as mulheres que conseguem romper o teto de vidro/vencer o labirinto e seguir carreira na arbitragem em futebol? Quem são essas mulheres?

O perfil das onze mulheres árbitras entrevistadas já foi devidamente apresentado no Capítulo 4. Rememoramos alguns aspectos desse perfil na tentativa de compreendermos como algumas características do grupo estudado se articulam com a construção de seus projetos e carreira na arbitragem. As participantes da pesquisa são predominantemente mulheres jovens (entre 23 e 35 anos de idade) e solteiras, e não têm filhos. É uma característica observada anteriormente em mulheres que seguem carreira esportiva, como as treinadoras (Novais, 2018; Ferreira, 2012; Kilty, 2006); por conta do grande número de horas e viagens que o trabalho com o esporte demanda, as duplas carreiras acumuladas por mulheres do futebol também nos auxiliam a interpretar tais dados (Barboza, 2020; Verli, 2020; Martins; Delarmelina, 2020). Quanto à formação, todas têm curso superior e 63,6% delas são formadas em Educação Física e atuam na área, escolha que sofreu influência de seu amor pelas práticas corporais e esportivas, conforme pontuamos no capítulo anterior. Podemos qualificar o grupo de árbitras participantes desta pesquisa como plural, considerando sua distribuição regional, o tempo de atuação, a diversidade de experiências e as competições em que arbitraram.

Considerando as experiências corporais e esportivas na infância e juventude de nossas entrevistadas, verificamos que estas vieram compondo suas trajetórias e tais vivências as mantiveram sempre próximas do ambiente esportivo, especialmente do futebol, o que se constituiu em um “campo de possibilidades” de acordo com Velho (2013), fomentando ao longo da vida seus projetos na arbitragem em futebol. Ao longo de sua juventude, diversos processos foram contribuindo e pavimentando a construção dessa via de acesso. Destacamos o incentivo familiar como um dos principais, na medida em que as crianças, ainda sem autonomia, precisam dos seus responsáveis para ter acesso a determinados espaços e experiências.

Considerando os valores e a educação familiar como um dos acessos, essas meninas e jovens tiveram a oportunidade de se socializarem com meninos e meninas nas brincadeiras de rua e construir um perfil ativo, o que foi fundamental para que fossem participativas nas aulas

de Educação Física. Essas experiências foram importantes para a construção do gosto pelos esportes, aproximando-as de sua prática fora da escola. Assim, observamos um processo em que as vivências se organizam de modo positivo em torno de uma finalidade: a prática esportiva. As meninas vibram, jogam, ganham, perdem, aprendem a conviver em grupo, lideram, resolvem problemas e reelaboram seus projetos:

Na [minha] infância foi sempre assim, envolvida mesmo com o esporte, **sempre participava de competições da escola, as competições estudantis** que têm (...) **joguei [futebol]** até quando tinha dezoito anos, não ganhava nada, mas **trabalhava** e conseguia **conciliar** com tudo (Clara, árbitra central, região Sudeste).

Eu jogava, **jogava alguns torneios** mais profissionais [de futsal] assim, entre meus 15 e 20 anos, maiores ou menores, **até eu terminar a faculdade** (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

Quando eu mudava de escola sempre conseguia **fazer amizades através do esporte**, porque **o esporte abria essa porta do social**, de convívio, **cooperação** e tudo. Então, sempre tive isso muito forte, essas coisas de estar **trabalhando em grupo**, então isso foi muito para mim. Lembro de muitas coisas boas em minha vida escolar, principalmente, por conta disso (Dalva, árbitra assistente, região Sudeste).

A escolha pela arbitragem aparece no momento em que as participantes se deparam com o interesse pela **formação**. Tal processo formativo se deu em cursos de arbitragem em futebol promovidos por federações estaduais vinculadas à CBF. Muitas vezes, as nossas entrevistadas foram as únicas mulheres da turma em seus cursos e, curiosamente, também no quadro de arbitragem, conforme nos conta Sara:

na época em que fiz a minha formação só tínhamos **duas mulheres no quadro [de arbitragem]** e não tinha nenhuma instrutora. E ainda não tem [instrutoras mulheres no curso]” (Sara, árbitra assistente, região Sul).

Essa realidade também foi observada em estudo realizado com treinadoras mulheres em turmas dos cursos da CBF *Academy* (Guimarães; Barreira; Galatti, 2023).

Nesse contexto, podemos sinalizar que os espaços formativos em futebol ainda são majoritariamente ocupados por homens, entretanto é possível também argumentar que o interesse de algumas mulheres é sem dúvida um indicativo de que velhas ideias, como a de que futebol é “coisa de homem”, estão ficando para trás em favor de uma perspectiva potencialmente inclusiva. A conquista de novos espaços, como a arbitragem em futebol, está diretamente ligada à discussão de gênero, entretanto nem sempre esse debate chegou ao

ambiente do esporte. Em relação às agendas feministas, muitas pautas mobilizaram o movimento; contudo, no esporte, esse tema ainda é um desafio (Moura, 2022).

As participantes se formaram nos respectivos estados em que residiam, em cursos com a carga horária mínima de 220 horas, um dos requisitos necessários para que a árbitra (ou árbitro) possa ser indicada(o) ao quadro nacional de arbitragem da CBF (DCA 03/CBF, 2022, p. 4). Ao final do curso de formação, 72,7% das entrevistadas optaram por exercer a função de árbitra assistente e 27,3%, a de árbitra central. Essa escolha, em algumas ocasiões, parece não ter seguido apenas as afinidades e desejos pessoais, mas é como se a função de árbitra central estivesse distante do rol de alternativas possíveis e vislumbradas por muitas delas, ou seja, fora de seu “campo de possibilidades” (Velho, 2013), conforme vemos no depoimento de Glória:

Me formei já como [árbitra] assistente. Naquela época, há oito anos, me parece que não me foi apresentada a profissão árbitra, a função árbitra. Porque não tinha, não existia e, se existia, não aparecia, não fazia jogos, então não se via [árbitra central]. Existia a crença de que a mulher só chegava à elite, na Série A do brasileiro [masculino], se ela fosse [árbitra] assistente. E eu segui isso (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

Mesmo sendo possível reorientar a atuação para posterior função de árbitra central – conforme a própria Glória fez anos mais tarde, para seguir suas aspirações e sonhos profissionais como árbitra e satisfazer seus desejos pessoais –, as narrativas indicam uma crença de que, pelo fato de serem mulheres, o lugar mais “adequado” a elas no campo de futebol era o de árbitra assistente. Tal fato converge com as pesquisas recentes realizadas no futebol (Monteiro *et al.*, 2020) e no futsal (Lima; Abrahão; Macedo, 2022), as quais demonstraram que, nesse jogo de relações, as mulheres atuam na arbitragem majoritariamente em funções secundárias de poder, como assistentes no futebol e anotadoras no futsal. Clara, que decidiu ser árbitra central por sua identificação com a função, afirmou que no início acreditava ser necessário começar como árbitra assistente antes de atuar como árbitra central, mas que foi incentivada pelos instrutores a ser árbitra central pelo seu porte físico:

A partir do momento em que fiz o curso **me identifiquei mais como árbitra central**, porque eu acho ser árbitra assistente muito difícil, tem que ficar naquela linha ali. Eu falei: “Vou começar como assistente”. Então, me perguntaram: “Por quê? Você tem todo o potencial para ser árbitra central, **até pelo seu físico**” [instrutores do curso]. Aí eu falei: “Então, já que vocês estão falando, vou começar como árbitra central”. Eles me apoiaram nisso e foi assim que me defini [como árbitra central] mesmo. (Clara, árbitra central, região Sudeste).

Essa fala de Clara deixa transparecer que, para algumas mulheres, parece se apresentar a possibilidade de ser árbitra central e para outras não, como foi o caso de Glória. A fala sobre o porte físico nos permite ponderar sobre quais seriam as habilidades necessárias para se arbitrar uma partida segundo esse imaginário. Será que é preciso ter um corpo alto e forte? Por que para algumas mulheres a função de árbitra central não foi apresentada num primeiro momento, como sugeriu a entrevistada Glória? Por que não são dadas as oportunidades de atuar como árbitra central a todas as alunas?

Parece que alguns corpos são lidos como inadequados para a função de árbitra central. Isso reflete as desigualdades de gênero nesse esporte, em que são os homens que ocupam as posições de liderança (Silva, 2023), detendo o poder de decisão e o comando das partidas e do esporte.

Entretanto, há mulheres desestabilizando esse status quo, como podemos observar em nosso estudo, já que quatro das 11 entrevistadas (36,4%) escolheram ser árbitras centrais:

[escolhi ser] Árbitra central. **Por eu já atuar aqui [na cidade], desde quando comecei a apitar aqui na minha cidade eu já tomei gosto pelo apito.** Eu gosto daquela adrenalina ali, daquela pressão (risos). E eu sempre gostei de atuar como árbitra central (Natália, árbitra central, região Sudeste).

Durante o curso eu pensava em ser assistente. Mudei de opinião mais por influência dos outros, porque de acordo com os treinamentos foram vendo que eu tinha potencial para ser árbitra [central]. Aí mudei de opinião, mas por influência, fiquei meio que na dúvida, mas fui. Aí no final do curso optei por ser árbitra central (Mônica, árbitra central, região Nordeste).

As mulheres que optam por serem árbitras centrais romperam com as normativas de gênero e chegaram ao centro do labirinto de cristal. A metáfora do labirinto nos auxilia na compreensão do pequeno número de árbitras centrais, pois, mesmo com a ocupação do campo por árbitras brasileiras há algumas décadas, como as já enunciadas trajetórias pioneiras das brasileiras Léa Campos (1971) e Cláudia Guedes (1991), o esporte se mostra resistente e as barreiras (paredes do labirinto) continuam erguidas para dificultar o acesso das mulheres à arbitragem. Talvez possamos imaginar a função “árbitra central” como a posição mais difícil de acessar nesse labirinto; entretanto, a posição de árbitra assistente não é fácil de se conquistar, o que nos faz sugerir a existência de dois pontos (centros) a serem logrados no labirinto: árbitra assistente e árbitra central (ponto mais difícil).

Após sua diplomação como árbitras, as principais dificuldades relatadas nas entrevistas, no início da carreira, além da escolha entre exercer a função de árbitra central e a de assistente, foram a parte física e a conciliação entre a arbitragem e a vida social e familiar. Somente pelo



fato de decidirem pela carreira na arbitragem, a qual exige a atuação nos finais de semana, a participação das mulheres em eventos sociais e reuniões familiares fica condicionada ao calendário do futebol. É possível encontrar tais relatos nas falas das participantes:

Primeiro foi a parte física. Até então, quando comecei na federação estadual em 2004, não existia equiparação do condicionamento físico masculino e feminino. Quando entrei na CBF, foi justamente o período da mudança, aí a mulher tinha que alcançar o mesmo índice [no teste físico] do homem. Então, esse processo de transição do condicionamento físico foi algo que senti muito. E em segundo, as dificuldades mesmo com relação às exigências que a gente sofre. A partir do momento em que decidimos nos dedicar à arbitragem, temos que abdicar de muitas situações. Então, por muitas vezes deixei de estar presente em reuniões familiares (...) (Cátia, árbitra assistente, região Nordeste).

Eu enfrentei bastante dificuldade na questão física porque eu era uma pessoa normal, comia normal, vivia normal e quando eu entrei para a arbitragem, fui percebendo ao longo do tempo que eu precisaria de novos hábitos para ter um condicionamento físico que fosse apto, ideal para estar num jogo de futebol (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

Olha, as dificuldades dentro da arbitragem são mais de conciliar [as coisas]. Igual o final de semana [por exemplo], a gente não tem final de semana. Então às vezes a gente fica um pouco mais distante da família, de alguns eventos [familiares], mas a gente tenta dar um jeito (Clara, árbitra central, região Sudeste).

É possível identificar, a partir desses depoimentos, que desafios de gênero, renúncias e ausências se fazem presentes em diferentes momentos da construção do projeto profissional das árbitras.

Os impactos dos desafios físicos vividos no início da trajetória dessas mulheres também foram destacados por elas, como vimos nas falas de Cátia, Glória e Clara. A parte física é um componente importante para a arbitragem, considerando a aptidão para atuar nas partidas, assim como a aprovação nas avaliações físicas, compostas por teste físico e avaliação antropométrica, que são aplicadas a árbitras e árbitros no mínimo duas vezes ao ano. A reprovação nas avaliações físicas deixa a árbitra (ou o árbitro) inapta(o) a ser escalada(o) (DCA 04/CBF, 2020).

A pesquisa de Santos (2016) com árbitras de futebol apontou o teste físico como uma das principais estratégias de controle das mulheres na arbitragem. A autora sinalizou que, em 2007, quando foi estipulado pela FIFA e pela CBF que as árbitras deveriam atingir o mesmo índice que os homens para atuar no futebol masculino, houve uma diminuição no número de mulheres árbitras habilitadas, especialmente na função de árbitra central (Santos, 2016). Podemos ver aqui que as decisões institucionais do futebol funcionaram como mecanismos para

“sabotar” o avanço do número de árbitras atuando no futebol masculino; entretanto, pouco a pouco, essas barreiras estão sendo superadas, haja vista o crescimento dos índices de aprovação das árbitras nos testes físicos.

Nessa perspectiva, uma outra dificuldade no início da carreira relatada pelas árbitras é a violência, na maioria das vezes perpetrada por homens, evidenciando o machismo ainda presente no futebol. Os diferentes atos de violência vivenciados por árbitras nesse esporte vão desde os verbais até os extremos da agressão física, como a sofrida pela entrevistada Natália em jogo de futebol amador, no início de sua carreira:

(...) uma situação foi quando fui agredida aqui no campeonato amador. Eu era a árbitra central, na época tinha 17 anos, e aconteceu um suposto pênalti. O goleiro veio para cima de mim e **acabou me agredindo com um soco no rosto**. Para mim foi muito difícil também depois disso voltar a atuar (Natália, árbitra central, região Sudeste).

De modo semelhante, Dalva revive o episódio de violência verbal (e quase física) sofrida em campeonato de futebol amador:

Eu estava no jogo de volta das quartas-final, já tinha acontecido o primeiro jogo e o time A precisava fazer um placar para poder seguir adiante na competição. O time A conseguiu fazer o gol, só que em posição irregular. Eu, que estava como assistente, assinalei a posição irregular, impedimento. E veio todo mundo para cima de mim. Na época, a rádio da cidade estava transmitindo o jogo no campo e isso foi muito bom, porque o **policimento também estava presente por ter a rádio, então acabou que isso evitou que eu fosse agredida fisicamente**, mas eu **fui agredida verbalmente**. (...) E isso me emociona muito, porque foi uma situação muito difícil [choro]. **Na hora eu achei que ia ser agredida**, porque o campo era aberto (Dalva, árbitra assistente, região Sudeste).

Tais casos evidenciam que as violências enfrentadas pelas árbitras para atuarem no futebol são de diferentes naturezas. É importante destacar que, corroborando o que Pires (2023) encontrou com as mulheres atletas de futsal, as violências foram pouco nomeadas nas entrevistas que realizamos, muito provavelmente porque as árbitras já naturalizaram violências simbólicas vividas no ambiente futebolístico. As violências foram percebidas como uma das dificuldades na carreira através da análise das circunstâncias e situações narradas, pois a palavra “violência” foi citada uma única vez nas onze entrevistas realizadas. É fundamental que atos de violência de gênero sejam enfrentados pelas entidades federativas e entes públicos, a fim de reduzir sua ocorrência no futebol.

O futebol, como uma expressão cultural, mobiliza discursos e saberes que historicamente colocaram as mulheres em situação de desigualdade. O que vemos neste estudo em relação às árbitras é que esses discursos e práticas se mantêm, e as violências continuam a ser praticadas, no universo futebolístico, contra jogadoras, árbitras, treinadoras, dirigentes e torcedoras, uma vez que os homens acreditam que nesse esporte não há lugar para as mulheres (Broch, 2021).

Observamos que uma forma encontrada pelas árbitras entrevistadas para resistir a essas violências foi a adesão aos “Grupos de pertencimento da CBF”. No âmbito dessa iniciativa, as participantes da pesquisa integravam um grupo virtual por afinidade, utilizado para estudo das regras do futebol e para debate de diversas questões sobre a arbitragem. Tais discussões eram propostas, por exemplo, a partir de notícias acerca da participação de mulheres árbitras em partidas, funcionando como redes de apoio e sororidade, nas quais as conquistas de mulheres árbitras eram celebradas:

(...) faço parte de um grupo de pertencimento. É um grupo que foi criado para que a gente se ajude, um auxilie o outro no dia a dia dos trabalhos na arbitragem, onde tem mais três mulheres. Então, é interessante, devido a isso conseguimos manter o contato, o nosso grupo é bem unido. Eu sinto que quando uma precisa da outra você pode contar, tem onde buscar ajuda (Tamires, árbitra assistente, região Sudeste).

A nossa relação é meio como uma família. Porque nós compartilhamos problemas e eles são os mesmos. Os mesmos problemas que acontecem em todos os estados. Por ser mulher é uma coisa mundial, acontece em todo canto, então são os mesmos problemas. Então, a gente compartilha, se ajuda, uma dá força para a outra (...) (Mônica, árbitra central, região Nordeste).

Foi uma felicidade enorme quando saiu a designação da Edina e da Neuza para o mundial [de clubes da FIFA 2020]. As mensagens nos grupos da CBF e de federações, pelo menos [no grupo] aqui do estado e no nacional, foi uma alegria nossa. Porque a gente se sente ali junto com elas (Natália, árbitra central, região Sudeste).

Esses depoimentos evidenciam que os grupos de pertencimento virtuais integrados pelas árbitras são um espaço de compartilhamento de vivências e experiências, uma rede de apoio e empoderamento (Berth, 2020), proporcionada pelas próprias mulheres árbitras. Pelos relatos de Tamires e Mônica, vemos que, nesse espaço, elas compartilham os problemas, são acolhidas e, com o apoio do grupo, transformam as barreiras enfrentadas em oportunidades e motivos para permanecerem atuando na arbitragem. A fala de Natália mostra como as conquistas de outras

mulheres árbitras são celebradas e servem de estímulo para que os projetos das árbitras integrantes do grupo permaneçam vivos.

As participantes desconstruíram as barreiras no futebol ao conquistarem seu espaço e se destacarem com competência e profissionalismo, mesmo não tendo o reconhecimento financeiro esperado na profissão de árbitra. Entretanto, embora a arbitragem não fosse a principal fonte de renda da maioria das entrevistadas (63,6%), 90,9% delas afirmaram que se sentiam realizadas pessoal e profissionalmente com suas carreiras:

Demais, [me sinto realizada] demais [pessoal e profissionalmente]. Me sinto muito realizada, muito feliz, muito grata por tudo o que a arbitragem me proporciona. Até porque eu sou um ser humano diferente depois que eu conheci a arbitragem. Sou uma pessoa que tem muita vontade de ajudar as pessoas que não tiveram a mesma sorte, de pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades, que não conheceram os mesmos caminhos que eu. E eu acredito que quanto mais força eu tiver, quanto mais força eu conseguir criar e me motivar para seguir a carreira, seguir a luta, seguir a vida, eu consiga transformar a vida de mais pessoas também (Glória, árbitra central, região Centro-Oeste).

Aqui podemos perceber que, nos projetos profissionais das entrevistadas, a autorrealização e a satisfação pessoal e profissional superaram a perspectiva financeira; o foco de suas carreiras esteve em suas realizações, no desejo de fazer a diferença, de seguir seus sonhos e objetivos pessoais no futebol. Essas características apresentadas pelas árbitras entrevistadas convergem para a construção de uma carreira sem fronteiras (Arthur; Rousseau, 1994; Tavares; Pimenta; Balassiano, 2010).

Pensando no desejo de fazer a diferença citado por Glória, os projetos das entrevistadas podem contribuir para tornar possíveis os projetos de outras mulheres num campo tão “*generificado* (marcado pelas diferenças de gênero) e *generificador* (que produz as diferenças de gênero)” como o futebol (Goellner, 2021, p. 103).

As entrevistadas acreditam que sua chegada na arbitragem contribuiu para diminuir desigualdades de gênero no campo, através de suas conquistas profissionais, além do fato de que muitas delas atuaram por anos como as únicas árbitras mulheres em seus estados, como nos conta Mônica (árbitra central, região Nordeste):

Eu acredito que sim. Acho que foi mais uma barreira rompida. Até porque aqui no estado não tinha nenhuma árbitra central. Eu fui a primeira árbitra central na história do estado.

Encerrando este subcapítulo, concluímos que os projetos profissionais das árbitras foram caracterizados pela busca de realização pessoal e profissional e pelo sonho de atuar no futebol, o que superou o pouco reconhecimento financeiro pelas suas atuações, fato que era contornado com outras fontes de renda para compor o seu orçamento mensal. Desse modo, suas carreiras alinham-se ao modelo de carreira sem fronteiras.

## 6.2 AS ÁRBITRAS NO FUTEBOL E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CAMPO

Ao questionar as entrevistadas sobre as relações de gênero no campo, buscamos entender, a partir de suas percepções, as principais mudanças em relação às questões de gênero que ocorreram na arbitragem desde sua entrada e as formas encontradas para resistir às desigualdades de gênero.

O grupo participante do estudo (90,9%) acredita que o aumento do número de mulheres na arbitragem contribuiu de maneira significativa para a redução das desigualdades de gênero nesse campo de diversas formas. Dentre os motivos elencados, destaca-se que o aumento de árbitras colocou em evidência a competência e a qualidade das mulheres árbitras, proporcionando mais visibilidade, maiores oportunidades de atuação nas partidas e diminuindo a resistência masculina à atuação de mulheres na arbitragem:

Sim, [modificou] demais. Quando a gente começa a observar mais mulheres, isso começa a se tornar mais comum. **E as pessoas vão aceitando que a mulher está preenchendo esse espaço, estamos inseridas ali e que merecemos respeito. Então está acontecendo uma mudança de comportamento** com a inserção de mais mulheres em mais jogos. (Janaína, árbitra assistente, região Norte).

Sim, acredito que sim. O que eu percebo é assim, quando comecei **não fui pioneira, nós já tínhamos duas meninas trabalhando aqui e uma delas inclusive, pertencia ao quadro da FIFA. E elas foram abrindo esse espaço para mim, aí eu cheguei e foram chegando as outras meninas.** E quanto o maior o número de meninas, isso vai se tornando natural, o meio do futebol vai se acostumando com isso. É isso que venho percebendo. Como **tem aumentado muito o número de mulheres, embora ainda sejamos menos [mulheres do que homens árbitros]**, isso vai se tornando natural, já está normal. **Antes nós chegávamos no estádio e não tínhamos nem onde nos trocar.** A gente tinha que sair do vestiário e depois os meninos saíam do vestiário. Hoje não, **hoje já tem um lugar reservado.** Então, quanto mais mulheres tiverem a coisa vai se tornando mais normal aos olhos de quem trabalha com futebol, vamos dizer assim, e isso vai abrindo mais espaço com certeza (Sara, árbitra assistente, região Sul).

Em relação ao período em que iniciaram na arbitragem, as participantes da pesquisa percebem que hoje há maior visibilidade, respeito e mais valorização da figura da mulher árbitra, diminuição de preconceitos explícitos, bem como um incremento no número de oportunidades para apitar:

(...) como falei **o futebol feminino evoluiu, a arbitragem feminina, principalmente, evoluiu. Nós estamos tendo mais espaço, mais visibilidade, mais oportunidades, então tudo isso é um conjunto.** Um conjunto que veio para ajudar, para fazer com que a gente lute pelos nossos sonhos e com certeza melhorou bastante depois disso. (Natália, árbitra central, região Sudeste).

Então, **infelizmente isso é cultural. Acredito sim que ainda tem muito machismo, preconceito, mas antigamente isso era muito mais gritante.** Quando acontecia um erro de mulher era mil vezes mais valorizado do que se o mesmo erro fosse cometido por um homem. Mas acredito que no meio em que estamos inseridos, aí não falo em relação a torcedores, isso tem diminuído consideravelmente. Então, **está tendo muito mais respeito e muito mais valorização da nossa atuação.** (Cláudia, árbitra assistente, região Sudeste).

Os depoimentos anteriores de Janaína, Sara, Natália e Cláudia sinalizaram que as mulheres resistiram às desigualdades de gênero ocupando o espaço da arbitragem no futebol com muita competência; assim, elas e suas antecessoras foram abrindo portas para mais mulheres ingressarem. A questão cultural do preconceito contra a mulher pode ser observada na fala de Sara, quando diz que no início de sua trajetória as árbitras não tinham nem um vestiário próprio para se trocar antes e após as partidas. Algumas melhorias pontuais podem ser observadas no acesso das árbitras aos estádios e vestiários, como destacou Sara. Em seu relato, Cláudia, ao apontar o caráter cultural do preconceito e do machismo no futebol, mencionou que em relação ao comportamento de torcedores não observou mudanças. A ocupação do espaço da arbitragem pelas mulheres, resultado de lutas e dedicação, vem contribuindo para uma maior aceitação da mulher na arbitragem, como citou Cláudia.

As mulheres árbitras vêm lutando para transformar esse ambiente, e o fato de estarem acontecendo avanços é importante, mas os dados ainda não nos permitem afirmar que os preconceitos e o machismo foram superados.

Furlin (2013) defende que a entrada de mulheres em certos campos de trabalho, como o corporativo, o político e o acadêmico, pode ser interpretada como resultado de lutas e resistências contra normas sociais masculinas. e a ocupação desses espaços desestabiliza as normas de gênero (Furlin, 2013). Sem dúvida, a arbitragem de mulheres também segue a esteira

de lutas e resistências contra as normas sociais masculinas, e a ocupação delas no campo esportivo desestabiliza os preconceitos de gênero.

Compreendemos essa ocupação do espaço da arbitragem como uma analogia a Butler (2018), quando a autora apontou o caráter político da ocupação do espaço público em manifestações sociais, sugerindo que essa seria uma forma das/dos manifestantes de reivindicar que tal espaço também lhes pertence. Para Butler (2018, p. 218), “se resistir é dar lugar a um novo modo de vida, a uma vida mais vivível que se oponha à distribuição diferenciada da precariedade, então os atos de resistência serão uma forma de dizer não a um modo de vida que ao mesmo tempo diz sim a outro modo distinto”. Nesse sentido, acreditamos que a ocupação do espaço do futebol pelas árbitras pode ser analisada como uma forma de luta contra as desigualdades de gênero no esporte, de reivindicar que o futebol também pertence a elas.

A fala de Cláudia nos permite ver que, se, por um lado as resistências geraram melhorias nos ambientes profissionais em que elas circulam, por outro, ainda não se observam tais comportamentos acolhedores nos torcedores. Isso nos convida a uma reflexão de que ainda há necessidade de mudanças na cultura do futebol no país, pois, como afirma Damo (2018), o preconceito está na esfera da cultura e não da legislação.

No Brasil, as políticas públicas e as políticas de entidades federativas com vistas a promoção da igualdade de gênero no esporte são escassas (Moura, 2022), especialmente no tocante ao futebol (Martins; Delarmelina, 2020). Da mesma forma, as políticas de igualdade de gênero por parte de entidades federativas no futebol nacional (CBF) e sul-americano seguem esse cenário de precariedade de ações (Barreira *et al.*, 2020). Entretanto, algumas políticas federativas internacionais (ainda que tardias e com suas limitações) merecem ser destacadas, pois reverberaram positivamente no futebol de mulheres e nas trabalhadoras do futebol (caso das árbitras).

A partir de 2016, temos o surgimento de agendas preconizadas pela FIFA e pela CONMEBOL na promoção de igualdade de gênero no esporte (Almeida, 2019). O novo licenciamento de clubes da CONMEBOL, proposto em 2017, previa que as equipes que desejassem participar das Copas Libertadores e Sul-americana masculina em 2019 deveriam manter equipes de futebol de mulheres, caso contrário não poderiam jogar tais competições (Novais, 2018). A CBF seguiu essa perspectiva de licenciamento continental e mundial, definindo que os clubes de futebol masculino brasileiros deveriam possuir equipes de futebol de mulheres para estarem habilitados a participar de competições internacionais oficiais (Novais, 2018).

Contudo, pouco antes do início da Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino França 2019, a FIFA e a ONU Mulheres firmaram um acordo visando promover a igualdade de gênero no esporte. O documento abordou o desenvolvimento de políticas esportivas, o apoio a projetos sustentáveis que promovam mudanças culturais em longo prazo e o empoderamento de meninas e mulheres em nível mundial (ONU Mulheres, 2019).

As entrevistadas corroboraram o pensamento de que as políticas para promoção de igualdade de gênero das entidades federativas nos níveis nacional e internacional influenciaram para aumentar a participação de mulheres no futebol em diferentes cargos, e o argumento de Cláudia sugere que um maior número de equipes de futebol feminino gera um efeito cascata na participação de árbitras em virtude do número de partidas:

Mas aí eu não acho que seja só pela arbitragem. **Acho que o futebol, de maneira geral, tem sido cada vez mais visto pelas mulheres como algo que elas podem estar participando** de alguma forma. **Tem as jogadoras, que hoje em dia, acho que tem muito mais times também.** Acredito que aquela questão de eles colocarem [licenciamento de clubes da CONMEBOL] que times profissionais têm que ter um time feminino também ajudou bastante. E com isso a chegada de mais mulheres na arbitragem, porque com isso iriam precisar de mais mulheres atuando, **já que iam ter mais jogos [femininos]** (Cláudia, árbitra assistente, região Sudeste).

No depoimento anterior, Cláudia comenta o impacto positivo do novo licenciamento de clubes da CONMEBOL em melhorias para o desenvolvimento do futebol de mulheres e no quantitativo maior de oportunidades para as árbitras atuarem que ele proporciona no Brasil.

Nessa linha, o depoimento de Dalva reforça a ideia de Cláudia com relação à importância do crescimento do futebol de mulheres para o desenvolvimento das carreiras de mulheres árbitras:

*A [categoria de] base e o feminino é muito restrita apenas a jogos no seu estado e dos times do seu estado. Então, se o time não consegue passar de fase, se [o time] não chega na final, você também não chega na final. Então você não consegue trabalhar nas finais, nos jogos mais importantes. Nós acompanhamos o crescimento do futebol da [categoria de] base e do feminino até onde conseguem ir nessas competições. A partir do momento em que eles perdem ou não passam de fase, a arbitragem do estado também não se desenvolve. Essa é uma situação que imagino e espero que melhore para frente, para podermos trabalhar e desenvolver mais o nosso potencial sem depender do desenvolvimento dos times, sem ter “vínculo” com os times.* (Dalva, árbitra assistente, região Sudeste).

O relato de Dalva também aponta uma desigualdade de gênero presente no campo, onde o desenvolvimento das carreiras de árbitras estaria diretamente relacionado ao bom desempenho das equipes femininas e de categorias de base masculinas em seus respectivos



estados, considerando que as escalas de arbitragem nessas competições são de árbitras/os da região, por conta de redução de custos de deslocamento, hospedagem e diárias pelas federações.

A título de comparação, quando olhamos o calendário de competições nacionais da CBF referente a 2023, foram encontradas apenas duas competições de base de futebol de mulheres (Brasileiros sub-17 e sub-20) e quatro competições adultas de mulheres: os Brasileiros A1, A2, A3 e a Supercopa Feminina (CBF, 2022a). Já em relação ao futebol masculino, foram encontradas cinco competições nacionais de base e mais seis competições profissionais (Brasileiros A, B, C, D; Copa do Brasil e Supercopa do Brasil) (CBF, 2022b).

Assim, considerando a maior participação de árbitras nas competições de mulheres<sup>50</sup>, quando os discursos das entrevistadas são analisados junto ao calendário de competições nacionais da CBF para 2023, tais dados corroboram que as árbitras têm menos oportunidades para se desenvolverem na carreira, pois o número de competições e partidas de futebol de mulheres é menor. É importante pontuar que o número de mulheres árbitras vem aumentando (ainda que discretamente) em nível nacional e sul-americano<sup>51</sup> nos últimos anos (Barreira *et al.*, 2020), bem como as oportunidades dadas a elas em competições profissionais masculinas brasileiras<sup>52</sup> (Possamai, 2021), mas a busca pela igualdade numérica de forma isolada não garante a igualdade de gênero na arbitragem.

Em consonância às percepções subjetivas das entrevistadas, é possível sugerir que os projetos de carreira das árbitras contribuam (e contribuam) para diminuir as desigualdades de gênero na arbitragem brasileira.

As árbitras participantes desta tese demonstraram grande capacidade de superação no campo do futebol gerido e controlado pelos homens, demonstrando à sociedade que as mulheres ocupam quadros representativos na arbitragem em futebol no Brasil e podem ocupar ainda mais posições representativas. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que as participantes pertencem a um pequeno grupo de mulheres que conseguiu lograr tais cargos e que o debate das questões de gênero no futebol precisa ser enfrentado de forma ampliada, combatendo preconceitos, machismos, misoginia e as desigualdades em diversas frentes, como o debate sobre igualdade salarial, oportunidades de acesso e desenvolvimento de mulheres no esporte

---

<sup>50</sup> Dados apresentados e discutidos no capítulo 2 desta tese e corroborados pelos depoimentos das entrevistadas.

<sup>51</sup> O número de árbitras sul-americanas na FIFA aumentou de 370 para 405, segundo relatório da FIFA de 2019. O referido aumento aconteceu em um período de quatro anos (Barreira *et al.*, 2020).

<sup>52</sup> Levantamento realizado por Valéria Possamai (2021) encontrou que houve um aumento de quase 400% no número de árbitras escaladas em competições masculinas profissionais da CBF entre 2010 e 2020. A autora encontrou aumento de 79 para 394 escalas de mulheres (Possamai, 2021).

em diferentes cargos, a construção de ambientes seguros e acolhedores para as mulheres no futebol, entre outros.

Em resumo, os projetos das entrevistadas na arbitragem caracterizaram-se pela busca pela satisfação e realização pessoal e profissional, seguindo o sonho de atuar no futebol, desafiando as desigualdades e resistindo, superando as injustiças financeiras e compondo, com outras fontes de renda, o orçamento mensal. Foi possível concluir que os projetos se constroem e se efetivam na tensão entre os esforços empreendidos pelas árbitras, o reconhecimento profissional recebido e a autorrealização, elementos característicos de carreiras sem fronteiras. Suas percepções subjetivas apontam que seus projetos contribuíram para diminuir desigualdades de gênero no campo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentaremos agora considerações com vistas a apontar descobertas desta tese e sugerir novas pesquisas e/ou ações que ampliem os horizontes do objeto de estudo aqui investigado. A presente tese buscou compreender os caminhos percorridos pelas árbitras a partir de seus projetos profissionais, das barreiras e das oportunidades encontradas no campo.

Os resultados obtidos demonstraram que os projetos construídos pelas árbitras foram influenciados por suas experiências esportivas ao longo da juventude, e que suas carreiras superaram o pouco reconhecimento profissional e financeiro observado, pois as árbitras se sentem realizadas pessoal e profissionalmente, ainda que o ofício da arbitragem não representasse sua principal fonte de renda. O modelo da carreira sem fronteiras acolhe essas representações na medida em que uma de suas principais características é a realização pessoal e não a satisfação com a retribuição financeira recebida pelo trabalho.

Percebemos na construção dos projetos de trabalho dessas árbitras uma forte relação com suas memórias de práticas corporais e esportivas que as subjetivaram ao longo da infância e da adolescência, constituindo identidades dissidentes e ligando-as ao esporte (especialmente o futebol), o que futuramente permitiu que a arbitragem em futebol estivesse em seu “campo de possibilidades” (Velho, 2013).

Assim, o grupo entrevistado teve como características em comum as brincadeiras na rua e a prática de esportes coletivos com bola, como futsal, futebol, voleibol e handebol. As brincadeiras realizadas eram ativas, envolvendo correr, saltar e muitas delas tinham a presença de bolas. Essas brincadeiras aconteciam grande parte das vezes na rua, na companhia de amigas/os, irmãos, primos e crianças da vizinhança. O incentivo familiar configurou-se como um elemento fundamental para o engajamento dessas mulheres com o universo esportivo, o que favoreceu seu interesse e gosto pelo futebol, contribuindo no processo de constituição identitária ligada ao esporte na infância e juventude, o que de certa forma as conduziu na vida adulta aos projetos profissionais na arbitragem em futebol.

A participação ativa nas aulas de educação física escolar e em competições estudantis constituiu também a trajetória das entrevistadas, contribuindo para a escolha da formação profissional em educação física. Esta formação aproxima e muito, de diferentes formas a elaboração de seus projetos profissionais na arbitragem em futebol. Em sua infância e juventude, as árbitras deste estudo desenvolveram características socioemocionais como liderança, coragem, força, resiliência, trabalho em equipe por meio do esporte. Os dados encontrados nos possibilitam afirmar que o esporte na infância e na juventude de meninas é

fundamental para que sigam envolvidas com o esporte até a vida adulta, seja como praticantes recreacionais, atletas, treinadoras, gestoras e árbitras. E essas experiências fortaleceram as escolhas por posição de liderança na carreira.

Entretanto observamos também que seus projetos profissionais foram atravessados por diferentes formas de poder, e as principais dificuldades no início de suas carreiras foram a questão física (adaptar-se ao desempenho masculino), a conciliação de demandas da vida social e familiar, bem como as violências presentes no universo futebolístico. Como uma das formas de resistência a esse ambiente hostil, encontramos os “Grupos de Pertencimento”, que exerceram papéis de redes de apoio e empoderamento das árbitras.

Como características marcantes dos projetos profissionais das árbitras, encontramos a busca pela realização pessoal e profissional, o sonho de atuar no futebol, que superou o pouco reconhecimento financeiro pelas suas atuações, fato que era contornado com outras fontes de renda para compor o seu orçamento mensal. Desse modo, suas carreiras convergiram para o modelo de carreira sem fronteiras, características no meio esportivo.

Por fim, o aumento do número de mulheres na arbitragem, ainda que elas ainda estejam em um quantitativo bem menor que os homens, refletiu em transformações comportamentais em diferentes esferas do futebol, como maior aceitação do público da presença da mulher numa posição de decisão e comando, bem como das entidades federativas, ao oportunizarem a mais mulheres a possibilidade de atuação. As árbitras sugeriram que o desenvolvimento do futebol de mulheres gera maiores oportunidades de atuação para árbitras. Tais avanços tiveram as políticas de igualdade de gênero das entidades federativas do futebol como amparo, o que ampliou o alcance de suas políticas para mulheres em diferentes funções no futebol além da arbitragem.

Como limitações da pesquisa percebemos o fato de as participantes estarem em atividade no campo, o que pareceu deixá-las mais tímidas para tecer críticas mais enfáticas sobre as desigualdades de gênero na arbitragem e violências sofridas no futebol. É possível que a realização de entrevistas com um grupo de ex-árbitras que não possuem mais vínculos com as federações caminhasse na direção de descortinar outras desigualdades de gênero e violências não captadas nos discursos das interlocutoras desta tese.

Assim, concluímos nossas considerações com algumas recomendações e prospecções. Ao discutir aspectos dos projetos de árbitras de futebol nacionais e os caminhos percorridos nessa carreira, é possível que os dados desta pesquisa possam auxiliar com a elaboração de políticas públicas e diretrizes para que as federações fomentem e desenvolvam a participação de mulheres na arbitragem em futebol.

Sugerimos outras investigações que contemplem a relação entre o projeto de árbitra e os outros projetos de vida de mulheres. Sugerimos também a ampliação dos olhares para as trajetórias de árbitras em nível estadual e regional, bem como com árbitras de outros esportes, no sentido de promover o debate das questões de gênero no esporte, considerando a arbitragem em diferentes modalidades.

Para além das sugestões de novas investigações no campo acadêmico, convidamos para o debate acerca da importância de se realizar ações educativas que possam ressoar no campo estudado de maneira mais prática, como a oferta de turmas exclusivas para mulheres nos cursos de arbitragem nos diferentes estados, rodas de conversa entre árbitras pioneiras e jovens aspirantes a árbitras, a criação de palestras destinadas a debater as questões de gênero no futebol como parte integrante dos cursos de arbitragem estaduais, o que poderia até se transformar numa disciplina curricular de tais cursos.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Estudo aponta que 49% das jogadoras de futebol não recebem salários. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/estudo-aponta-que-49-das-jogadoras-de-futebol-nao-recebe-salario>. Acesso: 26 out. 2023.
- ALMEIDA, C. S. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 72-87, jan.-abr. 2019.
- ALTMANN, H.; AYOB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, maio-ago. 2011.
- ALVES, C. Quem são elas: primeira árbitra mulher e assistente brasileira fazem história na Copa do Mundo. **Globoesporte.com**, 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2022/12/01/quem-sao-elas-primeira-arbitra-mulher-e-assistente-brasileira-fazem-historia-na-copa-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. M. Introduction: the boundaryless career as a new employment principle. *In*: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. M. (Orgs.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. New York: Oxford University Press, 1996. p. 3-20.
- ASIAN FOOTBALL CONFEDERATION. FIFA Women's World Cup 2023 Referee: Hyeon-jeong Oh (KOR). 1 vídeo (5 minutos). Publicado pelo canal The AFC Hub. 2023a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hZRHfWwd7p0>. Acesso em: 19 set. 2023.
- ASIAN FOOTBALL CONFEDERATION. FIFA Women's World Cup 2023 Referee: Kate Jacewicz (AUS). 2023. 1 vídeo (5 minutos). Publicado pelo canal The AFC Hub. 2023b. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qMZHR4UuvFo>. Acesso em: 19 set. 2023.
- ASIAN FOOTBALL CONFEDERATION. FIFA Women's World Cup 2023 Referee: Yoshimi Yamashita (JPN). 1 vídeo (4 minutos). Publicado pelo canal The AFC Hub. 2023c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjfdiPkUedQ>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ASIAN FOOTBALL CONFEDERATION. FIFA Women's World Cup 2023 Referee: Yu-jeong Kim (KOR): 1 vídeo (5 minutos). Publicado pelo canal The AFC Hub. 2023d. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a9SqYaMDNtA>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BARBOZA, A. C. O. Infância, futebol, amigos e primeiras influências: jogando com os meninos (I). *In*: MARTINS, M. Z.; WENETZ, I. (Org.). **Futebol de mulheres no Brasil: desafios para as políticas públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 139-144.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARREIRA, J. Mulheres em cargos de liderança no esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto?. **Movimento**, [S. l.], v. 27, p. e27080, 2021.

- BARREIRA, J. *et al.* CONMEBOL e o futebol de mulheres: uma análise das estratégias de desenvolvimento (in)existentes na América do Sul. *In*: MARTINS, M. Z.; WENETZ, I. (Org.). **Futebol de mulheres no Brasil: desafios para as políticas públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 29-44.
- BATISTA, V. H. G. Futebol de mulheres em perspectiva global: representações, instituições e poder (1965-1973). **Esporte e Sociedade**, v. 13, n. 32, p. 1-25, 2021.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERGER, A. G. **Do esporte para a vida: contribuições da pedagogia do esporte e do desenvolvimento positivo de jovens para a formação do cidadão**. 2021. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- BONFIM, A. F. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
- BOSCHILIA, B. **Futebol e violência em campo: análise das interdependências entre árbitros, regras e instituições esportivas**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). 2008. 192f. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- BOSCHILIA, B.; VLASTUIN, J.; MARCHI JR., W. Implicações da espetacularização do esporte na atuação dos árbitros de futebol. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, p. 57-73, 2008.
- BOTELHO-GOMES, P.; SILVA, P; QUEIRÓS, P. **Equidade na educação: Educação Física e desporto na escola**. Lisboa: Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, 2000.
- BRAGA, A. C. **Trabalhadoras do futebol de mulheres no Brasil: discutindo lugares e fazeres**. 2021. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023. Estratégia Nacional para o Futebol Feminino. 2023<sup>a</sup>. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/Decreto/D11458.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11458.htm). Acesso em: 14 abr. 2023.
- BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.867, de 10 de outubro de 2013. Regulou a profissão de árbitro de futebol. 10 de outubro de 2013.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. 14 de junho de 2023.

BRITO, L. T. **Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol: leituras em horizonte *queer***. 2018. 225f. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BROCH, M. Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. **Temporalidades – Revista de História**, v. 13, n. 1, p. 695-705, 2021.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1994.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALHEIRO, I. As árbitras de futebol, o corpo e a Educação Física. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CAMPOS, A. **Entrevista aberta de Léa Campos**. Produção: Museu do Futebol. São Paulo: Museu do Futebol, 2015a. 107 min., som., color.

CHAVES, B. S. **Atletas intersexo no cenário esportivo**. 2023. 235f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

CHANLAT, J. Quais carreira e para qual sociedade? (I). **RAE – Revista de Administração e Empresas**, v. 35, n.6, p. 67-75, 1995.

CHANLAT, J. Quais carreira e para qual sociedade? (II). **RAE – Revista de Administração e Empresas**, v. 36, n.1, p. 13-20, 1996.

CIAMPOLINI, V. *et al.* O que são *life skills* e como integrá-las no esporte brasileiro para promover o desenvolvimento positivo de jovens? **Journal of Physical Education**, v. 31, e3150, 2020.



COLEMAN, J. S. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Human Organization**, v. 17, n. 1, p. 28-36, 1958.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Árbitras brasileiras designadas para a Copa do Mundo FIFA Feminina 2023. 2023. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/arbitragem/arbitras-brasileiras-designadas-para-acopa-do-mundo-fifa-feminina-2023>. Acesso em: 25 out. 2023.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. No Mundial de Clubes, Edina Alves se torna a primeira mulher a ser árbitra de um jogo masculino da FIFA. Assessoria CBF, 2021. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/arbitragem/edina-alves-se-torna-a-primeira-mulher-arbitrar-um-jogo-masculino-fifa>. Acesso em: 07 fev. 2023.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Taxas de arbitragem do Campeonato Brasileiro Feminino Série A2 2020. 2020a. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202002/20200220114515\\_563.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202002/20200220114515_563.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Taxas de arbitragem do Campeonato Brasileiro sub-17 masculino 2020. 2020b. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202002/20200220114452\\_131.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202002/20200220114452_131.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Taxas de arbitragem da Copa do Brasil sub-20 masculina 2020. 2020c. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202002/20200220114420\\_483.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202002/20200220114420_483.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

CONMEBOL. **Histórias da Copa América Feminina**. Luque: CONMEBOL, 2022.

CORRÊA, M. C. D. V.; ARÁN, M. Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da bioética feminista. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, p. 191-206, 2008.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DAMO, A. S. A dinâmica de gênero nos jogos de futebol a partir de uma etnografia. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, p. 137-152, 2007.

DAMO, A. S. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). 2005. 435f. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005.

DAMO, A. S. Futebólis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. **FuLiA / UFMG**, v. 3, n. 3, set.-dez. 2018.

DANTAS, M. Masculino, feminino, plural. *In*: DANTAS, M.; FREITAS, M. E. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 1-20.

DAOLIO, J. A violência no futebol brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 6, n. 1, p. 59-62, 1997.

DCA 01/CBF. **Diretrizes da Comissão de Arbitragem nº 1.** Estrutura da Arbitragem no Brasil. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretrizes/da-arbitragem/dca-01-estrutura-da-arbitragem-no-brasil-1>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DCA 02/CBF. **Diretrizes da Comissão de Arbitragem nº 2.** Estrutura da Comissão de Arbitragem, 2022. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretrizes/da-arbitragem/dca-02-estrutura-da-comissao-de-arbitragem-1>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DCA 03/CBF. **Diretrizes da Comissão de Arbitragem nº 3.** Diretrizes para seleção de oficiais para a composição da SENAF, 2022. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretrizes/da-arbitragem/dca-03-diretrizes-para-composicao-da-senaf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DCA 04/CBF. **Diretrizes da Comissão de Arbitragem nº 4.** Avaliações habilitadoras anuais dos oficiais de Arbitragem, 2022. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretrizes/da-arbitragem/dca-04-avaliacoes-habilitadoras-anuais-dos-oficiais-de-arbitragem>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DCA 06/CBF. **Diretrizes da Comissão de Arbitragem nº 6.** Diretrizes para classificação nacional dos árbitros, 2022. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretrizes/da-arbitragem/dca-06-diretrizes-para-classificacao-nacional-dos-arbitros>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DELOITTE. Deloitte: 85% of women surveyed who played sports say it's important to their career success. 19 set, 2023. Deloitte. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/us/en/pages/aboutdeloitte/articles/pressreleases/newdeloitte-tv-spots-turn-the-tables-on-fandom-as-survey-reveals-girls-who-play-sports-are-likely-to-have-successful-careers.html>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DESTRIAN, O. *et al.* Women in "masculine" sports: self-concept female referee in football. **Journal of Positive School Psychology**, v. 6, n. 8, p. 8966-8978, 2022.

DESTRO, D. **Grandes árbitros do futebol brasileiro: o desenvolvimento da arbitragem pelo olhar da arbitragem.** São Paulo: Produção Independente, 2018.

DELUCA, G.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; CHIESA, C. D. Projeto e metamorfose: contribuições de Gilberto Velho para os estudos sobre carreiras. **Revista de Administração Contemporânea** [online], v. 20, n. 4, p. 458-476, 2016.

DEVIDE, F. P. Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia *queer*. In: WENETZ, I.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física.** Natal, RN: EDUFRN, 2020, p. 91-106.

DIBRADORAS. Dibras & Sensodyne: Ep. 04 -Edina Alves Batista. 1 vídeo (63 min). Publicado pelo canal Dibradoras. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SIETW1SyBFs>. Acesso em: 19 set. 2023

DIBRADORAS. Para além das encaradas: vida de árbitra tem até sabotagem em teste físico. Portal Dibradoras, 2019. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/02/12/>

para-alem-das-encaradas-vida-de-arbitra-tem-ate-sabotagem-em-teste-fisico/. Acesso em: 07 fev. 2023.

DORNELLES, P. G. Caminhos teóricos, metodologias e proposições políticas para “caminhar” com gênero e sexualidade na educação física: alinhavos com os estudos *queer*. In: WENETZ, I.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal, RN: EDUFRN, 2020, p. 77-90.

DORNELLES, P. G. **A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física escolar**. 2013. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013

DRURY, S. *et al.* “I’m a Referee, not a Female Referee”: The experiences of women involved in football as coaches and referees. **Frontiers in sports and active living**, v. 3, 789321, p.1-15, jan. 2022.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

EAGLY, A.; CARLI, L. Women and the labyrinth of leadership. **Harvard Business Review**, set. 2007. Disponível em: <https://hbr.org/2007/09/women-and-the-labyrinth-of-leadership>. Acesso em: 29 jan. 2024.

EISENBERG, C. *et al.* Women, youth and FIFA. In: EISENBERG, C.; LANFRANCHI, P.; MASON, T.; WAHL, A. (Org.). **100 years of football: FIFA Centennial Book**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, p.182-201, 2004.

EMPODERA. **Empodera: como atuamos**. 2023. Disponível em: <https://www.empodera.org.br/como-atuamos/>. Acesso em: 29 out. 2023.

ESPN BRASIL. **Brasileira faz história e será a primeira árbitra mulher a apitar jogo de Libertadores**, 2021. Disponível em: [https://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_id/8674939/brasileira-faz-historia-e-sera-a-primeira-arbitra-mulher-a-apitar-jogo-de-libertadores](https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/8674939/brasileira-faz-historia-e-sera-a-primeira-arbitra-mulher-a-apitar-jogo-de-libertadores). Acesso em: 25 out. 2023.

ESPN BRASIL. Machismo, xingamentos e campos barra pesada: Renata Ruel, nova comentarista da ESPN, conta como virou árbitra para mediar conflitos. **ESPN Brasil**, 15 de maio 2019. Disponível em: [https://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_id/5622534/machismo-xingamentos-e-campos-barra-pesada-renata-ruel-nova-comentarista-da-espn-Conta-como-virou-%C3%A1rbitra-para-medar-conflitos](https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/5622534/machismo-xingamentos-e-campos-barra-pesada-renata-ruel-nova-comentarista-da-espn-Conta-como-virou-%C3%A1rbitra-para-medar-conflitos). Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FFERJ. **Curso de arbitragem**, 2023. Disponível em: <https://www.fferj.com.br/Pagina?refPagina=44>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL. **Edital 01/2023**: curso de formação de árbitros. Disponível em: [http://fmf.esumula.com.br/Arquivos/Arquivo\\_Site\\_8\\_281.pdf](http://fmf.esumula.com.br/Arquivos/Arquivo_Site_8_281.pdf). Acesso em: 15 dez. 2023.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL. **Calendário de aulas das turmas masculina e feminina 2019 e 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.futebolpaulista.com.br/Arbitragem/Escola.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FERNANDES, S. C.; ALTMANN, H. A educação esportiva e gênero na escola pública: posicionamento docente positivo diante do fazer esportivo de meninas. *In*: WENETZ, I.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal, RN: EDUFRN, 2020, p. 31-46.

FERNANDES, V. L. F. P. **Mulheres de ouro**: trajetória e representação de atletas de lutas. 2014. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

FERREIRA, H. J. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

FIFA. **A primeira árbitra**. 2023a. Disponível em: <https://www.fifa.com/fifaplus/pt/tournaments/womens/womensworldcup/australia-new-zealand2023/articles/copa-mundo-feminina-contagem-regressiva-36-dias-primeira-arbitra>. Acesso em: 16 out. 2023.

FIFA. **Veja todas as jogadoras convocadas para a Copa do Mundo Feminina**. 2023b. Disponível em: <https://www.fifa.com/fifaplus/pt/tournaments/womens/womensworldcup/australia-new-zealand2023/articles/jogadoras-convocadas-copa-mundo-feminina-2023>. Acesso em: 16 out. 2023.

FIFA. **Referees at the FIFA Women's World Cup Canada 2015**: Stephanie Frappart. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal FIFA. 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8jdJ\\_YXPIz8](https://www.youtube.com/watch?v=8jdJ_YXPIz8). Acesso em: 25 out. 2023.

FIFPRO. 2019. **Women's football**: global report, 2017. Disponível em: <https://fifpro.org/en/supporting-players/competitions-innovation-and-growth/global-employment-market-for-women-s-football/women-s-global-employment-report>. Acesso em: 25 out. 2023.

FISCHER, M. P. Ler Judith Butler: sujeito, desidentificação, performatividade. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 52, p. 155-179, jan./abr. 2020.

FORBES. **Nove eventos esportivos com mais audiência da história**. 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2018/06/9-eventos-esportivos-com-mais-audiencia-da-historia/#foto1>. Acesso em: 25 out. 2023.

FORBES. **Stephanie Frappart completa jornada como primeira árbitra em Copa do Mundo**. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/12/stephanie-frappart-completa-jornada-como-primeira-arbitra-em-copa-do-mundo>. Acesso em: 25 out. 2023.

FORBES, A.; EDWARDS, L.; FLEMING, S. “Women can’t referee”: exploring the experiences of female football officials within UK football culture. **Soccer & Society**, v. 16, n. 4, p. 521-539, 2015.

FORBES MULHER. **Esporte na infância ajuda mulheres a crescer na carreira, diz estudo**. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2023/10/esporte-na-infancia-ajuda-mulheres-a-crescer-na-carreira-diz-estudo/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FORBES MULHER. **Seleções de futebol feminina e masculina dos EUA terão igualdade salarial**. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/05/selecoes-de-futebol-feminina-e-masculina-dos-eua-terao-igualdade-salarial/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURLIN, N. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, 2013.

FUTEBOL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Futebol e violência contra a mulher**. E-book. CERQUEIRA, D. (Org). Vários autores. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Instituto Avon, 2022.

G1 PIAUÍ. **Árbitra é agredida a socos durante partida de futsal no Piauí**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/06/04/arbitra-e-agredida-a-socos-por-aluno-durante-partida-de-futebol-na-universidade-do-delta.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2023

GAOUA, N.; DE OLIVEIRA, R. F.; HUNTER, S. Perception, action, and cognition of football referees in extreme temperatures: impact on decision performance. **Frontiers in Psychology**, v. 8, 1479, p.1-7, ago. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLOBOESPORTE. **A militarização da arbitragem**. 2021a. Disponível em: <https://interativos.ge.globo.com/futebol/materia/a-militarizacao-da-arbitragem>. Acesso em: 26 out. 2023.

GLOBOESPORTE. Após relatar tentativa de agressão, árbitra comenta postura de Jean Carlos: "Espero que tenha punição". 2022a. Disponível em: <https://ge.globo.com/pe/futebol/noticia/2022/05/02/apos-relatar-tentativa-de-agressao-arbitra-comenta-postura-de-jean-carlos-espero-que-tenha-punicao.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GLOBOESPORTE. Copa do Mundo 2022: confira cinco polêmicas do torneio no Catar. **Globoesporte**, 2022b. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2022/11/20/copa-do-mundo-2022-confira-cinco-polemicas-do-torneio-no-catar.ghtml>. Acesso em: 07 fev. 2023.

GLOBOESPORTE. **Copa Feminina 2023 terá maior presença de mulheres como treinadoras**. 2023a. Disponível: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/2023/07/19/copa-feminina-2023-tera-maior-presenca-de-mulheres-como-treinadoras-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2023.

GLOBOESPORTE. **FIFA anuncia arbitragem para o Mundial com quatro brasileiras e, pela primeira vez, mulheres no VAR.** 2023b. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/2023/01/09/fifa-anuncia-arbitragem-para-o-mundial-com-quatro-brasileiras-e-pela-primeira-vez-mulheres-no-var.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2023.

GLOBOESPORTE. **Sob investigação no MPT, CBF prepara fim do limite de idade para árbitros do quadro nacional.** 2021b. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/pressionado-pelo-mpt-cbf-prepara-fim-do-limite-de-idade-para-arbitros-do-quadro-nacional.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2023.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração e Empresas**, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

GODOY, K. N. B. **Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras.** 2017. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

GODOY, K. N. B. *et al.* Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v.24, e64935, 2021.

GOELLNER, S. V. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Org.). **Educação física e gênero: desafios educacionais.** Ijuí: Unijuí, 2013. p. 23-43.

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica.** Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. Corpos, gêneros e sexualidades: em defesa do direito das mulheres aos esportes. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 1, n.13, p. 1-14, dez. 2021.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 143-151, jun. 2005.

GOELLNER, S. V. Prefácio. In: RUBIO, K. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GOELLNER, S. V. *et al.* Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, 3. trim. 2010.

GOELLNER, S. V.; KESSLER, C. S. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. **Revista USP**, n. 117, p. 31-38, abr./jun. 2018.

GOODMAN, L. A. Snowball sampling. **The annals of mathematical statistics**, v. 32, n. 1, p. 148-170, 1961.

GTT GÊNERO – CBCE. **Relatório da direção: GTT gênero (2013-2015)**. 2015. Disponível em: <https://www.cbce.org.br/upload/files/Relatorio%20-%20GTT%20G%C3%AAnero%202015%281%29.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, p. 1-20, 2021.

GUEDES, C. V. **Entrevista para o projeto “Mulheres de Preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional”**. São Paulo, 29 abr. 2015.

GUIMARÃES, K. L.; BARREIRA, J.; GALATTI, L. R. “Ser mulher em um curso de futebol já é começar com um passo atrás”: experiências das treinadoras em cursos da *CBF Academy*. **Movimento**, v. 29, p. e29010, jan./dez. 2023.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.103-133.

HARTMANN, A. “Homens e mulheres erram, mas a gente (mulheres) tem que errar muito menos”: narrativa autobiográfica de uma árbitra central de futebol profissional masculino. *In*: **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IMPULSIONA; EMPODERA. Meninas em jogo! Equidade de gênero nas aulas de educação física. **Material pedagógico**, 2023. Aprox. 12 p. Disponível em: <https://impulsiona.org.br/equidade-genero-educacao-fisica/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

INSTITUTO ESPORTE E EDUCAÇÃO. **Princípios pedagógicos do Instituto Esporte e Educação**. 2023. Disponível em: <https://esporteeducacao.org.br/o-que-fazemos/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Lei 11.340/2006: tipos de violência**. 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 24 out. 2023.

JORAS, P. Relações de gênero e futsal praticado por meninas na Escola. *In*: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2013.

KESSLER, C. S. **Mais que barbies e ogras: uma etnografia do futebol das mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). 2015. 375f. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2015.

KESSLER, C. S. Quais as contribuições das mulheres ao futebol? *In*: SOUZA JÚNIOR, O. M.; CARVALHO, R. S.; PRADO, D. (org.). **Do futebol moderno aos futebolis transmodernos: a utopia da diversidade revolucionária**. São Carlos: EdUFSCar, 2023. p. 208-222.

KILTY, K. Women in coaching. **The Sport Psychologist**, Champaign, v. 20, p. 222-234, 2006.

KIRSCH, L. F. **As mulheres árbitras: aspirações e expectativas em torno de uma profissão.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física). 2014. 40 f. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

KLANOVICZ, J. M. **Histórias, memórias e narrativas de mulheres no handebol do Rio Grande do Sul: contextualizando o universo do apito.** 2019. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIMA, M. D. P. S.; ABRAHÃO, B. O. L.; MACEDO, C.G. Quadro nacional de árbitras de futsal: uma história para possibilitar outras histórias. **Record**, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 1-17, 2022.

LIMA, M. D. S.; MÉLO, R. S.; MACEDO, C. G. Árbitras nordestinas: trajetórias de vida no futsal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, e20220070, 2022.

LIMA, M. D. P. S.; MACEDO, C. G. **Mulheres nordestinas na arbitragem do futsal: institucionalização e trajetórias.** Curitiba: Editora CRV, 2021.

LIMA, M. D. P. S.; MACEDO, C. G. **Mulheres nordestinas na arbitragem do futsal: institucionalização e trajetórias.** Dissertação (Mestrado em Educação Física). 2020. 168f. Petrolina - PE: PPGEF/UNIVASF, 2020.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v.19, n. 2, p. 17-23, maio/ago., 2008.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e Homofobia. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 85-94.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: América, 2004. 90 p.

MAJOR LEAGUE BASEBALL. **Don Baylor career stats.** 2024. Disponível em: <https://www.mlb.com/player/don-baylor-110719>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 287-298, maio/ago. 2004.

MARTINS, M. Z.; DELARMELINA, G. B. Políticas públicas no futebol de mulheres no Brasil: balanço e olhares para o futuro. *In*: MARTINS, M. Z.; WENETZ, I. (Org.). **Futebol de mulheres no Brasil: desafios para as políticas públicas.** Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 179-197.



MARTINS, M. Z.; SILVA, B. S.; MION, M. P. L. A iniciação ao futsal de mulheres adultas: construindo coletivamente um espaço seguro para a aprendizagem. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, v. 27, e16595, p. 1-16, 2023.

MARTINS, M. Z.; SILVA, K. R. S.; VASQUEZ, V. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. **Movimento**, v. 27, p. e27006, 2021.

MEYER, D. E. E. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009. p. 213-234.

MEYER, D. E. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13-18, jan./fev. 2004.

MILISTETD, M. *et al.* **Coleção cadernos do treinador**: desenvolvimento positivo de jovens – 1. ed. Florianópolis, Santa Catarina, 68 p. 2020. Disponível em: <https://lapeufsc.wixsite.com/lapeufsc/nossa-biblioteca>. Acesso em: 16 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, jan. 2012.

MINAYO, M. C. S. **El desafío del conocimiento**: investigación cualitativa en salud. 9. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial. 2008. 262 p.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social** - teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. cap. 1, p. 9-29.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Diagnóstico Nacional do Esporte**: Brasil, 2013.

MONTEIRO, I. C. **Mulheres de preto**: trajetórias na arbitragem do futebol profissional. Dissertação (Mestrado em Educação Física). 2016. 131f. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

MONTEIRO, I. C. *et al.* Arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres. **Peer Review**, v. 5, n. 9, p.109-124, 2023.

MONTEIRO, I. C. *et al.* Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional. **Motrivivência**, v. 32, n.63, p. 1-15, 2020.

MONTEIRO, I. C.; MOURÃO, L. Léa Campos: as interdições e o protagonismo da primeira árbitra de futebol do mundo. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, p.1-12.

MONTEIRO, I. C.; SOARES, J. P. F.; MOURÃO, L. Saindo da “posição de impedimento”: as árbitras brasileiras no futebol profissional. In: **Anais XIX CONBRACE e VI CONICE**, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015, p.1-15.

MOURA, G. X. **Por que não se importam com elas?** O esporte de mulheres na agenda governamental no Brasil. Tese (Doutorado em Educação Física). 2022. 202f. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2022.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 5-18, dez. 2000.

MOURÃO, L. *et al.* O perfil das árbitras brasileiras no futebol profissional. In 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, Lisboa. **Livro de Atas do 1.º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, Lisboa, p. 4958-4971, 2015.

MUSEU DO FUTEBOL. **Exposição virtual Lea Campos**: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/DAUxB6lADPSFKw?hl=pt-BR>. Acesso em: 14 dez. 2023.

NICOLINO, A. “Posso falar?” A profilaxia pedagógica e a desordem dos gêneros! Um estudo sobre os enfrentamentos produzidos no campo da Educação Física. In: WENETZ, I.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal, RN: EDUFERN, 2020, p. 13-30.

NOVAIS, M. C. B. **“À beira do gramado ou fora do jogo?”**: as treinadoras do futebol de mulheres no Brasil. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

NOVAIS, M. C. B. **Educação feminista e práticas esportivas**: empoderamento de meninas e jovens mulheres moradoras do território favelizado Cidade de Deus. 2023. Tese em desenvolvimento (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

NOVAIS, M. C. B. *et al.* Treinadoras e auxiliares do futebol de mulheres no Brasil: subversão e resistência na liderança esportiva. **Movimento**, v. 27, p. e27023, 2021.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. **Machismo e discriminação em Arroio do Sal**. Observatório da Discriminação Racial no Futebol [online], 2018. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/machismo-e-discriminacao-em-arroio-do-sal/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

OLIVEIRA, S. R. **Entrevista para o projeto “Mulheres de Preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional”**. São Paulo, 07 de maio de 2015.

ONU MULHERES. **FIFA e ONU Mulheres assinam compromisso para a promoção da igualdade de gênero no esporte**. 2019. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/fifa-e-onu-mulheres-assinam-compromisso-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-esporte/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PASSERO, J. G. *et al.* Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem. **Movimento**, v. 26, p. e26060, 2020.

PINHEIRO, E. C. R. **A percepção das jornalistas mulheres sobre o impacto de gênero na cobertura de futebol: uma análise a partir da Copa do Mundo de futebol feminino de 2019.** 2020. 65f. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2020.

PIRES, B. A. B. **As relações interpessoais entre treinadores/as e atletas no futsal de mulheres.** 2023. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

PISANI, M. **Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 2012. 166f. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

PISANI, M. Uma análise inicial sobre a profissão de jogadora de futebol: trajetórias, dificuldades, histórias de vida e migração de algumas jogadoras do Foz Cataratas Futebol Clube. *In*: KESSLER, C. S. (Org.). **Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol.** Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 43-58.

PLAN INTERNATIONAL. **Pesquisa “Por ser menina”:** resumo executivo, 2021. ONG Plan International.

PODER360. Audiência da Copa de 2018 supera Jogos Olímpicos e o Super Bowl. **Poder360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/esportes/audiencia-da-copa-de-2018-supera-jogos-olimpicoesuperbowl/#:~:text=Em%20audi%C3%AAncia%2C%20a%20final%20da,de%20517%20milh%C3%B5es%20de%20espectadores>. Acesso em: 07 fev. 2023.

POSSAMAI, V. Em 10 anos, presença de mulheres na arbitragem de competições masculinas cresceu cerca de 400% no Brasil. **Grupo RBS**, 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2021/10/em-10-anos-presenca-de-mulheres-na-arbitragem-de-competicoes-masculinas-cresceu-cerca-de-400-no-brasil-ckv8ilajs00bc017fx80exsne.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

REIS, F. P. G; ARRUDA, I. E. A. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 16, n. 162, nov. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd162/mulher-futebol-e-arbitragem.htm>. Acesso em: 6 fev. 2022.

RIGHETO, C.; REIS, H. H. B. Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros Paulistas sobre os comentários da Mídia acerca do trabalho da equipe de Arbitragem. **Movimento**, v. 23, n. 1, p. 281-294, jan./mar. de 2017.

REVISTA PIAUÍ. **Para driblar a desigualdade de gênero no futebol.** 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/para-driblar-desigualdadegenero/#:~:text=J%C3%A1%20na%20arbitragem%20as%20mulheres,a%20disparidade%20era%20ainda%20maior>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROCHA, C. T. C. **Gênero em ação: rompendo o teto de vidro?: novos contextos da tecnociência.** 2006. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, B. F. Esporte no contexto escolar: esporte e escola. **Revista Brasileira do Esporte Coletivo**, Recife, v. 2, n. 2, p.4-16, 2018.

SANTOS, F. P. *et al.* Interdições às mulheres iranianas nos estádios de futebol: de *Offside* a *Blue Girl*. **Revista Foco**, v. 16, n.3, p. 1-25, 2023.

SANTOS, I. C. **As mulheres árbitras de futebol**: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectivas da divisão sexual do trabalho. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural). 2016. 215f. Alagoinhas: Universidade Estadual da Bahia, 2016.

SANTOS, V. P.; JAHNECKA, L.; RIGO, L C. Árbitro de futebol: a construção de uma carreira. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 16, n. 156, p. 1-13, mai. 2011.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, São Paulo, v. 16, p.297-325, jan./jun., 1998.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.11-30, jan.-abr. 2005.

SEABRA, A. *et al.* Determinantes biológicos e socioculturais associados à prática de atividade física de adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 721-736, 2008.

SILVA, A. I.; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R.; FRÓMETA, E. R. O árbitro de futebol: uma abordagem histórico-crítica. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 39-45, 1. sem., 2002.

SILVA, C. L.; VELOZO, E. L.; RODRIGUES JR., J. C. Pesquisa qualitativa em Educação Física: possibilidades de construção de conhecimento a partir do referencial cultural. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 1, n. 48, p. 37-60, dez. 2008.

SILVA, F. D. **Memórias de Atenah**: trajetórias de mulheres brasileiras na Corrida de Aventura. 2018. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SILVA, F. N. **Arbitragem feminina no futebol**: um microsistema de múltiplos fatores. 2023. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2023.

SILVA, G. C. Nação, masculinidade e o futebol de mulheres no início do século XX. In: SOUZA JÚNIOR, O. M.; CARVALHO, R. S.; PRADO, D. (Orgs.). **Do futebol moderno aos futebolís transmodernos**: a utopia da diversidade revolucionária. São Carlos: EdUFSCar, 2023, p. 183-207.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOARES, J. P. F. **Histórias de vida de mulheres atletas no levantamento de peso**. 2020. 144f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

SOUZA, G. C. *et al.* Mulheres árbitras no Judô do estado do Rio de Janeiro. In: **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2023.

SOUZA, G. C.; MOURÃO, L. **Mulheres no tatame: o judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

SOUZA JÚNIOR, O. M. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. 320f. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SOUZA JÚNIOR, O. M. Gênero, educação física escolar e pedagogia do esporte: construindo processos educativos empoderadores. In: WENETZ, I.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal, RN: EDUFRN, 2020, p. 47-62.

SOUZA JÚNIOR, O. M.; REIS, H. H. B. O canto das sereias: migrações e desafios de meninas que sonham ter o futebol como profissão. In: Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis, SC. **Anais do Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos**. Florianópolis, p.1-9, 2010.

SOUZA, M. A. M. Um olhar para os árbitros de futebol. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2016.

STAHLBERG, L. T. **Mulheres em campo: novas reflexões acerca do feminino no futebol**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TAVARES, E.; PIMENTA, R. C.; BALASSIANO, M. Carreira sem fronteiras: o exemplo da carreira no futebol. **Revista ADM. MADE**, v. 14, n. 2, p. 57-74, maio/set. 2010.

TAVARES, M. L. R. S. **Mulheres em manchete: a potência da geração de voleibol dos anos 1980**. Juiz de Fora (MG), 2015. 311f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora.

TORGA, M. **Com a palavra, as gestoras: a trajetória de mulheres em cargos de gestão nos clubes de futebol do Brasil**. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **O dono do apito**: a profissão de árbitro de futebol. 2022. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/o-dono-do-apito-a-profissao-de-arbitro-de-futebol>. Acesso em: 25 out. 2023.

TUBINO, M. Pesquisa e análise crítica sobre o conceito atual das manifestações esportivas. In: TUBINO, M. (Org.). **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

UMA VITÓRIA LEVA A OUTRA. **Uma vitória leva a outra**: meninas e esporte. 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/umavitorialevaaoutra/#:~:text=Na%20puberdade%2C%20em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20das,em%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20os%20meninos>. Acesso em: 01 nov. 2023.

UOL ESPORTE. Lauren viajava mil quilômetros por semana na garupa de uma moto por futebol. 1 vídeo (7 min). **UOL Esporte**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yt8uwgc2Zi8&t=73s>. Acesso em: 26 set. 2023.

UOL ESPORTE. Mulheres do Qatar vão ao estádio pela 1ª vez: 'Tive vontade de chorar'. **UOL Esporte**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/copa-do-mundo/2022/11/20/mulheres-do-qatar-vaao-estadio-pela-1-vez-tive-vontade-de-chorar.html>. Acesso em: 07 fev. 2023.

VEIGA-NETO, A. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, M. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-38.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, G. Cultura subjetiva e projetos de felicidade. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010a, p. 227-238.

VELHO, G. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, jan./jun. 2010b.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VELHO, N. M.; FIALHO, F. A. P. Competências básicas na formação de árbitros de Futebol. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 20, n. 208, set. 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd208/competencias-basicas-de-arbitros-de-futebol.htm>. Acesso em: 21 dez. 2023.

VERLI, N. Infância, futebol, amizades e primeiras influências: jogando com os meninos (II). In: MARTINS, M. Z.; WENETZ, I. (Org.). **Futebol de mulheres no Brasil**: desafios para as políticas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 145-154.

WENETZ, I.; MARTINS, M. Z. Apresentação. *In*: MARTINS, M. Z.; WENETZ, I. (Org.). **Futebol de mulheres no Brasil**: desafios para as políticas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 9-20.

ZIRPOLI, C. Uma árbitra no comando do Clássico das Multidões: 24 anos após Maria Edilene. **Diário de Pernambuco**, 23 de março de 2017. Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes/2017/03/23/uma-arbitra-no-comando-do-classicos-das-multidoes-25-anos-longos-depois/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

## ANEXO I



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres

**Pesquisador:** Igor Chagas Monteiro

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 14111219.2.0000.5147

**Instituição Proponente:** Faculdade de Educação Física

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.529.381

**Apresentação do Projeto:**

Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, estando de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, item III.

**Objetivo da Pesquisa:**

Os Objetivos da pesquisa estão claros bem delineados, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, item 3.4.1 - 4.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e benefícios descritos em conformidade com a natureza e propósitos da pesquisa. O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e benefícios esperados estão adequadamente descritos. A avaliação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N  
**Bairro:** SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900  
**UF:** MG **Município:** JUIZ DE FORA  
**Telefone:** (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@uff.edu.br





Continuação do Parecer: 3.529.381

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, ressarcimento com as despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a,b,d,e,f,g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPes. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: fevereiro de 2021.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N  
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900  
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA  
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 3.529.381

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1357346.pdf	29/07/2019 11:51:04		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoBrochuralgorPlataformaBrasil2907.docx	29/07/2019 11:47:29	Igor Chagas Monteiro	Aceito
Outros	CurriculoVitaeludmila.doc	22/07/2019 21:06:53	Igor Chagas Monteiro	Aceito
Outros	CurriculoVitaelgor.doc	22/07/2019 21:06:18	Igor Chagas Monteiro	Aceito
Outros	RoteiroDeObservacaoDeCampolgor.doc	17/05/2019 22:41:23	Igor Chagas Monteiro	Aceito
Outros	RoteirodeEntrevistalgor.doc	17/05/2019 22:39:58	Igor Chagas Monteiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLElgor2019.docx	17/05/2019 22:38:25	Igor Chagas Monteiro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoInfraestruturaAssinada.pdf	17/05/2019 22:34:51	Igor Chagas Monteiro	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinada.pdf	17/05/2019 22:32:06	Igor Chagas Monteiro	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JUIZ DE FORA, 23 de Agosto de 2019

---

**Assinado por:**  
**Jubel Barreto**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N  
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900  
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA  
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

## ANEXO II



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “Arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é uma lacuna no conhecimento sobre as motivações de mulheres árbitras para perseguirem a um “projeto profissional” na arbitragem, suas estratégias de subversão e “agências” num campo dominado por homens. Nesta pesquisa pretendemos investigar como os projetos de mulheres em relação a arbitragem em futebol se efetivam enquanto carreira profissional; analisar como os modos de agência individual e coletiva podem ter contribuído para diminuir a desigualdade de gênero nesse campo.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você “a realização de uma entrevista-semiestruturada presencial, a ser agendada no melhor horário e local para você, que será gravada em áudio. Também iremos realizar uma observação de uma partida em que você estiver atuando como árbitra central ou árbitra assistente no futebol amador. Nessa observação as informações serão coletadas através da escrita no diário de campo. Não serão realizadas filmagens nem fotos da partida. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: riscos mínimos, assim como os riscos que se têm ao realizar atividades como ler, caminhar, escrever, conversar. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem você terá o anonimato assegurado e caso se sinta desconfortável com alguma das perguntas ou com a observação participante terá o direito de não responder e deixar de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisa pode ajudar a compreender a partir das narrativas de árbitras, da observação participante e análise documental, as barreiras para a efetivação de projetos profissionais de mulheres como árbitras de futebol, os modos de agência e estratégias de subversão envolvidas nesse processo. Esperamos contribuir para reflexões sobre desigualdade de gênero na arbitragem em futebol e no esporte.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Igor Chagas Monteiro**

**Campus Universitário da UFJF**

**Faculdade/Departamento/Instituto: Faculdade de Educação Física e Desportos/ Universidade Federal de Juiz de Fora**

**CEP: 36036-900**

**Fone: (32) 99146-6418**

**E-mail: igorcmonteiroef@gmail.com**

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

## APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Horário da entrevista (início): \_\_\_\_: \_\_\_\_

Horário da entrevista (término): \_\_\_\_: \_\_\_\_

Nome do entrevistador: Igor Chagas Monteiro / Ludmila Mourão

Nome da árbitra participante:

Nome fictício com o qual gostaria de ser identificada no estudo:

Data de nascimento:

Idade:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Endereço:

Bairro:

Estado civil:

Tem filhos? ( ) sim ( ) não. Caso sim, quantos?

Grau de escolaridade:

Profissão ou ocupação:

### **BLOCO I: EXPERIÊNCIAS COM PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

- 1) Como foi o início das suas experiências com práticas corporais e esportivas? Você praticou alguma modalidade esportiva? Tinha o incentivo de sua família?
- 2) Você costumava brincar com quais brinquedos? Quais eram as brincadeiras que praticava? Com quem você brincava?
- 3) Quais as lembranças sobre seu cotidiano escolar?
- 4) E sobre as aulas de educação física, como era sua participação?
- 5) Quais atividades mais gostava nas aulas de Educação Física?

**BLOCO II: A INSERÇÃO E A TRAJETÓRIA NA ARBITRAGEM EM FUTEBOL**

- 1) Você pratica alguma atividade física e/ou esportiva (de forma competitiva ou amadora)?
- 2) Quando você se aproximou do futebol? E da arbitragem?
- 3) Você sofreu algum tipo de preconceito e discriminação por fazer escolha de ser árbitra? Quais as principais dificuldades enfrentadas nesse período?
- 4) Como foi a sua chegada na arbitragem em futebol? Com que idade isso aconteceu?
- 5) Em qual federação você se formou? E quando? Você teve alguma professora mulher no curso? Conte um pouco como foi esta formação.
- 6) Após formar-se, você optou por ser árbitra central ou assistente? Por quê?
- 7) Você atua/atuou como árbitra central no futebol amador?
- 8) Qual a importância do futebol amador para sua carreira? Fale um pouco da sua atuação no futebol amador.
- 9) Para você, como é o dia do jogo no futebol amador?
- 10) Quantos jogos (em média) você realiza por mês no futebol amador?
- 11) Alguém te inspirou a tomar a decisão de se tornar árbitra de futebol? Houve apoio de seus familiares e amigos?
- 12) Quais pessoas você admira na arbitragem?
- 13) O que lhe chamou atenção na arbitragem em futebol? Por que escolheu dedicar-se profissionalmente à arbitragem?
- 14) Quais gastos/investimentos você tem para atuar como árbitra (treinamentos, aquisição de equipamentos, alimentação, viagens, etc.)?
- 15) Quais são os ganhos financeiros que você tem com a arbitragem (aproximadamente) mensalmente?
- 16) Os ganhos com a arbitragem representam a sua principal fonte de renda? É vantajoso economicamente a arbitragem?
- 17) Como é a rotina de treinamentos? E o treinamento voltado para o teste físico?
- 18) Como são as semanas que antecedem ao teste físico?
- 19) Como é o teste físico?
- 20) Como você concilia sua vida social, estudos e trabalhos fora da arbitragem?
- 21) Gostaria que você falasse da sua trajetória na arbitragem: qual o maior escudo conquistado, principais partidas e campeonatos em que atuou. Quais foram os episódios mais marcantes de sua carreira?
- 22) Caso trabalhe no futebol profissional também, como é o dia do jogo?

- 23) Caso trabalhe no futebol profissional também, quantos jogos você faz?
- 24) Quais os seus objetivos na arbitragem? Você considera que já os atingiu? Se sente realizada pessoal e profissionalmente com sua carreira?

### **BLOCO III: RELAÇÕES DE GÊNERO NA ARBITRAGEM**

- 1) Gostaria que você falasse da relação com suas colegas árbitras mulheres. E como é a relação com os colegas árbitros homens?
- 2) Com quais mulheres você convive no espaço da federação? E nos estádios/campo? Elas ocupam quais funções?
- 3) Como é a sua relação com os dirigentes e instrutores de arbitragem?
- 4) Você acredita que a chegada de mais mulheres na arbitragem contribuiu para modificar as relações com os colegas de arbitragem e com dirigentes das federações? De que forma?
- 5) Como você percebe na atualidade a inserção das mulheres na arbitragem?
- 6) Quais jogos você costuma apitar? Em quais deles se sente mais confortável? Por quê?
- 7) Você já foi chamada para apitar jogos de mulheres? Se sim, quais as diferenças entre apitar jogos de homens ou de mulheres?
- 8) Você acredita que, por ser mulher, isso lhe proporciona menores ou maiores possibilidades de ascensão na carreira de árbitra?
- 9) Você percebe algum tipo de machismo, xingamentos, discriminação ou outros preconceitos com as mulheres árbitras no futebol? Quais?
- 10) Quais as mudanças que você percebe nesses processos em comparação com a época em que você iniciou na arbitragem?
- 11) Você acredita que a sua chegada na arbitragem contribuiu para romper com as desigualdades de gênero nesse campo? De que forma?
- 12) Você acredita na ampliação do interesse das mulheres pela arbitragem?
- 13) Quais os maiores desafios para esse processo hoje no Brasil?
- 14) Você gostaria de acrescentar algo mais ou fazer algum comentário?